



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
CAIXA POSTAL 1669 — ENDEREÇO TELEGRÁFICO «EDINEF»
RIO DE JANEIRO — GB

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1968

Ilm^o. Sr.
Dr. Carlos Correa Mascaro
DD. Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos
Ministério da Educação e Cultura - 10^o andar
N e s t a

Senhor Diretor,

Na Portaria 233 de 25 de novembro do corrente ano o Sr. Diretor Substituto do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho, dispõe sobre a extinção da EATEP, a partir de 1^o de janeiro de 1969. Entretanto, em reuniões com V. S^a nos dias 11, 27 e 30 deste mês, pude verificar que é seu desejo que a EATEP prossiga os trabalhos iniciados, sem qualquer solução de continuidade, inclusive quanto à aplicação dos recursos do CONTAP destinados à execução de Projetos nos Estados de Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Como V. S^a. bem pode perceber, a situação se apresenta nebulosa, uma vez que, para prosseguimento das atividades nos Estados, a Equipe precisa utilizar-se da sigla EATEP e dos serviços administrativos auxiliares. Aguardo, portanto de V. S^a. instruções no sentido de como proceder sem ignorar a Portaria já mencionada. Paralelamente, julgo imprescindível que sejam caracterizadas minhas funções e atribuições à frente da EATEP nesse período de organização da assistência técnica do INEP.

Na oportunidade agradeço a confiança que sempre depositou em minha atuação e faço votos de poder continuar colaborando com a administração de V. S^a.

Lyra Paixão
Lyra Paixão
Coordenadora Técnica



UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT
AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL



USAID/BRASIL

RUA MELVIN JONES N.º 5 - RIO DE JANEIRO - TEL.: 31-5820

5 de dezembro de 1968.

Tradução Não Oficial

Ilmo. Sr.
Dr. Edson Franco
Secretário Geral
Ministério da Educação e Cultura
Rua da Imprensa, 16- 3º andar
Rio de Janeiro, GB.

Prezado Dr. Edson:

A portaria No. 233 do INEP do dia 25 do corrente dispõe sobre a extinção da EATEP. Gostaríamos de marcar um encontro com V.Sa. e outras autoridades competentes, de acordo com sua conveniência, a fim de compreendermos melhor as implicações que a extinção da EATEP acarretaria às várias atividades que vimos desenvolvendo conjuntamente.

1)- NCr\$ 143.000 - o saldo do CONTAP

Ainda restam a ser liberados do Acôrd do Projeto de 30 de dezembro de 1966, modificado conforme termo aditivo de 7 de fevereiro de 1968, NCr\$ 143.000, quantia esta que a diretora do EATEP, Profa. Lyra Paixao, havia planejado utilizar no prosseguimento das atividades de planejamento do EATEP. A Profa. Lyra Paixao já submeteu um orçamento para o ano de 1969 no montante de NCr\$ 753.000, que, se aprovado, exigiria NCr\$ 610.000 adicionais dos recursos do CONTAP para 1969. Havia sido previsto que este fundo serviria como ponte de ligação entre o projeto atual e o programa de empréstimo proposto.

2)- Proposta de empréstimo para o ensino primário

Como é do conhecimento de V.Sa., a EATEP tem desempenhado um papel chave neste proposto empréstimo ao ensino primário. Este papel fora discutido nos encontros com o IPEA em seu escritório e está assinalado na minuta do projeto que foi distribuído a todas as partes interessadas. Em resumo, o papel da EATEP era trabalhar junto com os estados no sentido de integrar o seu plano piloto na solução do problema de evasão e repetência nos planos de educação dos estados participantes no empréstimo. A portaria não esclarece como este tipo de função será desempenhada a partir de 1º de janeiro de 1969.

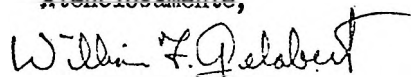
3)- A assistência técnica do SUNY (State University of New York)

Em consequência à carta do Dr. Carlos Mascaro do dia 7 de junho de 1968, e as discussões com a Profa. Lyra Paixao e com o CONTAP, um Acôrdo para continuar as atividades da EATEP até 31 de dezembro de 1969 e para proporcionar uma assistência técnica americana a curto prazo - foi preparado e submetido ao INEP em fins de novembro deste ano para aprovação e assinatura do diretor do INEP e do Ministro de Educação. Neste convênio a USAID iria financiar a volta do professor do SUNY, Dr. Harry White, durante quatro meses, a fim de assistir a EATEP a concluir a análise da informação da IBM colhida no Rio Grande do Sul durante a realização do plano piloto da EATEP. Como tinha sido previsto, Dr. Harry white iria assistir na introdução do plano piloto nos estados participantes do empréstimo. Estamos certos que V.Sa. compreenderá porque uma decisão breve deve ser tomada em relação ao Dr. Harry white, pois certas providências preliminares já foram tomadas para contratá-lo em fevereiro de 1969.

Reconhecemos que V.Sa. estará muito ocupado com reuniões no Conselho Federal de Educação até o dia 30 de dezembro. No entanto, gostaríamos muito de ouvir os seus comentários a respeito dos assuntos tratados acima, o mais breve possível.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Sa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



William F. Gelabert
Diretor em Exercício
Departamento de Recursos Humanos

cc: Dr. Joaquim Faria Goes, CONTAP
Dr. Guido Ivan de Carvalho, INEP
Dr. Carlos C. Mascaro, INEP
Da. Terezinha Saraiva, IPEA
Dr. Arlindo Correa, IPEA
Dr. Sergio Fernando Bath, Ministério do Planejamento



UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT
AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

USAID/BRASIL



RUA MELVIN JONES N.º 5 - RIO DE JANEIRO - TEL.: 31-5820

5 de dezembro de 1968.

Tradução Não Oficial

Ilmo. Sr.
Dr. Edson Franco
Secretário Geral
Ministério da Educação e Cultura
Rua da Imprensa, 16- 3º andar
Rio de Janeiro, GB.

Prezado Dr. Edson:

A portaria No. 233 do INEP do dia 25 do corrente dispõe sobre a extinção da EATEP. Gostaríamos de marcar um encontro com V.Sa. e outras autoridades competentes, de acordo com sua conveniência, a fim de compreendermos melhor as implicações que a extinção da EATEP acarretaria as várias atividades que vimos desenvolvendo conjuntamente.

1)- NCr\$ 143.000 - o saldo do CONTAP

Ainda restam a ser liberados do Acordo do Projeto de 30 de dezembro de 1966, modificado conforme termo aditivo de 7 de fevereiro de 1968, NCr\$ 143.000, quantia esta que a diretora do EATEP, Profa. Lyra Paixão, havia planejado utilizar no prosseguimento das atividades de planejamento do EATEP. A Profa. Lyra Paixão já submeteu um orçamento para o ano de 1969 no montante de NCr\$ 753.000, que, se aprovado, exigiria NCr\$ 610.000 adicionais dos recursos do CONTAP para 1969. Havia sido previsto que este fundo serviria como ponte de ligação entre o projeto atual e o programa de empréstimo proposto.

2)- Proposta de empréstimo para o ensino primário

Como é do conhecimento de V.Sa., a EATEP tem desempenhado um papel chave neste proposto empréstimo ao ensino primário. Este papel fora discutido nos encontros com o IPEA em seu escritório e está assinalado na minuta do projeto que foi distribuído a todas as partes interessadas. Em resumo, o papel da EATEP era trabalhar junto com os estados no sentido de integrar o seu plano piloto na solução do problema de evasão e repetência nos planos de educação dos estados participantes no empréstimo. A portaria não esclarece como este tipo de função será desempenhada a partir de 1º de janeiro de 1969.

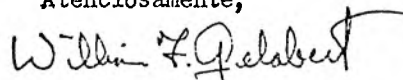
3)- A assistência técnica do SUNY (State University of New York)

Em consequência à carta do Dr. Carlos Mascaro do dia 7 de junho de 1968, e às discussões com a Profa. Lyra Paixão e com o CONTAP, um Acordo para continuar as atividades da EATEP até 31 de dezembro de 1969 e para proporcionar uma assistência técnica americana a curto prazo - foi preparado e submetido ao INEP em fins de novembro deste ano para aprovação e assinatura do diretor do INEP e do Ministro de Educação. Neste convênio a USAID iria financiar a volta do professor do SUNY, Dr. Harry White, durante quatro meses, a fim de assistir a EATEP a concluir a análise da informação da IBM colhida no Rio Grande do Sul durante a realização do plano piloto da EATEP. Como tinha sido previsto, Dr. Harry White iria assistir na introdução do plano piloto nos estados participantes do empréstimo. Estamos certos que V.Sa. compreenderá porque uma decisão breve deve ser tomada em relação ao Dr. Harry White, pois certas providências preliminares já foram tomadas para contratá-lo em fevereiro de 1969.

Reconhecemos que V.Sa. estará muito ocupado com reuniões no Conselho Federal de Educação até o dia 30 de dezembro. No entanto, gostaríamos muito de ouvir os seus comentários a respeito dos assuntos tratados acima, o mais breve possível.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Sa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



William F. Gelabert
Diretor em Exercício
Departamento de Recursos Humanos

cc: Dr. Joaquim Faria Goes, CONTAP
Dr. Guido Ivan de Carvalho, INEP
Dr. Carlos C. Mascaro, INEP ✓
Da. Terezinha Saraiva, IPEA
Dr. Arlindo Correa, IPEA
Dr. Sergio Fernando Bath, Ministério do Planejamento



MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
CAIXA POSTAL 1669 — ENDEREÇO TELEGRAFICO «EDINEP»
RIO DE JANEIRO — GB

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1968.

Ilm^o. Sr.
Dr. Carlos Correa Mascaro
DD. Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos
Palácio da Educação e Cultura - 10^o andar
N e s t a

Senhor Diretor,

Tenho o prazer de apresentar a V. S^a. o RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA EATEP DO ANO DE 1968, bem como a relação do Pessoal Técnico e Administrativo que constitui a Equipe e a discriminação do equipamento e material permanente adquiridos pelo INEP para uso da EATEP.

Coloco-me à disposição de V. S^a. para quaisquer informações que se façam necessárias.

Lyra Paixão
Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da EATEP

RELAÇÃO DO MATERIAL DE ESCRITÓRIO EXISTENTE EM ESTOQUE NA EATEP

ATÉ A DATA DE 25/3/69

MATERIAL DE CONSUMO

1 - Barbante	5 rolos
2 - Bloco de papel jornal, tam.32x21	230 unid.
3 - Bloco de telegramas oficiais	20 unid.
4 - Bloco sem pauta, tam.16x11	200 unid.
5 - Bloco pautado, tam.16x22	230 unid.
6 - Bloco pautado, tam.21x32	280 unid.
7 - Bobina para grampeador Bates	10 unid.
8 - Bobina para máquina de somar e calcular	11 unid.
9 - Borracha para lápis	10 unid.
10 - Caneta esferográfica Jofa nove	144 unid.
11 - Carga para caneta esferográfica Bic	41 unid.
12 - Carga para caneta esferográfica Artpen	20 unid.
13 - Clips nºs. 1 e 00	60 cxs.
14 - Cola Polar, tamanho médio	8 unid.
15 - Colchete nº 5-Únidos - De Luxe	4 cxs.
16 - Envelope pardo, tam.27x37	700 unid.
17 - Envelope pardo, tam.20x28	300 unid.
18 - Envelope aéreo, tam.ofício	5.000 unid.
19 - Envelope aéreo, tam.carta	4.000 unid.
20 - Envelope branco, tam.ofício	4.000 unid.
21 - Envelope branco, tam.carta	4.500 unid.
22 - Elásticos	100 unid.
23 - Etiquetas gomadas, tam.grande e médio	3 cadernos
24 - Fita durex, tam.médio	41 unid.
25 - Fita plástica colorida	5 unid.
26 - Ficha branca pautada, tam.5x8	2.000 unid.
27 - Ficha branca pautada, tam.3x5	1.000 unid.
28 - Goma arábica, vidro grande	1 vidro
29 - Grampos encadernadores	2 cxs.
30 - Grampos para grampeador, tam.26/6	9 cxs.
31 - Giz branco e em cores	2 cxs.
32 - Lápis preto nº 1	3 grozas
33 - Limpa tipos Albion	12 unid.
34 - Matriz fidecópia, tam.ofício	16 cxs.
35 - Matriz fidecópia, tam.carta	18 cxs.
36 - Papel continuação de ofício branco	6.500 fls.
37 - Papel carbono preto	32 cxs.
38 - Papel pautado c/4 furos	300 fls.
39 - Papel para quadro, tam.gigante	40 fls.

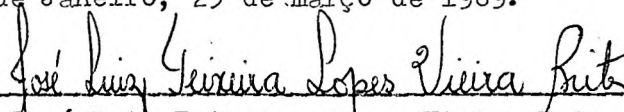
(continua)

40 - Papel ofício	9.500 fls.
41 - Papel alçaço pautado	95 fls.
42 - Papel carta	9.000 fls.
43 - Papel cópia de carta	6.000 fls.
44 - Papel informação sem pauta	6.500 fls.
45 - Papel cópia de ofício	27.500 fls.
46 - Papel alçaço quadriculado	100 fls.
47 - Papel de embrulho	27 fls.
48 - Papel fidecópia, tam.ofício	12.000 fls.
49 - Papel fidecópia, tam.carta	32.000 fls.
50 - Pasta para arquivo com projeção	700 unid.
51 - Pasta para arquivo côr preta	5 unid.
52 - Pincel atômico	13 unid.
53 - Papel termo fax	2 cxs.
54 - Tinta para carimbo	3 vidros

MATERIAL DE LIMPEZA

1 - Desinfetante Pinho Sol, tam.grande	9 vidros
2 - Estopa	2 sacos
3 - Flanela	4 unid.
4 - Óleo para móveis Shell	9 vidros
5 - Papel sanitário Finesse	134 rôlos
6 - Pasta saponácea Jóia	9 latas
7 - Sabonete Palmolive	36 unid.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1969.



José Luiz Teixeira Lopes Vieira Brito

Secretário Executivo

da

E.A.T.E.P.

V I S T O

Em 25/3/1969

Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da
E.A.T.E.P.

RELAÇÃO DO MATERIAL PERMANENTE DA
E.A.T.E.P.

1 - Arquivo de aço c/ 2 gavetas, côr cinza	10
2 - Arquivo de aço c/ 4 gavetas, côr cinza	3
3 - Bandeja para papéis de expediente	18
4 - Cadeira Kastrup giratória c/ braços, estofada	14
5 - Cadeira Kastrup singela s/ braços, estofada	12
6 - Cadeira Kastrup p/datilógrafo s/braços, estofada	5
7 - Cadeira Kastrup singela em imbuia	10
8 - Cesta de papel em fibra c/aro de metal	10
9 - Cinzeiro de coluna	2
10 - Estante p/livros (módulo c)	28
11 - Fichário de aço c/ 2 gavetas p/fichas 3x5	1
12 - Fichário de aço c/ 1 gaveta p/fichas 5x8	1
13 - Fichário de aço de mesa p/fichas 12x7	2
14 - Geladeira, 12 pés, marca Hotpoint	1
15 - Lâmpada de mesa fluorescente	7
16 - Máquina de escrever Remington Standard	1
17 - Máquina de escrever Remington, carro grande	1
18 - Máquina de escrever Olivetti, portátil	1
19 - Máquina de escrever elétrica Facit	1
20 - Máquina de escrever elétrica Olympia	1
21 - Máquina de calcular elétrica Olivetti	1
22 - Máquina de somar elétrica Olivetti	1
23 - Duplicadora ditto	1
24 - Mesa de centro em imbuia	1
25 - Mesa de telefone em imbuia	2
26 - Mesa p/máquina de escrever, 3 gavetas, tampo fórmica	3
27 - Mesa p/máquina de escrever, 3 gavetas, tampo conversível	2
28 - Mesa p/funcionário, 4 gavetas, tampo lustrado	17
29 - Mesa de reunião, c/cantos curvos	4
30 - Poltrona s/braços, estofada em napa, c/sapatas de nylon	2
31 - Quadro escolar, portátil, c/cavalete, moldura, porta giz	1
32 - Ventilador de coluna, 24", 5 velocidades, Contact	2
33 - Ventilador de mesa, 16", 2 velocidades, Contact	8
34 - Apagador p/quadro negro	3
35 - Apontador de lápis, marca Boston	2
36 - Bibliocan	12 pares
37 - Cinzeiro rotativo	1
38 - Grampeador, marca Bates	8

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

39 - Grampeador, marca Swingline	4
40 - Esquadro	2 pares
41 - Perfurador, marca Deluxe, nº 910	16
42 - Régua T, cabeça fixa, de 1,50 cms	1
43 - Suporte p/ fita durex	8
44 - Tesoura em aço inoxidável	2
45 - Furador de papel c/cabo de madeira	1
46 - Espeto de papéis	2
47 - Dicionário Michaelis, português-inglês	1
48 - Chave de parafusos	2
49 - Lanterna de pilha	1
50 - Martelo c/ cabo de madeira	1
51 - Trena metálica	1
52 - Nôvo Michaelis, inglês-português, português-ínglês-4vol... 1	
53 - Gramática Normativa da Língua Portuguesa	1
54 - Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa-Aurélio B.Holanda 1	
55 - Dicionário de Verbos e Regimes-Francisco Fernandes	1
56 - Pequena Gramática da Língua Portuguesa-Adriano G.Rury 1	
57 - Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos	1
58 - Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos - 4 volumes 1	
59 - Anuário Estatístico do Brasil - 1967	1

MATERIAL ADQUIRIDO PELA VERBA DO
CONTAP

60 - Armário de aço, 2 portas, côr cinza	1
61 - Retroprojeter, 3M	1
62 - Gravador, marca Hitach	1
63 - Ponteira cromada	1
64 - Biombo de madeira	1
65 - Cafeteira elétrica	1

OBSERVAÇÕES:

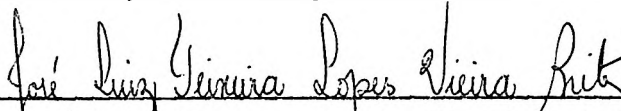
a) Material permanente existente na EPEM - Travessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana, a título de empréstimo.

- Cadeira giratória c/braços, estofada	5
- Cadeira singela em imbuia	10
- Mesa de telefone em imbuia	1
- Cadeira p/datilógrafo s/braços, estofada	3
- Mesa p/máquina de escrever, 3 gavetas, tampo fórmica	2
- Mesa p/máquina de escrever, 3 gavetas, tampo conversível..	2
- Mesa p/funcionário, 4 gavetas, tampo lustrado	7

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- Mesa de reunião, c/cantos curvos 2
- Ventilador de mesa, 16", 2 velocidades, Contact 1
- b) Material existente no depósito do MEC:
 - Mesa de reunião, c/cantos curvos 1
- c) Material existente no INEP:
 - Lâmpada de mesa fluorescente (Seção de Norma Osório e Zenaide Schultz) 2
- d) Material existente no CBPE:
 - Grampeador, marca Bates (Seção de Mdde.Deblé) 3
 - Perfurador, marca Deluze, nº 910 (Mdde.Deblé) 2

Rio de Janeiro, 25 de março de 1969.



José Luiz Teixeira Lopes Vieira Brito

Secretário Executivo

da

E. A. T. E. P.

V I S T O:

Em 25/3/1969

Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da
E. A. T. E. P.

Propõe esta Diretoria que, uma vez mantida a assistência técnica suplementar da USAID, no período de 31/1/68 a 31/5/68, a EATEP concentre seus esforços nas seguintes metas a curto prazo dos supra-citados objetivos:

A primeira responsabilidade do grupo brasileiro-americano será assistir o Ministério da Educação e Cultura em seus esforços para auxiliar as autoridades educacionais dos Estados selecionados a elaborar e executar os planos que visem a diminuir o número de evasões e repetências e, conseqüentemente, promovam o aumento rápido do fluxo de alunos pelo sistema educacional primário.

Especificamente, a EATEP assistirá o Estado do Espírito Santo (e possivelmente o de Pernambuco) a executar, em regime de experiência-pilôto, o plano por ela elaborado e aceito pela Secretaria de Educação do Estado.

A segunda responsabilidade da Equipe será assistir o Estado do Espírito Santo (e possivelmente o do Rio Grande do Sul) a manter e ampliar o sistema de cartões de registro permanente e a analisar os dados por eles coletados, especialmente aqueles que se relacionem aos fenômenos de evasão e repetência nas escolas primárias daquele Estado.

A terceira responsabilidade será prestar assistência indireta a outros Estados, que não os acima citados, por meio da divulgação de informações sobre o projeto-pilôto e pela organização de seminários semelhantes à "Semana de Estudos INEP-EATEP" que teve lugar no Rio, no período de 27/11/67 a 2/12/67. O próximo seminário deverá realizar-se em Belo Horizonte, tendo por tema principal "O Desenvolvimento de um Programa de Prontidão para a Leitura".

Cede

A quarta responsabilidade será continuar a assistir o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático, com ênfase particular nos problemas da utilização do livro-texto e na elaboração de materiais para o processo de alfabetização.

Para o desenvolvimento das atividades da Equipe em sua nova fase de existência o INEP se compromete a:

- 1) Continuar a fornecer os salários e as verbas para viagem dos técnicos brasileiros em níveis nunca inferiores aos atuais;
- 2) Prover local, equipamento, material de consumo e pessoal administrativo necessários ao funcionamento da Equipe;
- 3) Modificar a composição da EATEP de forma a assegurar a existência, na Equipe, de elementos com as qualificações profissionais específicas necessárias à segunda etapa de suas atividades. Tendo em vista a diminuição do âmbito de ação da EATEP, no futuro imediato, a primeira modificação a ser efetuada consistirá na redução do número de integrantes permanentes da Equipe para três técnicos. Quando houver necessidade e sempre que possível, serão contratados especialistas por período limitado de tempo para execução de determinadas atividades técnicas.
- 4) Assegurar o funcionamento da Equipe dentro de uma previsão orçamentária pelo menos ao nível da especificada no apêndice e que inclui:
 - 4.1 - um total de NCr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros novos) já aprovado para 1968;
 - 4.2 - totais propostos para os anos de 69 a 71:
1969 - NCr\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros novos)

cel

1970 - NCr\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros novos)

1971 - NCr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros novos).

- 5) elaborar um regimento que oriente o funcionamento da equipe e que preserve sua existência e objetivos em caso de qualquer reforma que venha a afetar as funções do INEP.

Finalmente, solicito a V.Sa. que estude a possibilidade de a EATEP continuar a receber assistência técnica e financeira da USAID e do CONTAP não apenas até 31 de maio do corrente ano mas após este período, uma vez que tal assistência proporcionará aos técnicos brasileiros oportunidades várias de enriquecimento pessoal, e aos projetos desenvolvidos pela Equipe a possibilidade de continuação eficiente.

Certo da compreensão de V.Sa., reitero-lhe protestos de elevado apreço.



Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Ilmo. Sr.
Dr. Rosson Cardwell*
Diretor do HRO da USAID
Rua Melvin Jones, 27 - 18 andar
Nesta

LP/dcd

M E C - I N E P

P R O G R A M A D E A T I V I D A D E S

D O

I N S T I T U T O N A C I O N A L D E E S T U D O S P E D A G Ó G I C O S

1 9 6 8 / 1 9 7 1

E A T E P - E Q U I P E D E A S S I S T Ê N C I A T É C N I C A A O E N S I N O P R I M Á R I O

1- OBJETIVOS:

a- Realizar e promover estudos em profundidade dos males crônicos e agudos de que sofre a escola primaria como os de evasão e repetência, e dos metodos de combater-lhes as causas.

b- Assistir os Estados no desenvolvimento e execução de planos específicos para a regularização do fluxo de alunos pelos anos escolares.

c- Elaborar planos de ação para o melhor entrosamento da educação primaria com a secundaria e a superior.

2- MÉTODOS DE TRABALHO:

a- Assistência direta cada ano a um número selecionado de Estados na análise da situação educacional local e na elaboração e execução de planos dentro dos objetivos já mencionados.

b- Assistência indireta aos demais Estados, mediante:

. distribuição de materiais e de informações referentes aos projetos da EATEP e aos de outras instituições envolvidas no mesmo tipo de trabalho;

. promoção de programas de observação para técnicos de educação, nos Estados que estão realizando estudos e executando projetos sob a supervisão da Equipe;

. organização de um serviço sistemático de consultoria;

. patrocínio de ciclos de estudo e seminários.

Handwritten signature

3- CATEGORIAS DE AÇÃO:

3.1 - Projetos Demonstrativos:

3.1.1 - Pesquisas:

A- Tratamento estatístico dos dados de 1965 relativos ao rendimento da escola primária - cadastro EPO - 1, do SEEC (por amostragem).

B- Idem, do ano de 1967

C- Estudo longitudinal sobre evasão e repetência, fichas individuais do aluno, sistema permanente de cartões de registro dos alunos, processamento de dados.

D- Estudo da evasão e repetência nas demais séries do primário (por amostragem).

E- Extensão gradativa dos projetos C e D a outros Estados.

Anos	Projetos	Estados	Séries	Nº de crianças	Investimentos NCr\$
1967/1968	A	3.....	1ª à 4ª		59 000,00
	B	3	1ª à 4ª		
	C	3	1ª à 2ª ...	66.000	
	D	3	2ª à 4ª ...	2.050	
1969	C	3	1ª, 2ª, 3ª	107.000	
	D	3	3ª e 4ª	1.200	
	E	2			
1970	C	3	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	145.000	
	D	3	4ª	550	
	E	4			
1971	C	3	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	175.000	
	E	4			
Totais	4	7	4	496.000	

cdl

3.1.2 - Implementação do Plano-Pilôto visando à experimentação de mudanças (regularização das idades por série, promoção progressiva, adequação de programas e currículos, assistência técnico-pedagógica a professores, supervisores e a grupos responsáveis pela elaboração de material didático, utilização de testes de maturidade e de escolaridade, etc.), mudanças que podem contribuir para reduzir ou eliminar as causas de evasão e repetência.

Anos	Nº de Estados	Nº de alunos	Nº de profs.	Nº de supervisores	Nº de escolas	Séries	Investimentos NCr\$
1968	3	7.700	210	22	30	1ª, 2ª	123.000,00
1969	3	15.400	420	39	30	1ª, 2ª e 3ª	
1970	3	23.100	630	45	30	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	
1971	3	30.800	840	59	30	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	
Totais	3	77.000	2.100	165	30	4	

3.2 - Treinamento de Pessoal

3.2.1 - Orientação de Pessoal envolvido no registro e acompanhamento dos dados relativos ao estudo longitudinal sobre evasão e repetência.

Anos	Nº de Estados	Nº de participantes	Nº de encontros	Investimentos NCr\$
1967/1968	3	230	3	10.500,00
1969	6	690	6	
1970	12	1.460	12	
1971	18	2.200	18	
Totais	18	4.580	39	

3.2.2 - Seminários para a orientação de pessoal sobre os objetivos e o desenvolvimento do plano-pilôto.

Anos	Nº de Estados	Nº de seminários	Nº de participantes	Investimentos NCr\$
1968	3	3	500	25.500
1969	6	6	1.000	
1970	12	12	1.500	
1971	18	18	2.000	
Totais	18	18	5.000	

cedl

3.2.3 - Elaboração e publicação de materiais específicos para o treinamento do pessoal e para o desenvolvimento da assistência indireta aos Estados (professores, supervisores e administradores) e de materiais de ensino para professores e alunos.

A n o s	Nº de Estados	Nº de participantes	Investimentos NCr\$
1968	3	20.000	65.000,00
1969	6	45.000	
1970	12	60.000	
1971	18	85.000	
Totais	18	210.000	

3.2.4 - Seminários regionais para o aperfeiçoamento de técnicos em currículo e nas demais áreas do programa do curso primário (ênfase inicial nos métodos e processos de leitura e matemática moderna).

ANOS	Nº de Estados	Nº de seminários	Nº de participantes	Investimentos NCr\$
1968	22	6	150	85.500,00
1969	22	6	150	
1970	22	6	150	
1971	22	6	150	
Totais	22	24	600	

3.3 - Treinamento de pessoal técnico no estrangeiro, dentro das diversas áreas do ensino primário, visando ao seu aproveitamento na Equipe e nos serviços técnico-pedagógicos estaduais.

Anos	Nº de Estados	Nº de participantes	Investimentos NCr\$
1967/1968	8	24	USAID/Brasil
1969			
1970			
1971			
Totais			

cede

4- RECURSOS

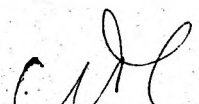
A n o s	INEP-NCr\$	CONTAP-NCr\$	Outros
1968	120.000	443.000 (67/68)	
1969	230.000		
1970	265.000		
1971	280.000		
Totais	895.000		

OBSERVAÇÕES -

- . Os recursos do INEP destinam-se à manutenção da EATEP.
- . Os recursos do CONTAP serão empregados nas despesas extraordinárias para o início dos projetos demonstrativos. Serão usados como incentivo à administração estadual até que esta possua recursos próprios para financiar os projetos.

Rio de Janeiro, Novembro - 1967

Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da EATEP


Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Aguares



11 de janeiro de 1968
Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Sr. Diretor da Divisão de Recursos Humanos da USAID
SEGUNDA ETAPA DO TRABALHO DA EATEP

Senhor Diretor,

Considerando os progressos realizados pela Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário, originada de Convênio firmado entre o MEC (através do INEP) a USAID e o CONTAP a expirar-se em 31 dêste, é pensamento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos dar continuidade às atividades da EATEP, transformando-a em Equipe brasileira permanente, capaz de alcançar os objetivos definidos no Acôrdo que a criou. Para tanto, acredita o INEP ser da maior importância que a EATEP continue a receber assistência técnica suplementar da USAID a curto prazo.

A fim de que V.Sa. possa avaliar a magnitude do papel que a EATEP desempenhará com a sua conservação, anexamos a êste o Programa de Atividades da Equipe para o período 1968/1971. Os objetivos a longo prazo nêle incluídos são os seguintes:

- 1- Promover e realizar estudos em profundidade dos males crônicos e agudos que afligem a escola primária, quais sejam os de evasão e repetência e dos métodos de combater-lhes as causas.
- 2- Assistir os Estados no desenvolvimento e execução de planos específicos para a regularização do fluxo de alunos pelas séries escolares.
- 3- Elaborar planos de ação para o melhor entrosamento da educação primária com a média.

at

MEC - INEP - EATEP

- Assistência Técnica do INEP -

E A T E P - Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário. Constituída por seis educadores brasileiros e seis norte-americanos.

Origem: Convênio firmado entre o MEC - através do INEP - o CONTAP e a USAID, em dezembro de 1965 e com vigência até maio de 1968.

Objetivos - Estudar em profundidade os fenômenos da evasão e repetência, identificar-lhes as causas e assistir os Estados no desenvolvimento e execução de planos de educação, uma vez que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, cabe-lhes a responsabilidade de organizar seus próprios sistemas de ensino.

Âmbito de ação - A EATEP, sempre que solicitada, presta assistência técnica direta aos Estados, colaborando na análise da situação educacional local e no desenvolvimento e execução de planos que visem a regularizar o fluxo dos alunos pelo sistema educacional primário.

Procura assistí-los também no estabelecimento de projetos-pilotos visando à experimentação de mudanças que reduzam ou eliminem as causas dos fenômenos da evasão e repetência. Esses projetos serão testados em micro-escala antes de serem estendidos a todo o Estado, quando quer que se identifiquem causas ligadas a fatores externos ao sistema educacional, procurar-se-á buscar a cooperação das instituições capazes de atenuar o efeito negativo desses fatores.

Porque a EATEP só pode prestar assistência direta a um número limitado de Estados, está envidando esforços no sentido de desenvolver junto aos demais um tipo de assistência indireta mediante:

- . distribuição de informações referentes a seus projetos e aos de outras instituições envolvidas no mesmo tipo de trabalho.
- . promoção de programas de observação para técnicos em educação, nos Estados que estão desenvolvendo estudos e execução de projetos sob sua supervisão.
- . organização de um serviço de consultoria.
- . patrocínio de conferências e seminários.

Atividades:

1- Elaboração de documentos técnicos sobre os seguintes temas:

- . Os fenômenos da evasão e repetência na escola primária brasileira. Análise e Recomendações.
- . Objetivos da educação - Instrumento de avaliação dos currículos da escola primária.
- . Situação atual da educação primária brasileira nas áreas de:

Administração
Supervisão
Currículo e material escolar
Preparação de professores

- . Sugestões para produção de material impresso a ser utilizado por administradores escolares, supervisores, professores e crianças.
- . Diretrizes para um programa de pesquisas.
- . Descrição de projeto sobre o reagrupamento das crianças na sala de aula.

. A supervisão e o aperfeiçoamento de professores;
 . O que a evasão e a repetência representam em custo para o Brasil.

2- Assessoramento direto às Secretarias da Educação do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo, na elaboração de projetos de pesquisa sobre evasão e repetência na escola primária e de planos específicos para a melhoria do fluxo de alunos pelos anos escolares.

3- Participação da EATEP até o presente:

- . na III Conferência Nacional de Educação, em Salvador, Ba;
- . no Seminário da COLTED, Rio de Janeiro GB;
- . no VIII Congresso Nacional da Confederação dos Professores Primários do Brasil, Cuiabá, MT;
- . na III Conferência de Educadores, de Brasília, D.F.;
- . no Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro (Relatório final sobre Educação);
- . no planejamento do próximo Congresso da Organização Mundial do Ensino Pré-escolar - OMEP.

4- Seleção de pessoal técnico a ser enviado a Universidades Americanas, com o compromisso de cooperar, quando de seu retorno ao Brasil, com os projetos que a EATEP esteja desenvolvendo nos seus Estados de origem.

Procedência e nº dos bolsistas já selecionados:

- . Rio Grande do Sul 6
- . São Paulo 3
- . Minas Gerais 8
- . Santa Catarina 1

Recursos do INEP destinados à Equipe em 1967

- Duzentos e três mil cruzeiros novos (NCR\$203 000,00)

Fundos do CONTAP para aplicação em projetos específicos, até maio de 1968:

- Quatrocentos e quarenta e três mil cruzeiros novos (NCR\$ 443 000,00)

Enderêço da EATEP:

MEC - INEP - EATEP
Travessa Guimarães Natal, 12
Copacabana - Rio de Janeiro, GB

Rio de Janeiro, GB, 22 de setembro de 1967

Lyra Paixão
Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da EATEP

Em 22/9/67

LP/lm



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Op. 18

Em 2 de agosto de 1968

D^a: Coordenadora Técnica da EATEP

Ao: Senhor Diretor do INEP

Assunto : Comunica realização V Semana de Estudos INEP/EATEP

Senhor Diretor,

Em conformidade com o ofício dirigido a V. S^a. em 13 de março do corrente ano, realizaremos em Vitória, de 5 a 10 deste mês a V Semana de Estudos INEP/EATEP. Os técnicos da Equipe que estarão fora durante a semana mencionada são os seguintes:

Prof^{as}. Diva de Moura Diniz Costa, Lyra Paixão, Maria Yvonne Atalécio de Araujo e o Secretário Executivo José Luiz Teixeira Lopes Vieira Brito. A secretária datilógrafa Laura Maria da Silva Maia será a responsável pelos trabalhos internos do escritório da EATEP, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Em anexo a agenda do Encontro.

Atenciosamente,

Lyra Paixão
Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da EATEP

Op. 18
Lyra Paixão
Coordenadora Técnica
da EATEP

Ilm^o. Sr.
Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Palácio da Cultura - 10^o andar
N e s t a

EATEP

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

Reunião com o Dr. Carlos Mascaro para uma visão geral do trabalho da Equipe do Ensino Primário. 2/8/66

1. Começou fazendo uma explanação quanto às diferenças e semelhanças entre o sistema educacional dos Estados Unidos da América do Norte e os Estados Unidos do Brasil. Lá, sempre houve participação da comunidade; o povo sempre se interessou pelos problemas educacionais, sempre teve oportunidade de manifestar opinião, dar sugestões, etc. Aqui, o Governo Central sempre foi o donador, o que dita leis, e o povo recebendo tudo sem maiores indagações. Agora, com a Lei de Diretrizes e Bases estamos procurando dar aos Estados essa participação na solução dos problemas educacionais, e daí a razão de ser do nosso trabalho.

2. O trabalho que teremos de enfrentar não é fácil. A bibliografia brasileira demonstra que em matéria de pensamento pedagógico o brasileiro é tão fecundo e rico como ~~qualquer~~ qualquer outro povo. O que falta ao Brasil é a capacidade de transformar o pensamento em realização eficiente, de torná-lo uma conquista no campo da educação.

3. Atuação do grupo: Precisamos pensar num programa que corresponda ao ajustamento entre o pensamento e a ação. Nos EEUU os Estados têm perfeita noção do seu lugar na Federação. No Brasil passamos de um regimen unitário para um regimen federativo, sem uma preparação para isso. Embora Federação, temos ainda vestígios da organização unitária, toda poderosa, em que as Províncias recebiam ordens do Governo Central. A LDB vem estabelecer normas para que os Estados, com sua autonomia, construam seus próprios sistemas de educação. Este é o esforço que teremos de realizar agora: ajudar a descentralização dos Estados de maneira consciente.

O Governo da União ensinará o Estado a ser autônomo em matéria de educação.

4. Realizaremos o trabalho em duas esferas:

- a- plano teórico ou doutrinário - *conscientização*
- b- plano prático ou de realização efetiva - *instrumentação*

O 1º é mais fácil: encontraremos grande base pedagógica.

O 2º apresenta grande limitação na capacidade de fazer , de executar.

Dáí haver necessidade de perfeita integração da tarefa que vamos empreender, com o conveniente conhecimento dos caminhos e das leis existentes. Será de grande valor nosso trabalho conjunto durante dias e mais dias, durante os quais anotaremos todos os detalhes pertinentes à nossa tarefa, para que não iniciemos qualquer forma de intervenção sem conhecermos bem os caminhos a seguir para conseguirmos com êxito essa intervenção. Correremos o risco de fracassar se não estivermos bem preparados para esse trabalho. Já houve muitas tentativas para ajudar os Estados e com as melhores intenções, mas os resultados fôram mínimos. Temos dispendido esforços pessoais e recursos financeiros tentando uma forma de ajuda que disso só tem o nome.

5. Agora vamos tentar mais uma vez essa ajuda, essa colaboração, tendo antes conhecimento das razões pelas quais os esforços anteriores não deram os resultados desejados. Atuaremos num sentido mais integrado à situação brasileira, procurando novos meios e novos programas, seguindo a linha da conveniência nacional e então traçaremos o nosso caminho.

6. A maior dificuldade que encontraremos será decorrente do objetivo principal do nosso programa: o de provocar, de promover mudanças nas idéias, nas atitudes, nas formas de ação dos governos e das autoridades educacionais. Será mais fácil conseguirmos concordância no plano das idéias, porém encontraremos maiores dificuldades quando quisermos colocar essas idéias em prática. Muitos planos de reforma educacional já foram preparados, aprovados, aceitos sem contestação, mas poucos desses planos estão realmente sendo realizados. Esta falha na realização pode ser atribuída, não só a uma incapacidade para realizar, como também pela não perseverança, pela falta de continuidade no esforço dentro do plano. Em muitos lugares no Brasil encontraremos grandes realizações, mas elas não representam uma conquista nacional. São esforços locais e cons

tituem uma amostra do êxito alcançado, muito distante da realidade nacional.

7. Nosso trabalho não pode ser dirigido a áreas limitadas do Brasil. Tem que ser um esforço que eleve o nível das áreas que necessitam de maior ajuda, sem que isto represente limitação à colaboração que devemos emprestar às áreas mais desenvolvidas.

Nossa intervenção, entretanto, não deve ser compreendida como o trabalho de um grupo que vem realizar uma tarefa que é função dos Estados. Vamos levar aos Estados a ajuda de que necessitam, mas não a realização do serviço. Vamos ajudar os Estados a trabalhar. Vamos acompanhar o Estado auxiliando os órgãos administrativos que existem para isso.

8. Devemos também resistir às soluções simplistas que ocorrem com frequência, de que é preciso criar novos órgãos além dos já existentes nos Estados, porque poderemos contribuir para a duplicação da administração escolar, e a dispersão dos poucos recursos financeiros de que dispomos. A administração brasileira, em geral, baseia-se muito na multiplicação de serviços e multiplicação de servidores por razões políticas, emocionais e até sociais, mas é preciso estabelecer-se uma medida equitativa da amplitude dos serviços, a fim de não os transformarmos em áreas de emprego.

9. Feitas essas explicações, passaremos a indicar os documentos cujo conhecimento é fundamental para que o grupo possa trabalhar com razoável expectativa de êxito:

- 1- Construção brasileira (capº relativo à educação)
- 2- Lei de Diretrizes e Bases
- 3- Plano Nacional de Educação (os 3 documentos)
- 4- Salário Educação
- 5- Anais das 2 Conferências Nacionais de Educação.
- 6- Documento básico da II CNE e anexos.
- 7- Trabalho do Dr. Pasquale aprovado numa reunião dos Conselhos Federal e Estaduais.
- 8- Plano Decenal.
- 9- Plano dos Colóquios Regionais (CROSE).
- 10- Anuário Brasileiro de Educação, um documento que está sendo preparado.

10. Finalmente um ponto muito importante: relações de trabalho dêste grupo com o trabalho de outro grupo que se realizará mais tarde um pouco: os colóquios regionais sôbre a organização dos Estados. Serão realizados com a colaboração do grupo da UNESCO. Teremos de fazer uma perfeita delimitação das tarefas, para que não haja confusão entre os grupos e as administrações que vão receber ajuda, pois correremos o risco de estabelecer um clima de guerra entre os que trabalharem nessas condições.

CROSE: Colóquios Regionais sôbre Organização dos Sistemas de Ensino. Êste grupo visa desempenhar um trabalho de atualização doutrinária. Deverá conquistar a compreensão, o apoio, o interêsse dos homens que ocupam cargos na administração estadual ou daqueles que têm prestígio nas localidades.

Quando o nosso grupo for trabalhar não precisará preocupar-se com êsse problema. Devemos exercer influência direta sôbre a administração, sôbre o pessoal em serviço que não está capacitado a exercer a sua tarefa. O nosso trabalho é, portanto, mais delicado, mais difícil, mas é mais concreto.

Aquilo de que precisamos é orientação para realizarmos as tarefas que temos a cumprir. O fator que tem dificultado o desenvolvimento e a realização das tarefas educacionais é a falta de capacidade do pessoal (diretores, administradores, superintendentes de escolas, etc.).

"Eu me identifico muito com a tarefa dêste grupo, mais do que com o CROSE. Exerci na educação primária todos os cargos, desde professor primário até diretor do Departamento de Educação da Secretaria de São Paulo (duas vêzes). Fui também diretor de 3 Escolas Normais. Creio pois que poderemos partir daqui para o ajustamento de todos os elementos que participam do grupo a fim de constituirmos uma equipe, para o cumprimento dos Acôrdos. Li o Convênio e creio que não tenho já os elementos para fazer uma análise sem antes conversar com as autoridades do Govêrno. Mas mesmo depois de o fazer, creio que nada precisaremos alterar do que foi dito. Estou pronto também a fazer com que as partes que assinam o Convênio ajustem seus pensamentos".

Em 9/8/66
LP/lm.

CROSE + curto
GPA - + longo



MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

CAIXA POSTAL 1669 — ENDEREÇO TELEGRÁFICO «EDINEP»
RIO DE JANEIRO — GB

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1966.

Exm^o. Sr.
Dr. Carlos Corrêa Mascaro
Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos
Palácio da Cultura
Rua da Imprensa, 16 - 10^o andar
N e s t a

Senhor Diretor:

Atendendo a solicitação de V. Ex^a. quando de seu último encontro com a Equipe Brasileiro Americana, passo a relatar-lhe nossas últimas atividades que têm tido, por objetivo, a conclusão, na maior brevidade possível, do nosso plano de trabalho.

Baseando-nos nas diretrizes traçadas no recente documento assinado por V. Ex^a. e pelo representante da USAID, dedicar-nos-emos a:

- A. Um programa de assistência técnica à educação primária:
 - dando ajuda direta aos Estados selecionados
 - dando ajuda indireta a outros Estados
- B. Um programa de estudos e pesquisas que compreenderá:
 - análise
 - experimentação
- C. Um programa de treinamento

Os Coordenadores sentimos que o fator "comunicação" é de grande importância para um Grupo de Trabalho e que, uma vez estabelecidas as bases do programa, torna-se necessária uma definição conjunta do que entendemos pelos três pontos mencionados acima. Essa fundamentação dará maior confiança a cada um dos membros na realização do seu trabalho futuro. As atividades, portanto, relacionadas a seguir, foram realizadas esta semana por sub-grupos, com o objetivo de estabelecer essa definição, apresentadas depois ao Grupo Geral para discussão e emendas, e recebe, no momento, redação final. Cópias desses trabalhos serão enviadas a V. Ex^a. em data muito próxima.



Rio de Janeiro, de

de 19

Atividades:

1. Preparo de um relatório sobre o fluxo de alunos pelo sistema escolar primário do Brasil.

Objetivo: Atualizar relatórios e documentos anteriores que sirvam de informação e utilização da Equipe na assistência a determinadas autoridades e grupos, no que diga respeito a diagnose e compreensão de problemas educacionais, especialmente relacionados à evasão e repetência.

2. Desenvolvimento de um programa de pesquisa analítica

Objetivo: Identificar, por meio de dados e informações já colhidos em fontes federais e estaduais, fatores que afetem o fluxo; desenvolver uma série de hipóteses de acordo com seus relativos impacto e extensão e, onde for possível, tentar as hipóteses por meio de análise de informações já existentes ou fáceis de serem conseguidas.

3. Desenvolvimento de um programa de pesquisa experimental:

As hipóteses julgadas mais importantes serão objeto de experimentação, para que se possa determinar os efeitos de certos fatores sobre o fluxo.

A técnica usada será a observação de efeitos pela modificação de alguns fatores.

4. Desenvolvimento de um programa de assistência direta a um grupo de Estados.

Objetivo: trabalhar em cooperação com autoridades estaduais, assistindo-as na:

4.1 análise da situação educacional primária, dando ênfase à identificação de fatores que afetem o fluxo;

4.2 planejamento, execução e avaliação de experiências ou modificações, efetuadas com a finalidade de determinar o efeito desses fatores sobre o fluxo;

4.3 aplicação dos resultados de experiências bem sucedidas a áreas geográficas mais amplas;

4.4 utilização de experiências realizadas em outros Estados, com adaptações a condições locais;

4.5 elaboração de planos a curto e longo prazo para:



Rio de Janeiro, de de 19

- aperfeiçoar a educação primária
- preparar currículos apropriados para as 5ª e 6ª séries escolares, em articulação com escolas secundárias.

5. Desenvolvimento de um programa de assistência indireta aos Estados não selecionados para assistência direta, visando a:

- 5.1 proporcionar informação básica concernente ao planejamento de mudanças que visem ao aperfeiçoamento da educação primária;
- 5.2 proporcionar informação sobre os projetos da Equipe;
- 5.3 proporcionar oportunidades para que educadores possam participar de observações, estudos e desenvolvimento de projetos da Equipe, onde quer que esta se encontre;
- 5.4 proporcionar a educadores oportunidades de participação em conferências especiais, seminários ou programas de estudo, organizados pela Equipe.

6. Preparo de modelos para a produção de materiais destinados a "mudar a mentalidade" de indivíduos e grupos com relação a educação primária, e utilizar e estabelecer técnicas para o uso de tais materiais.

7. Preparo de instrumentos que sirvam de roteiro aos Estados selecionados, no levantamento de seus problemas referentes à evasão e repetência.

8. Organização de um Serviço de Informações necessário ao trabalho da Equipe junto aos Estados, quer na assistência direta, quer na indireta.

9. Preparo de relatório sobre o Programa de Treinamento, estabelecendo os objetivos e os critérios para a seleção dos candidatos aos vários tipos de bolsas de estudo que serão oferecidas aos educadores brasileiros.

No ensejo, quero agradecer-lhe todo o apoio que nos tem dado em todas as fases do nosso programa, e manifesto-lhe minha esperança de que o trabalho da Equipe possa corresponder às expectativas de V. Exª. e do INEP.

Cordialmente,

Lyra Paixão
Lyra Paixão
Coordenadora Técnica

EXTER

Acquiere-R
CCH

OBJETIVOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO: Título IV - Da Família, da Educação e da Cultura.

Artigo 168:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Título I - Dos Fins da Educação

Artigo 1º:

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhe permitam utilizar as possibilidades e vencer dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Título IV - Capítulo II - Do Ensino Primário

Artigo 25:

O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Analisando estes textos legais, depreende-se que, no Brasil, uma nação em desenvolvimento, os objetivos aí expressos implicam na consecução das seguintes metas:

1. A melhoria do bem estar econômico do povo pelo aumento da produtividade, o que redundará na mais alta produção "per capita" e na distribuição mais equitativa da riqueza.
2. A melhoria do bem estar social pela elevação dos padrões de vida, melhoria da saúde física e mental e dos serviços sociais,
3. A melhoria do bem estar político pela participação ativa de uma cidadania esclarecida.

A educação, no consenso geral, é a força motivadora mais poderosa na realização das mudanças que levam à consecução destes objetivos nacionais. Deve, portanto, ser considerada como um investimento, planejado cuidadosamente e executado como empresa importante. Os recursos nacionais investidos na educação eficiente pagam dividendos em espécie, pelo aumento da produtividade da nação, da renda "per capita", bem como por meio de melhor competência social e política. ①

OBJETIVOS ESTADUAIS

Os objetivos estaduais não diferem, em essência, dos objetivos nacionais, embora possa haver diferença nas necessidades específicas de cada Estado e na maneira pela qual seus objetivos são conseguidos uma vez que devem seguir as diretrizes dos documentos legais do país e atender às metas previstas nos planos nacionais de educação.

As questões que precisam ser levantadas em cada estado são:

Quais são as maiores necessidades de um estado para aumentar seu bem estar social, econômico e político?

De que maneira pode a educação primária contribuir para a satisfação destas necessidades?

Uma vez que a educação diz respeito a pessoas, estas questões precisam ser respondidas em termos de recursos humanos. Certamente uma lista de necessidades prioritárias, de qualquer estado brasileiro incluiria os seguintes itens:

1. Um crescimento tão grande quanto possível da percentagem de pessoas funcionalmente alfabetizadas, em boas condições de saúde física e mental, imbuídas de uma consciência social e política.
2. Um número adequado de pessoas preparadas para o exercício da liderança no governo, na esfera social, (inclusive educação), no trabalho em geral.
3. Um grupo suficiente de pessoas competentemente treinadas nas profissões.

① De: *Objetivos da Educação Primária no Brasil* - C. Turner

4. Um número adequado de técnicos altamente capacitados.

5. Um número suficiente de pessoas de mão-de-obra especializada e semi-especializada.

A educação primária deve ser a base sobre a qual se constituirá todo o programa educacional e é de suma importância, que esta base seja sólida.

É essencial, portanto, que a educação primária concentre esforços em objetivos realizáveis de alta prioridade e que, dentro das possibilidades das crianças da escola primária, sejam efetivamente alcançados.

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Alfabetização funcional é um requisito essencial tanto para a educação formal como para a informal.

Alfabetização funcional - conceito amplo de alfabetização - considera alfabetizado não aquele que apenas é capaz de ler, mas aquele que usa com eficiência a leitura e a incorpora à sua vivência diária. Saber ler e escrever funcionalmente é fator primordial de integração social, instrumento de progresso econômico e desenvolvimento. Esta alfabetização funcional só pode ser alcançada, num esforço intensivo, ao longo de todo o curso primário de escolaridade integral e eficiente.

Uma vez que a educação primária provê as bases para um completo programa educacional, compreende-se que o desenvolvimento dessa alfabetização funcional - o que pressupõe o desejo de aprender - tenha a mais alta prioridade nos objetivos da educação primária.

"Nesta definição, bem como na referência aos objetivos que se seguem, o conceito de valor concentra-se no termo funcional. De fato, os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas na aprendizagem devem ser usados continuamente por aquele que aprende, se é que se deseja que os objetivos do estado sejam realmente alcançados.

Isto significa que a formação de atitudes e de hábitos assume importância vital.

Dentro, pois, dessa conceituação de ensino torna-se claro que o como se ensina a criança assume igual ou até maior importância do que o que se ensina.

Isto não quer dizer que não haja outros objetivos importantes na educação primária. Certamente o desenvolvimento de mentes sãs em corpos sãos é imprescindível, uma vez que é requisito essencial à alfabetização funcional. O desenvolvimento de conhecimentos e de atitudes - sobre a própria comunidade, o estado, a nação e o mundo em que se vive, proporciona o conteúdo necessário ao programa da escola primária.

Assim, a tarefa da escola primária deveria concentrar-se no primeiro dos objetivos do estado, anteriormente propostos e contribuir indiretamente para a consecução de cada um dos outros. Iniciará algumas crianças no caminho da liderança, outras no treino das profissões, à medida que desenvolve suas aptidões.

Não se preocupará particularmente com o treino vocacional de nenhuma criança, em particular, mas estará atento ao desenvolvimento do conhecimento, habilidades e atitudes que a levem à prontidão para uma futura profissão.

À luz desses conceitos e suas limitações, os objetivos da educação primária, que devem ter a mais alta prioridade são:

1. O desenvolvimento da alfabetização funcional, no mais alto grau possível em todas as crianças. Isto incluiria:
 - a capacidade e o desejo de comunicação efetiva pela audição, linguagem oral, leitura e escrita.
 - a capacidade e o desejo de usar essas habilidades de comunicação relacionadas com habilidades de pensamento lógico para chegar a decisões e à solução de problemas.
 - a capacidade de pensar efetivamente em situações que envolvam conceitos numéricos e computá-los com precisão.
2. O desenvolvimento de um conhecimento funcional da vida econômica, social e política de sua comunidade, seu estado e sua nação, bem como uma compreensão incipiente do mundo em que vive e do lugar que o Brasil nele ocupa.
3. O desenvolvimento da maturidade social, emocional e mental, de atitudes e hábitos que conduzam à saúde mental e ao desejo de continuar a educar-se.
4. O desenvolvimento de conhecimentos básicos, atitudes e hábitos que levem à aquisição e/ou à manutenção da saúde física. ” ②

No quadro que se segue fêz-se uma tentativa de análise dos objetivos da educação e uma síntese das responsabilidades da escola primária na "alfabetização funcional" para a formação integral da criança.

11 de novembro de 1966

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Secretário de Educação do ACRE

Senhor Secretário:

Apraz-me comunicar a V.Ex^a que o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio desta Diretoria, assinou com a USAID (A - gência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) um convênio de cooperação e assistência técnica. Para isso, conta com um Grupo de Trabalho constituído por seis educadores brasileiros e seis americanos.

A primeira e principal responsabilidade do Grupo consiste em assistir o Ministério da Educação e Cultura em seus esforços vi sando a:

1. identificar as causas da evasão e repetência nas escolas pri márias do Brasil;
2. elaborar planos de ação específicos para a remoção dessas causas e assistir as autoridades educacionais competentes na execução dos planos, a fim de aumentar rapidamente o fluxo dos alunos pelo sistema educacional primário.

Uma segunda responsabilidade do Grupo, da qual se desin- cumbirá sem prejuízo de sua primeira responsabilidade, é prestar as sistência a autoridades estaduais no preparo e esecução dos planos de reforma das estruturas administrativas das Secretarias de Educa ção e dos sistemas estaduais de ensino, no que diga respeito ao de senvolvimento da educação em nível elementar.

Será dada atenção especial aos aspectos de administração escolar, currículo, treinamento e aperfeiçoamento de professôres , e supervisão, naquilo emque estiverem mais diretamente relaciona - dos a evasão escolar e repetência.

Paralelamente, o Grupo procurará identificar outros fato- res, alheios ao sistema formal de educação, mas condicionantes de

evasão e repetência, sobre os quais serão efetuadas pesquisas suplementares sob a responsabilidade de outros especialistas.

O Grupo já se encontra em condições de dar início às suas atividades, para cujo desenvolvimento será necessário maior entrosamento com as autoridades estaduais de educação. Embora a presente comunicação esteja sendo enviada a todos os Estados da Federação, não será possível a realização de um programa, simultaneamente, em todos eles. Assim, será estabelecida uma escala de prioridades para os Estados nos quais serão desenvolvidos projetos dentro dos objetivos já mencionados. Alguns dos fatores a serem considerados como critérios para prioridade são: interêsse da Secretaria de Educação no desenvolvimento e execução de planos que visem a aumentar o fluxo de alunos pelos anos escolares, oferecimento de condições adequadas para a realização do programa, e natureza dos problemas identificados conjuntamente pelo Estado e pelo Grupo Misto de Trabalho do INEP.

Aguardarei resposta de V.Ex^a até o fim de novembro para programar a ordem de atendimento das solicitações recebidas das Unidades da Federação a que o INEP proporcionará a assistência necessária ao desenvolvimento e aprimoramento do seu sistema de ensino primário.

Antecipando os agradecimentos pela atenção dispensada, reitero a V.Ex^a protestos de elevado apreço.

Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

INTRODUÇÃO

O original do relatório de "120 dias"¹ foi preparado no período em que a Equipe ainda se ressentia da ausência de dois contrapartes e em que mudanças administrativas no INEP e modificações no Convênio acarretaram dúvidas quanto a definição da função da Equipe. Como resultado da revisão do relatório, pela USAID e INEP, os Coordenadores prepararam o esboço de um plano alternado de trabalho, enquanto os demais membros da Equipe se encontravam em férias. Este plano foi comentado com os diretores do INEP-USAID e logo depois pela Equipe, após seu retorno ao trabalho. Verificou-se, novamente, que a confusão de expectativas perdurava. Uma vez que faltava ao grupo um pronunciamento conjunto do INEP-USAID, cada parte (americana e brasileira) da Equipe preparou um documento que, no seu entender, mostrava o que dela esperava seu respectivo Órgão. Os dois documentos foram depois reunidos em um só, aceito por todo o Grupo e, com ele, deu-se início à formulação dos planos.²

A partir de 19 de novembro o pronunciamento conjunto do INEP-USAID "Diretrizes Para o Trabalho da Equipe de Planejamento da Educação Primária"⁴ foi aprovado e apresentado a Equipe pelos Srs. Diretor do INEP e Development Officer for Elementary Education da USAID, trabalho este básico para o plano que se segue.

Em meados de novembro o Sr. Diretor do INEP enviou a cada Secretaria Estadual de Educação uma carta⁵ anunciando o projeto de EATEP e pedindo uma resposta até o fim de novembro. É provável, porém, que as respostas cheguem atrasadas e que muitas delas sejam trazidas por membros dos Conselhos Estaduais de Educação, na próxima reunião do Conselho Federal com os Conselhos Estaduais, de 5 a 10 de dezembro do corrente ano. Enquanto aguarda tais respostas a EATEP aceitou convite do Rio Grande do Sul para trabalhar junto à Comissão de Assessoramento do Conselho Estadual. Representantes da Equipe já visitaram o Estado e agora espera-se a fixação de datas para a realização de uma série de encontros com a referida Comissão.

A seções seguintes descrevem o plano da EATEP, a saber :

Programa de assistência direta aos Estados

Programa de assistência indireta aos Estados

Programa de mudança de mentalidade, isto é iniciação de "nova mentalidade" (atitude) para com a educação primária, e

Programa de treinamento de bolsistas.

1	Veja	cópia	arquivada
2	"	Anexo nº	1
3	"	"	" 2
4	"	"	" 3
5	"	"	" 4

I PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA DIRETA A ESTADOS SELECIONADOS ¹

A EATEP trabalhará diretamente com um certo número de Estados, que não exceda seis ao mesmo tempo, selecionados de acordo com os critérios que incluem itens como número de crianças a serem afetadas, eficiência dos sistemas escolares primários, região, disponibilidade de pessoal treinado, interesse do Estado, etc.²

Foi feita uma seleção preliminar de 13 Estados³, baseada na análise dos dados disponíveis do MEC, porém a seleção final deve aguardar a resposta a carta⁴ enviada a todos os Secretários Estaduais pelo Dr. Carlos Correa Mascaro, Diretor do INEP, pois o interesse e a receptividade do Estado são considerações como vitais pelo INEP, EATEP e USAID.

Este programa consistirá de atividades que incluem a análise dos dados disponíveis, antes da visita; um levantamento e análise do Estado; pesquisa, experimentação e/ou projetos de demonstração para identificar, avaliar a significância e reduzir os fatores que obstruem o fluxo de crianças através do sistema escolar primário do Estado; seminários; e, quando necessário, assistência na preparação do segmento do plano estadual que se relaciona à educação primária. X

A assistência será por meio de consulta e aconselhamento; a maioria do trabalho em si será executada pelo Estado ou entidades. Atenção especial será dada às áreas dentro da competência da EATEP (i.e. educação profissional) porém os membros da Equipe estarão alertas aos fatores "não-profissionais" e alertarão a USAID e o INEP sobre estes a medida que forem encontrados. Esforço contínuo será feito para identificar as condições comuns a vários Estados ou áreas numa tentativa de fixar os elementos que possam conduzir um programa de aplicação ampla.

Após a seleção experimental do Estado, a EATEP designará dois de seus membros para ficarem com a responsabilidade da coordenação do programa com aquele Estado.⁵ Considere-se, porém, que todos os membros da equipe poderão ser, e de fato serão, chamados para trabalhar no Estado a medida que a situação se desenvolva.

Os membros da EATEP estabelecerão contato com as autoridades apropriadas nos Estados escolhidos a fim de pesquisar a natureza da situação educacional do Estado, estimar o grau de interesse na realização de mudanças e discutir os possíveis processos de trabalho.

1 Veja anexo nº 5 para uma descrição completa

2 Veja o anexo nº 6 e os anexos A e B

3 Os Estados: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Maranhão, Santa Catarina, Sergipe, Brasília, Guanabara.

4 Veja o anexo nº 4

5 Veja o anexo 7 para uma descrição mais completa do Procedimento de Trabalho com os Estados.

Na investigação de pesquisa os membros da BATEP usarão o "Guia" para obter informação e compreensão da atitude do Estado quanto a seu "status" atual; seus problemas reconhecidos e as mudanças desejadas. Quando um Estado for finalmente selecionado, o uso do guia continuará como um registro das atividades e mudanças no Estado.

Em seguida à visita de pesquisa a BATEP informará o Estado através do INEP, sua decisão sobre ação futura, quando houver um acordo conjunto de que a BATEP e o Estado trabalharão juntos, será preparada uma declaração escrita dos serviços e condições; e será aprovada pelas partes interessadas.

Um estudo geral "em profundidade", ou das partes que forem apropriadas aos problemas e à situação em questão, deve ser preparação sob a liderança da BATEP em seguida ao referido acordo. (Porém, em ocasiões especiais, parte ou mesmo todo o estudo pode preceder o acordo para ajudar na melhor definição da natureza do serviço a ser prestado).

Como resultado de análise anterior, do estudo em profundidade, ou de uma solicitação direta do Estado, uma série de hipóteses testáveis sobre a influência provável dos fatores selecionados sobre o "fluxo" através do sistema escolar primário será formulada. Esta fase analítica será seguida pela elaboração e execução de uma série de experimentos ou outros meios de testarem-se essas hipóteses.

Com as condições em um dado Estado irão largamente determinar a natureza e a extensão do experimento a ser realizado, e nos agora possível relacionar e descrever o programa experimental de qualquer Estado. Porém, certos fatores sobressaem claramente por seus efeitos negativos sobre o "fluxo" e uma série de projetos foi elaborada pela BATEP com a ideia de que, como estes são julgados principais, algum Estado ou Estados devem ser identificados imediatamente como possuindo as condições necessárias para a realização de tal pesquisa.

Em sua análise inicial e discussão exploratória a BATEP enviará todos os esforços para assegurar o pronto início desses projetos.

Uma parte necessária de tal pesquisa e experimentação, especialmente no tocante a realização acadêmica, é o uso de um teste para estabelecer uma medida "básica" da capacidade das crianças e um segundo teste para medir suas realizações. Os Drs. Angel concor

1. Veja cópia - Anexo 8
2. Veja os anexos nº 9 e nº 10 para uma explicação mais completa e uma lista das hipóteses principais e menos importantes aqui formuladas;
3. Veja o anexo 11 para uma lista dos títulos, por prioridade, e uma breve descrição de cada projeto.

daram em tentar a elaboração de um teste "básico" até Março de 1967 para aplicação (em locais selecionados) a alunos novatos de 1ª série no início do ano escolar. Durante o ano eles tentarão preparar um teste modificado do rendimento escolar para propor - cionar uma medida objetiva do aprendizado no final do primeiro ano letivo. Antecipa-se que segmentos adicionais destes testes serão desenvolvidos no próximo ano.

II PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INDIRETA AOS ESTADOS ¹

O programa "indireto" é a assistência em bases diferentes daquela de um acordo formal envolvendo procedimentos expressos de trabalho.

Sua principal atração é o estabelecimento de um Centro de Recursos e Informações que, apesar de necessariamente ter um início modesto devido às limitações de recursos, fará a coleta de amostras de informações básicas relativas ao planejamento educacional (principalmente materiais impressos), um catálogo das fontes de informação e os tipos de informação peculiares à cada fonte, e descrição e relatórios sobre projetos especiais, incluindo os da EATEP. Em adição a coleta de recursos que poderiam ser usados pela EATEP e os visitantes a esse Centro, seria disseminada a informação sobre os trabalhos da EATEP e outros projetos, através de um "Boletim" periódico de artigos em revistas profissionais brasileiras, de coleção de folhetos, de exposições e seminários, e conferências. Tal Centro prestaria também os serviços consultivos que fossem possíveis dentro das limitações do pessoal, através de correspondência ou contato direto no Centro.

Na formulação de um acordo com os Estados no "Programa de Assistência Direta", a EATEP tentará a inclusão de uma cláusula que permita que técnicos de outros Estados observem, estudem e acompanhem qualquer projeto da EATEP, prestando, desta forma, um tipo de assistência indireta aos Estados "não participantes".

III PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA "NOVA MENTALIDADE" PARA COM A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL ²

Os membros brasileiros da EATEP e os membros do IMEP estão convencidos da necessidade do desenvolvimento de uma nova atitude (ou "mentalidade") para com a educação primária. Eles reconhecem que isto é tão necessário nos níveis mais altos, daqueles que estabelecem diretrizes (Conselhos Estaduais de Educação) e dentro da profissão em si, como no nível geral do público.

1 Veja anexo nº 12 para uma explicação detalhada

2 Veja anexo nº 15 para uma descrição mais completa

Uma das primeiras etapas deste programa será a preparação de descrições (e onde for possível, amostras) de materiais que podem produzir um impacto quando apresentados a grupos específicos. Tais materiais lidarão com os dados que ilustram a situação atual relativa ao fluxo de alunos através do sistema escolar primário brasileiro (cu estadual).¹ A EATEP foi encorajada pelo INEP para cooperar com seus centros audio-visuais para estimular a produção de tais materiais.

Enquanto a cooperação dos veículos de comunicação com as massas (rádio, televisão, jornais, revistas, cinema) será solicitada, também se dirigirão esforços as escolas em si, em termos de atividades infantis que podem legitimamente ser empregados para aumentar o interesse dos pais e promover o entrosamento escola-comunidade. Será feita uma recomendação através do INEP para a promoção de conferências nacionais, estaduais e locais sobre juventude e educação para análise das necessidades, estabelecimento de metas, e desenvolvimento do interesse e cooperação do público para a sua realização.

IV PROGRAMA DE TREINAMENTO²

Além do trabalho direto com 6 contrapartes brasileiros, a EATEP participará, ainda, do Programa de Bolsistas da USAID conforme previsto no P.i.P.

Segundo as necessidades surgidas dos diversos aspectos do programa de assistência direta, a EATEP procurará também planejar a realização de breves programas de treinamento ou seminários relacionados a realização de experimentos e pesquisa, custo do aluno, etc. quando necessário, tentará financiamento para contar com pessoas empregadas em tempo integral em nível estadual e que assistam nos projetos da EATEP, no planejamento e pesquisa, ou que trabalhem com o pessoal da EATEP como preparação a época quando a EATEP trabalhará diretamente com o Estado de onde eles vêm.

R E S U M O

A EATEP reconhece que quando a pesquisa e a experimentação produzem resultados que melhorem o rendimento escolar das crianças e o poder de retenção das escolas primárias, então uma aplicação ampla destes resultados deve ser feita se se deseja realizar uma mudança quantitativamente significativa no padrão do fluxo. Enquanto a EATEP, através de seus quatro programas, procura encorajar uma atmosfera geral que conduza a uma aceitação e aplicação ampla, dos resultados, o método e os detalhes para mantê-los dentro dos fins

- 1 Veja o anexo nº 14 para descrições de amostra.
- 2 Veja o anexo nº 15 para descrição detalhada.

específicos do programa de assistência direta variarão, dependendo da natureza da mudança recomendada e das peculiaridades do local em que se pretende tal mudança.

Enquanto não é possível a pré-programação desta fase até que os resultados da pesquisa e da experimentação sejam conhecidos, tomaram-se providências para tal execução na última seção do "Guia para o trabalho com os Estados". Isto não exclui a possibilidade posterior de trabalhar com outras entidades (FGE, DME, etc.) de forma similar para alcançar-se aplicação mais ampla que pareça desejada em qualquer tempo.

Um cronograma completo e detalhado do trabalho não pode ainda ser apresentado pela EATEP por causa da necessária dependência as condições e desenvolvimento dos projetos nos Estados com os quais a equipe trabalhará. Um cronograma das atividades está anexado. Modificações posteriores seguir-se-ão ao estabelecimento de relações de trabalho com os Estados, separadamente, e do estabelecimento de um acordo de que certos projetos serão realizados.

Nem todas as atividades propostas poderão ser realizadas simultaneamente ou em igual "profundidade", especialmente aquelas de programas outros que não "assistência direta". Isto se verificará especialmente nos casos em que houver necessidade de especialistas e pessoal extra, e deverá depender da cooperação de outros órgãos.* Durante todo o tempo a EATEP deve estar ciente da inter-relação de suas atividades e, através de avaliação contínua, realizar as mais produtivas a implementação das mudanças que produzirão maior efeito positivo na redução da reprovacao e evasao nas escolas primarias.

* Exemplos: Centro de Informações e Recursos (requer serviços de biblioteca e datilografia; providências sendo tomadas através do INEP); produção de materiais para a "nova mentalidade" (possibilidades sendo pesquisadas nos centros A-V do INEP; e planejamento e realização de breves programas de treinamento (exemplo; treino ou orientação de pessoas que aplicarão os testes - esta sendo pesquisada a possibilidade de que os Angels, o INEP ou a Fundação Getúlio Vargas forneçam o pessoal para a realização de um programa cooperativamente planejado).

MEC/INEP/EAATEP

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA
EQUIPE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ENSINO PRIMÁRIO
NO ANO DE 1 9 6 8

MINISTRO DA EDUCAÇÃO:

DEPUTADO TARSO DUTRA

DIRETOR DO INEP:

PROFESSOR CARLOS CORREA MASCARO

COORDENADORA GERAL DOS TRABALHOS:

PROFESSORA LYRA PAIXÃO

Rio de Janeiro, GB - 1968

I N D I C E

	<u>Páginas</u>
I.- INTRODUÇÃO	
II.- CATEGORIAS DE AÇÃO	
A.- PESQUISAS	1
. Objetivos	
. Programa	
. Resultados	
B.- TESTE DIAGNÓSTICO.....	2
. Métodos de trabalho	
. Atividades	
C.- PLANO PILÔTO	3
. Objetivos	
. Âmbito de ação	
. Método de trabalho	
. Atividades desenvolvidas	
. Cronograma	
. Resultados	
D.- PROJETOS PARALELOS DE PESQUISA	6
III.- PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA TREINAMENTO...	6
IV.- SEMANAS REGIONAIS DE ESTUDO.....	7
. Objetivos	
. Programa	
. Resultados	
V.- REUNIÕES DE ESTUDO	8
. Objetivos	
. Programa	
. Resultados	
VI.- OUTRAS ATIVIDADES	10
VII.- PESSOAL E RECURSOS	10
VIII.- CONCLUSÕES.....	11

I- INTRODUÇÃO

As atividades da EATEP em 1968 seguiram as diretrizes traçadas no documento redigido pelo Sr. Diretor do INEP em 11 de janeiro de 1968, diretrizes essas inspiradas no convênio que deu origem à Equipe, firmado em 30/12/66 pelo MEC (através do INEP) e CONTAP e a USAID. Resumem-se no seguinte:

1- "Promover e realizar estudos, em profundidade, dos males crônicos e agudos que afligem a escola primária brasileira - evasão e repetência - e dos métodos de combater-lhes as causas.

2- Assistir os Estados no desenvolvimento e execução de planos específicos para a regularização do fluxo de alunos pelas séries escolares.

3- Elaborar planos de ação para o melhor entrosamento da educação primária com a média."

Mantida a assistência técnica suplementar da USAID no período de 31/1/68 a 31/5/68 e a prerrogativa dos recursos do CONTAP até 31/12/68, a EATEP concentrou esforços nas seguintes metas:

1- Assistência direta:

a) aos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo na manutenção e ampliação de um sistema permanente de cartões de registro dos alunos e na análise dos dados por eles coletados, especialmente daqueles relacionados com os fenômenos da evasão e da repetência na escola primária;

b) aos Estados do Espírito Santo e Pernambuco no implemento de um plano-piloto visando à redução dos índices de evasão e repetência.

2- Assistência indireta a outros Estados por meio da divulgação de informações sobre os projetos demonstrativos e da realização de Seminários Regionais.

II- CATEGORIAS DE AÇÃO

A- PESQUISAS

. Objetivos: a) Identificar as causas da evasão e da repetência na escola primária dos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo, destacando-se os elementos aluno, professor, material, currículo e as dimensões tempo e espaço.

b) Instituir um sistema permanente de controle do rendimento do ensino.

• Métodos adotados:

a) coleta de dados por meio de fichas a serem preenchidas pelas professoras regentes de classe, acompanhadas de folhetos de instrução;

b) registro individual do aluno por meio de cartões;

c) processamento eletrônico dos dados;

d) análise e interpretação dos resultados.

• Programa:

1967 (2º semestre): Preenchimento das fichas pelas Escolas Estaduais, Municipais e Particulares de Vitória e Porto Alegre, de todas as 1^{as} séries primárias.

1968 (1º e 2º semestres):

a) Extensão da pesquisa a todas as classes de 1ª série do Estado do Rio Grande do Sul; continuação do controle das classes de 2ª série já registradas no ano anterior em Vitória e Porto Alegre.

b) preenchimento das fichas em todas as classes de 1ª série das escolas municipais, estaduais e particulares de Recife.

• Resultados

Os dados obtidos em Vitória e Porto Alegre já foram processados e encontram-se em fase de análise. Para esse estudo o Sr. Ministro da Educação e o Sr. Diretor do INEP assinaram Convênio que trará ao Brasil, em 1969, por quatro meses, o técnico americano responsável pelo planejamento da pesquisa, Dr. Harry White, da State University of New York.

Em Recife, os dados encontram-se em fase de processamento.

D. TESTE DIAGNÓSTICO

Iniciado em junho, este instrumento de diagnóstico é um subsídio a mais com que podem contar os professores e supervisores na identificação das dificuldades apresentadas por crianças que ingressam na escola.

• Método de trabalho

Foi constituída uma Comissão de seis especialistas provenientes do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, responsável pela elaboração, aplicação e avaliação do instrumento. A Equipe contou com assessôres técnicos e pessoal auxiliar: desenhistas, secretária e programador de computação eletrônica.

• Atividades:

1º encontro - 24 a 29 de junho

- Estudo da situação atual da escola primária no que diz respeito a testes e outros instrumentos de avaliação do aproveitamento do aluno.

- Planejamento das várias etapas a seguir na elaboração do programa de testes, incluindo-se o levantamento do material existente, do pessoal qualificado, do orçamento, etc.

- Estudo do instrumento de correlação a ser utilizado.

2º encontro - 29 de julho a 3 de agosto

- Planejamento global do teste em seu aspecto formal; conteúdo, tipos de questões; amostragem. Nesse encontro a Comissão contou com a presença de dois assessôres técnicos e de um programador.

3º encontro - 26 a 31 de agosto

- Elaboração e composição do teste e das técnicas de aplicação, com a presença dos assessôres e de dois desenhistas.

4º encontro - 23 a 28 de setembro

- Estudo e crítica do material elaborado.
- Planejamento da amostra e da aplicação do teste.

5º encontro - 11 a 15 de novembro

- Preparação dos manuais de orientação para o professor.

• Resultados

O teste encontra-se em fase de impressão, devendo ser aplicado experimentalmente no início de fevereiro em escolas do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco, Minas, Alagoas, Goiás e Pará.

C- PLANO PILÓTO

Objetivos:

Geral: Reduzir os índices de evasão e repetência na escola primária dos Estados do Espírito Santo e Pernambuco.

Específicos:

- a) Promover a adequação do currículo ao nível de capacidade do aluno;
- b) Promover o treinamento do professor em exercício, a fim de assegurar-lhe qualificação profissional mínima;
- c) Promover condições para o cumprimento da obrigatoriedade de escolar, a regularização da matrícula por idade-série e a promoção progressiva.
- d) Elaborar material para professores e alunos;
- e) Instituir sistema permanente de controle da frequência e do rendimento escolar.

Âmbito de ação

- a) Recife - 9 escolas primárias - 20 classes de 1ª série - 580 alunos;
- b) Vitória - 3 escolas primárias - 20 classes de 1ª série - 577 alunos.

Observação: a seleção das escolas atendeu às seguintes características:

- estrangulamento do fluxo na 1ª série;
- local acessível à supervisão da Secretaria.

Métodos de trabalho

- a) Reuniões da BATEP com os grupos de técnicos das Secretarias de Recife e Vitória para o estabelecimento das diretrizes do Plano, das atividades a serem desenvolvidas, etc.
- b) Correspondência sistemática e freqüente.
- c) Elaboração e seleção de material para professores, supervisores e alunos.

. Atividades desenvolvidas pelos grupos técnicos de Recife e Vitória:

- a) Reuniões semanais

Coordenadora estadual/especialistas/supervisoras
Especialistas/Supervisoras
Supervisoras/Professôras

- b) Visitas às classes

mensais = coordenadora estadual e chefe de supervisão
semanais = especialistas
diárias = supervisoras

c) 2 Reuniões de estudo nos Centros de Treinamento do INEP e do Estado.

Coordenadora/especialistas/supervisoras/professôras

d) Excursão à Escola Parque da Bahia, em julho, realizada pelo pessoal de Recife envolvido no Plano: coordenadora/especialistas/supervisoras/diretoras das escolas/professôras.

e) Visita à DAP, CRPE João Pinheiro, Belo Horizonte, em outubro, do pessoal técnico de Vitória envolvido na elaboração do currículo do curso primário.

Cronograma

O implemento do plano prevê um período mínimo de 7 anos, em 6 etapas, iniciando-se com classes da 1ª série primária.

Anos Escolares	A N O S							
	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1ª								
2ª								
3ª								
4ª								

Legenda:



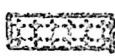
20 classes da Capital



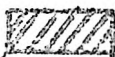
120 classes da Capital



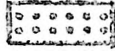
100 classes de 10 Núcleos do Estado



Todas as Escolas da Capital



Todas as Escolas de 5 Núcleos



Todas as Escolas do Estado

Resultados

Os relatórios detalhados do movimento das 20 classes em Recife e das 20 em Vitória estão sendo concluídos mas, desde já alguns pontos positivos podem ser apontados, como por exemplo: aumento da frequência dos alunos; maior desenvolvimento social das crianças; sistematização do serviço técnico da Secretaria e do serviço de supervisão; maior segurança das professoras regentes no manejo da classe; maior entrosamento do pessoal técnico da Secretaria com as supervisoras e as professoras regentes; melhor rendimento escolar comprovado pela observação das professoras; tarefas de classe e testes organizados pelas supervisoras, assegurando aos alunos diferentes tipos de aprendizagem: das mais simples habilidades à aquisição de conceitos mais complexos.

D- PROJETOS PARALELOS DE PESQUISA

- Tratamento estatístico, por amostragem, dos dados do SEEC obtidos pelos cadastros EPO-1 de 1965 e EPO-1 de 1967, com o propósito de se estabelecerem os índices de promoção de cinco mil escolas (municipais, estaduais e particulares) nos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo.

Ambos os projetos encontram-se em fase de análise o que será feito pelo Dr. Harry White no primeiro semestre de 1969.

III- PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA TREINAMENTO (de professores, supervisores e administradores escolares).

Os materiais elaborados até o presente, sob a forma de transparências para retroprojektor e diapositivos de 35mm, têm sido testados em Congressos e Seminários. Quanto a textos, já foram publicados em tiragens de 5000 exemplares: "Fenômenos da evasão e repetência - Análise e Recomendações" e "Objetivos da Educação Primária".

Dessas publicações, cerca de 3.900 exemplares foram enviados a todas as Secretarias de Educação dos Estados e dos Territórios.

Da mesma maneira, têm sido distribuídas coleções de transparências para retroprojektor e diapositivos de 35 mm, num total de 45 coleções, às Secretarias de 12 Estados, sobre os temas seguintes:

- . O currículo da Escola Primária no Plano da EATEP.
- . Mudanças que se processam no Currículo e no Ensino.
- . Métodos e processos no ensino da leitura.
- . Responsabilidades da Escola Primária.

IV- SEMANAS REGIONAIS DE ESTUDO

. Objetivos: 1) Apresentar aos participantes o resultado dos estudos sobre a situação do ensino primário no Brasil.

2) Estudar os diversos meios de: a) conscientizar o professor primário para que compreenda melhor o seu papel no contexto educacional do país; b) treinar o professor em exercício.

3) Analisar os diversos fatores que influenciam o fluxo dos alunos pelos anos escolares, tais como, a política da promoção, a avaliação do rendimento do aluno, o ensino da leitura, o agrupamento das crianças na sala de aula, o conceito de "prontidão", etc.

. Programa

Segunda Semana (a primeira foi realizada ainda em 1967)

Local - Guanabara

Época - 25 a 30 de março

Participantes: Técnicos de Educação das Secretarias de Pernambuco e Espírito Santo e professores especialistas do CRPE João Pinheiro, num total de 26 pessoas.

Terceira Semana

Local - Belo Horizonte

Época - 22 a 27 de abril

Participantes: Técnicos de Educação das Secretarias da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília e representantes do CRPE João Pinheiro, num total de 34 pessoas.

Quarta Semana

Local - Recife

Época - 17 a 22 de junho

Participantes: Técnicos de Educação das Secretarias do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, representantes da SUDENE, da USAID/NE e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife, num total de 34 pessoas.

Quinta Semana

Local - Vitória

Época - 5 a 10 de agosto

Participantes: Técnicos de Educação das Secretarias do Espírito Santo, Goiás e Bahia, além de representantes do IPEA, PAMP, COLTEB, USAID/NE, CRPE João Pinheiro, Coordenação do Ensino Primário de Brasília e CTM de Colatina, num total de 32 pessoas.

Sexta Semana

Local - Pôrto Alegre

Época - 16 a 21 de setembro

Participantes: Técnicos de Educação das Secretarias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e representantes do PAMP, COLTED, USAID/NE, CRPE João Pinheiro e CRPE do Rio Grande do Sul, num total de 34 pessoas.

Sétima Semana

Local - Manaus

Época - 4 a 9 de novembro

Participantes - Técnicos de Educação das Secretarias do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Territórios de Roraima, Rondônia, Amapá e representantes do IPEA, da COLTED, do CRPE João Pinheiro, da USAID/NE e CTM do Amazonas, num total de 38 pessoas.

. Resultados

Os relatórios de cada Semana descrevem, em detalhes, as atividades das sessões diárias. De modo geral, pode-se dizer que, pela reação franca dos grupos participantes e pela observação dos trabalhos, conseguiu-se evidentemente:

- 1- Sensibilização para a problemática educacional brasileira.
- 2- Tomada de consciência da grave questão da repetência e da evasão na escola primária.
- 3- Intercâmbio de idéias e de experiências entre os representantes dos diversos Estados e Territórios.
- 4- Contribuição excelente de membros da comunidade local que, participando de mesas redondas, trouxeram ao plenário as mais variadas experiências e sugestões para o equacionamento do problema educacional primário.
- 5- Desejo indiscutível de todos os participantes de colaborar na melhoria do rendimento do ensino em seus Estados, expresso pelas solicitações de ajuda técnica recebidas pela EATEP.

V- REUNIÕES DE ESTUDO**. Objetivos:**

a) Estudo dos planos do ensino primário dos Departamentos de Educação e verificação da conveniência ou não de se executarem Planos-Pilotos que visem a reduzir a evasão e repetência no curso primário; b) destaque de prioridade para as atividades que

venham a ser desenvolvidas no ano de 1969, em decorrência do planejamento conjunto EATEP-SEC; c) apreciação de conceitos básicos no campo da educação - o que é indispensável - para possibilitar a efetiva intercomunicação das equipes.

• Programa

Primeira Reunião

Local - Guanabara

Época - 26 a 31 de agosto

Participantes - 7 técnicos da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul e representantes da Universidade Federal da Guanabara, do CRPE João Pinheiro e da Northern Illinois University.

Segunda Reunião

Local - Guanabara

Época - 8 a 12 de outubro

Participantes - 4 técnicos da Secretaria da Educação do Estado de Goiás.

• Resultados

a) Verificação da necessidade de se assumir atitude científica em face dos problemas educacionais e de se emprestar maior estímulo a estudos longitudinais que visem a identificar as causas da evasão e repetência, bem como dos meios mais adequados à erradicação desses fenômenos.

b) Orientação precisa aos responsáveis pela coleta de dados, de forma a garantir a validade dos mesmos e alertar o educador para os problemas decorrentes da evasão e da repetência.

c) Levantamento das necessidades pedagógicas dos Estados do Rio Grande do Sul e de Goiás, para a elaboração de um plano-piloto a ser desenvolvido, progressivamente, a partir de 1969. Dois aspectos foram inicialmente considerados: seleção das classes para o implemento do plano e preparação do material destinado ao uso de professores e alunos.

d) Sensibilização do professor para a nova orientação do trabalho, fundamentada no conhecimento da problemática educacional brasileira e local, e na revisão dos conceitos básicos de educação.

Terceira Reunião

Local - Guanabara

Época - 2 a 6 de dezembro

Participantes - Técnicos de Educação das Secretarias da Educação dos Estados de Pernambuco, Alagoas e do Distrito Federal,

num total de 12 pessoas.

Objetivos: a) avaliação das atividades desenvolvidas em 1968 nas vinte classes do Plano Pilôto de Recife e destaque dos problemas e pontos positivos; b) análise do programa da 1ª série; c) de finição de diretrizes para uma orientação sistemática das professoras de 1ª e 2ª séries; d) apresentação de sugestões para elaboração de material.

• Resultados

Os objetivos estabelecidos foram todos alcançados. Para janeiro de 1969 estão programados cursos de treinamento para diretores de escolas, supervisoras e professoras de 1ª e 2ª séries que trabalharão com as classes do Plano Pilôto de Recife e de Maceió.

VI- OUTRAS ATIVIDADES

Participação da Equipe em Encontros Educacionais:

- I Congresso de Saúde Escolar, GD - julho de 1968
- I Reunião de Consulta sobre Educação Rural, Londrina, Paraná - setembro de 1968.
- I Simpósio Interamericano de Administração Escolar, Brasília - outubro de 1968.
- III Conferência de Educadores - Brasília, dezembro de 1968.

VII- PESSOAL E RECURSOS

a) Pessoal:

- técnico = 3 elementos efetivos e 3 colaboradores
- administrativo =
 - 1 secretário executivo
 - 1 secretária - datilógrafa
 - 1 datilógrafa
 - 1 auxiliar de escritório

b) Recursos:

- Provindos do INEP (1968):
 - NCr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros novos)
 - Despesas até 31/12/68:
 - NCr\$ 103.354,49 (cento e três mil, trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros novos e quarenta e nove centavos).

Saldo:

NCr\$ 16.645,51 (dezesseis mil seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros novos e cinquenta e um centavos).

- Provindos do CONTEP (1967/1968):

NCr\$ 443.000,00 (quatrocentos e quarenta e três mil cruzeiros novos).

Despesas até 31/10/68:

NCr\$ 267.574,53 (duzentos e sessenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro cruzeiros novos e cinquenta e três centavos).

Saldo em 31/10/68:

NCr\$ 175.425,47 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros novos e quarenta e sete centavos).

VIII- CONCLUSÕES

A programação da EATEP conseguiu:

- 1- Sensibilizar os elementos representativos ou os comandos das Secretarias da Educação dos Estados e Territórios da Federação, para o problema da educação primária brasileira;
- 2- mostrar a êsses educadores as causas mais diretas das deficiências diagnosticadas;
- 3- sugerir medidas oportunas e práticas para equacionamento do problema;
- 4- explicitar uma estratégia cuja singularidade consiste em atuar em menor campo de ação, atacando, porém, todos os elementos nêle envolvidos e responsáveis pela situação problemática;
- 5- estabelecer uma comunicação efetiva e direta entre o INEP e as Secretarias e entre as lideranças das secretarias;
- 6- mostrar a necessidade da revisão de uma política educacional e de se entrosarem todos aquêles responsáveis pelo implemento do currículo.

Pelo exposto, conclui-se que os resultados foram realmente positivos e a Equipe acredita não ser chegado ainda o momento de reformular seus objetivos. É necessário que se continue o programa de divulgação das idéias; que se dê prosseguimento aos Planos Pilotos; que se mantenha o sistema de distribuição farta de todo material elaborado; que se busque a participação de novos elementos das Secretarias de Educação e de representantes também do Ensino Médio.

A partir do próximo ano, já de posse dos resultados das Pesquisas e concluída a 1ª fase do Plano Piloto pretende a Equipe ampliar sua área de atividades, dando maior atenção:

- a) à formação do professor, por meio da reformulação dos currículos da Escola Normal;
- b) à política educacional;
- c) aos planejamentos integrados;
- d) aos custos e convênios, etc.

Finalmente, destacam-se três aspectos que julgamos responsáveis, em grande parte, pelo volume e qualidade do trabalho realizado pela EATEP em 1968:

1- união da Equipe em torno de objetivos claramente definidos e crença na validade desses objetivos;

2- recursos financeiros suficientes à execução dos Projetos, com flexibilidade de aplicação, permitindo a contratação de técnicos por tarefa, viagens, compra de material, em fim, facilitando rapidez das ações, pela ausência de obstáculos de ordem burocrática.

3- serviços administrativos auxiliares muito bem entrosados com os serviços técnicos.

Em 31 de dezembro de 1968.

Lyra Paixão
LYRA PAIXÃO
Coordenadora Técnica
da EATEP

LISTA DE ANEXOS

Anexo

- Nº 1 - Esboço Nº 1 Plano de Trabalho Proposto (1966-1967)
(19-24 de setembro de 1966)
- Nº 2 - O Programa da EPEE, Parte I - Fundamentos
(7 de Outubro de 1966)
- Nº 3 - Diretrizes para o Trabalho da Equipe de Planejamento da Educação Elementar (1 de Novembro de 1966)
- Nº 4 - Carta: do Dr. Carlos Corrêa Mascaro ao Secretário de Educação de cada Estado Brasileiro (11 de novembro de 1966)
- Nº 5 - Programa de assistência direta aos Estados selecionados
- Nº 6 - Critérios para a Seleção de Estados
- Nº 7 - Procedimento para o Trabalho com os Estados
- Nº 8 - Guia para o Trabalho com os Estados
- Nº 9 - Programa de Pesquisa - uma Teoria e Prática para a Redução da Repetência e Evasão na Educação Primária Brasileira.
- Nº 10 - Linhas Mestras para o Programa de Pesquisa de EPEE
- Nº 11 - Títulos dos Projetos de Pesquisa
- Nº 12 - Programa de Assistência Indireta aos Estados
- Nº 13 - Programa para o Desenvolvimento de "Nova Mentalidade" para com a Educação Primária no Brasil.
- Nº 14 - Lista de materiais modelo
- Nº 15 - Programa de Treinamento

Anexo

- A - "Prioridades Geográficas em Desenvolvimentos Educacionais - Uma Ilustração do Brasil" H.R. White (6 de junho de 1966)
- B - "Seleção de Estados para o Estudo do Problema do Fluxo na Educação Primária Brasileira" H.R. White (9 de Set. de 1966)

E A T E P

Trav. Guimarães Natal, 12

<p>Data :</p> <p>Preparado por: H. White</p> <p>(Traduzido por: H. White)</p>	<p>Tarefas 6 e 7</p> <p>Programa de</p> <p>TEORIA E PRÁTICA PARA A REDUÇÃO DA REPETÊNCIA E DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA</p>
---	--

Problema

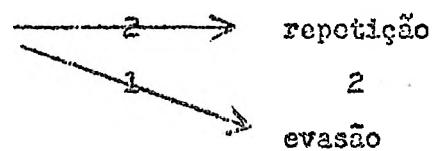
O programa de pesquisa da EAPEP destina-se à produção de uma teoria e prática para a redução da repetência e evasão na educação primária brasileira.

Definições

A evasão é indicada, estatisticamente, por uma redução da matrícula inicial. A repetência é indicada pelo número de alunos que estão estudando um programa idêntico ao que estudaram no ano anterior.

Suposições

Segundo nossas definições acima, supõe-se que a repetência possa causar a evasão, todavia a evasão não pode causar a repetência. Desta maneira os que se evadem têm dois caminhos a seguir: eles podem se evadirem diretamente sem nunca repetir, ou eles podem repetir uma ou mais vezes antes de se evadirem. (veja quadro 1).



Apesar do problema ser definido em termos de evasão e repetência, supõe-se que estes fenômenos são meramente indicativos. Isto é, estes índices estatísticos convenientes, são tomados para servirem de definições operacionais da produtividade do sistema educacional. Para esclarecer: como um sistema educacional tem por finalidade o ensino de alunos, a medida de seu sucesso é quanto os alunos aprendem. Assim supõe-se que as taxas de repetência e evasão são um índice do quanto os alunos estão aprendendo. Para ser mais preciso: a suposição aqui tratada é de que, as taxas de evasão e repetência são um índice de aproveitamento e que, portanto, há uma correlação negativa entre taxas de evasão e repetência altas por um lado e taxas altas aproveitamento (aprendizagem) por outro lado.

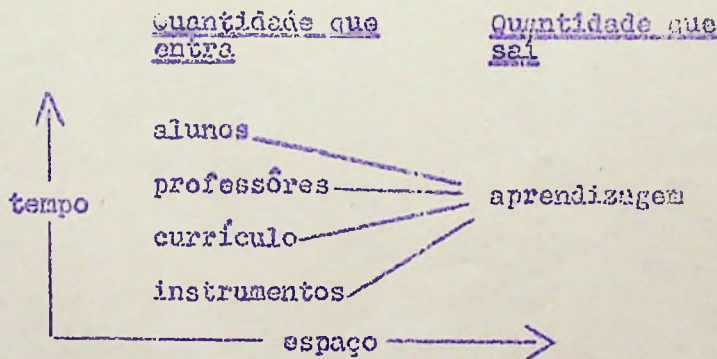
A razão para o esclarecimento desta suposição é simplesmente esta: de que maneira se pode alcançar taxas de repetência através de uma variedade de métodos que não se relacionam com a produtividade do sistema educacional. Por exemplo, a política promocional pode ser mudada tornando a promoção automática. Os padrões para passar nos exames finais podem ser baixados. Taxas baixas de evasão podem ser alcançadas pelo reforço das leis de frequência ou pela provisão de lanches escolares.

Quaisquer das medidas descritas acima podem baixar as taxas de repetência e evasão, mas elas podem ter pouco efeito, por si só, na produtividade do sistema educacional. Por exemplo, se um currículo for inadequado ou prejudicial, será sem sentido submeter um número maior de crianças a ele para um período de tempo maior.

Por essa razão é necessário elaborar alguns testes de conhecimentos que podem ser utilizados para controlar a qualidade e testar a suposição de que as taxas de repetência e evasão são, de fato, índices de conhecimentos.

Organização das Suposições

É possível considerar que um sistema de educação consista em quatro elementos duas dimensões. As duas dimensões são tempo e espaço. Os quatro elementos são: os que aprendem (alunos), o que eles aprendem (currículo), os que ajudam no processo da aprendizagem (professores), e os instrumentos requeridos por esses instrutores (material/didático, equipamento, etc.) Estes elementos são a quantidade que entram ("input") no sistema. A quantidade que sai ("output") do sistema é a aprendizagem ou conhecimento (os quais aqui estão medidos em termos de repetência e evasão).



Fica entendido que estes elementos incluem todos os fatores que têm influência num sistema de educação. Por essa razão devem ser interpretados amplamente. Portanto, "os que ajudam no processo da aprendizagem (professores)" podem ser interpretados incluindo administradores, supervisores e outros especialistas. Do mesmo modo, a prá-

tica sugerida no quadro 2 "melhorar a preparação dos professores" deve também ser interpretada amplamente. Esta amplitude de interpretação permite o tipo de flexibilidade requerida para melhorar a educação num país em processo rápido de desenvolvimento.

Usar esta ampla interpretação dos elementos e este tipo de análise do sistema serve para dominar o número de fatores que podem ser considerados "causas" de repetência e evasão. Assim, qualquer fator que não é parte do sistema não pode ser considerado uma "causa do produto do sistema. Não obstante, tais itens podem ser considerados "fatores contribuintes."

Este modelo deveria ajudar para dar uma resposta a respeito da questão de isolar ou não os fatores individuais. A essência de um sistema é a interdependência das partes. Por isso, conclui-se que para ter efeito apropriado, dois ou mais elementos do sistema podem ser mudados. Por exemplo, considere-se um motor de carro como exemplo do sistema. Se nós propormos aumentar o produto ("output") do sistema, (medido por cavalos de força) ao aumentar o tamanho dos cilindros, deveríamos aumentar não somente estes, mas também deveríamos aumentar o tamanho dos buracos no bloco. Senão os cilindros não caeriam no bloco !

Supõe-se que um sistema de educação funciona segundo este mesmo princípio de interdependência. Por exemplo, suponhamos que queremos mudar um elemento só no sistema de educação: o currículo. Esta mudança provavelmente não resultaria numa produção maior porque os professores, que devem implantar o currículo, não saberiam como fazê-lo. Assim, qualquer mudança no currículo requer uma mudança concomitante na preparação dos professores.

Não obstante, para esclarecer : não se segue que não deveríamos tentar isolar e estudar os efeitos das várias partes do sistema no total. O coração é bem ligado ao corpo humano mas o seu estudo é útil para conhecimento da saúde em geral.

Voltando ao modelo: Pode-se observar que este modelo é uma simplificação grosseira que não leva em conta fatores outros que são elementos do sistema de educação. Em resposta ~~pode-se~~ dizer que este modelo não restringe de maneira nenhuma o número de fatores que podem ser considerados como contribuintes à repetência e evasão. Não obstante, estabelece uma prioridade para a localização de tais fatores na cadeia de causas (veja quadro 1). Assim, seja dito que alguma condição de saúde ("dyslexia" por exemplo) ou alguma crença dos pais (uma concepção de predestinação sobre educação por exemplo) é "causa" da repetência e/ou evasão, esta ideia pode ser tomada em conta no processo de investigação. Mas, pode-se ver imediatamente a essa ideia uma posição na cadeia causal, quer dizer, "fator contribuinte" em vez de "causa". Sendo fora do sistema, estes fatores não podem "causar" o produto do sistema. A única maneira deles influenciarem o produto do sistema é por um dos elementos do sistema. Neste caso o nível de saúde da criança ou a atitude dos pais influenciaria a prontidão da criança para aprender (o elemento "alunos").

PROGRAMA TEÓRICO E PRÁTICA DE PESQUISAS

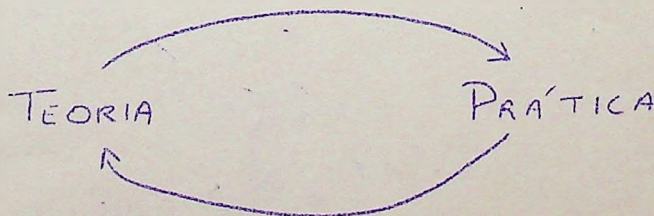
Ditas essas coisas agora podemos exprimir a teoria que desejamos testar. A teoria baseia-se em cinco hipóteses principais; quer dizer que repetência e evasão variam com a prontidão dos alunos para aprender, a habilidade dos professores para ensinar, a aportabilidade do currículo aos alunos, a disponibilidade de material didático, e a quantidade do tempo e espaço dado a instrução. O número de sub-hipóteses é infinito. Não obstante, doze delas estão indicadas no quadro 1.

O aspecto prático do programa de pesquisas consiste em aumentar os elementos que entram ("input") e medir o efeito deles na produção ("output," veja quadro 2). É claro que não podemos esperar que um acréscimo infinito na produção pode resultar dum acréscimo infinito dos elementos que entram. Mas, como noutros sistemas funcionais, esperamos que, num determinado ponto, os resultados atinjam estababilidade.

A interpretação do quadro 2 requer mais uma explicação ao longo das linhas indicadas anteriormente. Quer dizer, é bastante claro o quadro dos elementos dum sistema de educação num país desenvolvido. Mas tais elementos podem ser constituídos em maneiras diferentes nas nações em desenvolvimento. Por isso, o item no quadro 2 aludindo aos programas de "prontidão" usualmente referiria nos Estados Unidos a programa de prontidão para ler na primeira série. Não obstante, a concepção de prontidão pode ser estendida num país como o Brasil a fim de incluir qualquer programa para preparar melhor a criança para receber instrução -- quer dizer, programas de assistência médica e dentária, programas de merenda escolar e educação da nutrição, etc. Na mesma maneira, "prover mais salas de aula" tem uma interpretação comum -- e indagação para custos -- nos Estados Unidos. Mas no Brasil estas concepções devem ser entendidas amplamente. Quer dizer, por usar no quadro 2 termos educacionais comuns reconhecemos o fato de que qualquer sistema educacional deve ter alguns elementos básicos. Mas a interpretação ampla aqui dada aos termos reconhece o fato de que o Brasil é um país em desenvolvimento rápido e provavelmente requer expressões originais desses elementos.

Para ilustrar mais uma vez a interpretação do quadro 2 considere "prontidão dos alunos para aprender" e "habilidade dos professores para ensinar." Segundo a teoria, se aumentamos ambas as variáveis deveríamos obter um aumento na produção (que neste caso significa um aumento na aprendizagem ou uma redução na repetência e evasão). O que é importante não é achar se isso seja "verdade" ou não, porém começar a conhecer as magnitudes das medianças resultantes.

Quer dizer, quais das variáveis terão o efeito mais importante? Qual a magnitude dos efeitos que terão? Etc. E é claro, resultados inesperados podem causar revisões dessa teoria e, por isso, gerar um intercâmbio entre teoria e prática.



QUADRO I

QUAIS SÃO AS CAUSAS DA REPETÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA ?

Sub Hipóteses

Hipóteses

meio ambiente não favorável
baixo nível de saúde

alunos não preparados
~~alunos~~ não preparados para aprender

impraticável formação
inadequado programa de supervisão
fracos incentivos de a
perfeccionamento

professores não preparados para ensinar

alto nível de dificuldade
excessivo preconceito para classe média
"inadequada adaptação idade-série

currículo não apropriado aos alunos

pouca verba para material didático
subdesenvolvida indústria de material didático

instrumentos para ensinar não estão disponíveis

interferência do ano agrícola no ano escolar (não coincidência)
escola funcionando em muitos turnos

tempo e espaço não dão para ensinar

repetência

evasão

NOTA :- Baseado em trabalhos da EATEP

QUADRO 2

COMO SE PODE REDUZIR A REPETÊNCIA E A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA ?

TEORIA		PRÁTICA	
Repetência e evasão es- tão altas quando:	Evidência desta situa- ção no Brasil*	Solução dessa situação	
Alunos não estão prepa- rados para aprender	Mais da metade dos a- lunos evadem-se ou são reprovados na primeira serie.	Aumentar a prontidão dos alunos para apren- der	Prover programas de pron- tidão
Professores não estão preparados para ensinar	Quase a metade de to- dos os professores pri- marios são leigos.	Aumentar a habilidade dos professores para ensinar	Melhorar o preparo dos professores
Curriculo não está apro- priado aos alunos	O curriculo dá só para 20 por cento da popula- ção da classe media	Aumentar a apropriabi- lidade do curriculo aos alunos	Revisar o curriculo (adequação)
Instrumentos para ensi- nar não são disponi- veis.	Muitos dos alunos e professores não têm li- vros escolares.	Aumentar a disponibili- dade de material dida- tico aos alunos e pro- fessores	Prover material didático
Tempo e espaço não são suficientes.	Muitas escolas têm mui- tos turnos	Aumentar o tempo e o espaço disponíveis pa- ra instrução.	Prover mais classes de au- la Estender o dia e o ano le- tivo.

* Resumo breve de dados pesquisados pela EATEP

Nota: Não a ser tomado fora do contexto.

STATUS PROBLEMAS POSSÍVEIS CAUSAS INFORMAÇÃO NECESSÁRIA

1.

2.

3.

Programas
Estaduais
-
Professô-
res diplo-
mados

1.1-A
Falta de defini-
ção do "status" e
função dos super-
visores em rela-
ção a sua respon-
sabilidade na ne-
lhoria da educa-
ção primária.

2.1-A
O conceito de supervisão
como assistência tanto co-
mo inspeção é relativamen-
te novo.

3.1-A
Observar, em funcionamen-
to, alguns dos programas
de supervisão considera-
dos bons pelos brasilei-
ros.

2.2-A
Relativamente é pequena a
consideração que tem sido
dispensada aos aspectos
qualitativos da educação.

3.2-A
Passar algum tempo obser-
vando um supervisor no
desempenho de sua função

3.3-A
Estudo posterior do mate-
rial de ensino usado no
treino de supervisores.

3.4-A
Explicação mais pormeno-
rizada da finalidade e
objetivos da Educação
Elementar.

1.2-B
Nomeações, promo-
ções e afastamen-
tos de funções
frequentemente
são feitos sem se
levar em conta as
qualificações pro-
fissionais.

2.1-B
Falta de uma política pro-
fissional precisa relacio-
nada com nomeações, promo-
ções e afastamento de fun-
ções.

3.1-B
Mais informação sobre
as práticas atuais de no-
meação, promoção e afas-
tamento.

2.2-B
Falta de conhecimento das
qualificações específicas
necessárias a eficiente su-
pervisão.

1.3-C
Com raras exce-
ções, as atuais
práticas de super-
visão dão ênfase
a inspeção e, so-
mente, encaram a
avaliação do ensi-
no, de maneira ca-
sual e objetiva.

2.1-C
As possibilidades de melho-
ria não são levadas seria-
mente em consideração.

3.1-C
Mais informação sobre os
deveres atuais dos super-
visores nos vários Esta-
dos.

2.2-C
Demasiada importância é da-
da a padrões rotineiros no
manejo da classe.

3.2-C
Até que ponto os supervi-
sores partilham com os
professores da responsa-
bilidade pela eficiência
do professor e aproveita-
mento do aluno.

2.3-C
Supervisores e professores
não estão familiarizados
com as técnicas objetivas
de avaliação.

PESQUISA NECESSÁRIA
4.

HIPÓTESES (SOLUÇÕES)
5.

COMENTÁRIOS

4.1-A
Um estudo deveria ser feito para determinar a atitude dos educadores quanto as finalidades da supervisão

5.1-A
A melhoria é mais facilmente obtida quando a avaliação é um processo contínuo, processo este que resulta em mudanças para melhor atendimento das necessidades da situação

No meu entendimento há algumas dúvidas quanto ao interesse real dos brasileiros sobre o aumento do fluxo na escola primaria

5.2-A
Grupos de trabalho tentarão definir a supervisão, considerando as varias possibilidades que ela tem, em relação a melhoria da educação

5.3-A
Uma definição clara da natureza e finalidade da supervisão resultará em treinamento mais eficiente de supervisores

4.1-B
Um estudo para a determinação da causa pela qual somente cerca de 50% dos supervisores, treinados para o trabalho com os professores leigos, foram de fato nomeados para os postos

5.1-B
Na formulação da política quanto às qualificações para nomeação, é necessário o conhecimento pormenorizado das funções que serão exercidas

5.2-B
Se fosse estabelecida uma política precisa quanto as qualificações, mais pessoas se empenhariam na obtenção dessas qualificações

4.1-C
Um estudo deve ser feito para a determinação de que espécies de incentivos (se houver), atrairiam professores para a area rural

5.1-C
As condições são tão diferentes nas áreas rurais que somente as pessoas recrutadas destas áreas compreenderão os problemas e se adaptarão, prontamente, as condições das quais depende sua solução

5.2-C
Professores e supervisores recrutados e treinados nas areas rurais serão mais eficientes e sua permanência nelas estará melhor assegurada

5.3-C
Um "programa-relâmpago" especial deve ser desenvolvido para o treinamento de supervisores

STATUS	PROBLEMAS	POSSÍVEIS CAUSAS	INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
	1.	2.	3.
Programa Federal Professores leigos	1.1-A A ausência de definição quanto a natureza e funções da supervisão em termos de responsabilidade para a melhoria da Educação Elementar	2.1-A O conceito de Supervisão como sendo um órgão de serviço é muito recente 2.2-A Não se conhece, exatamente, a espécie de auxílio de que estas professoras necessitam	3.1-A Qual é a verdadeira atitude dos educadores quanto a necessidade de melhoria? 3.2-A Quais são os padrões pelos quais se medem os aspectos qualitativos da educação?
		2.3-A Preocupação com o aspecto quantitativo da educação com pouca atenção a melhoria da qualidade	3.3-A Para os Brasileiros como deveria ser a escola primária ideal e que deveria fazer?
		2.4-A Ha pouco incentivo da parte dos professores ou administradores para a realização de mudanças	
	1.2-B Ausência de uma política profissional clara quanto as qualificações necessárias para a nomeação para supervisor	2.1-B Não há uma compreensão clara dos deveres de um supervisor 2.2-B Muitas vezes as nomeações são feitas por injunções políticas e não por educadores	3.1-B Estudar através de observação, quais os tipos de atividades dos supervisores 3.2-B Mais informação sobre a influência da política sobre as nomeações
		2.3-B Não há número suficiente de candidatos qualificados para os cargos disponíveis	3.3-A Mais informação sobre os fatores que se relacionam com os incentivos individuais na educação brasileira
	1.3-C Ausência de interesse da parte de supervisores qualificados para o trabalho nas áreas rurais	2.1-C Os supervisores procedem principalmente de áreas urbanas 2.2-C As condições de vida são difíceis nas áreas rurais	3.1-C Um estudo sobre que espécies de incentivos são necessários para despertar o interesse de supervisores para as áreas rurais
		2.3-C Os salários são muito baixos	
		2.4-C Ha falta de oportunidades para atividades sociais e recreativas	

1.4-D

Pouca atenção dada aos programas de treinamento de matérias profissionais nos quais os professores são particularmente fracos

2.1-D

O currículo primário centraliza-se nas matérias ao invés de centralizar-se na criança

3.1-D

Maior conhecimento do material impresso disponível, em português, que poderia ser usado no treino de supervisores

2.2-D

Falta de compreensão do processo de aprendizagem

2.3-D

Falta de compreensão do desenvolvimento infantil e como se relaciona com a aprendizagem

2.4-D

Falta de professores qualificados para as escolas normais

1.5-E

Falta de materiais profissionalmente preparados para o uso do professor em seu auto-aperfeiçoamento e em programas de supervisão

2.1-E

Não há consciência clara sobre a importância do material impresso para o ensino

3.1-E

Mais conhecimentos sobre a falta de material impresso para ser usado no ensino

2.2-E

Há pouco incentivo da parte dos educadores para a preparação de tais materiais

2.3-E

A produção de tais materiais é considerada dispendiosa

2.4-E

Há poucas pessoas qualificadas para a preparação ou uso de tais materiais

1.4-D

A grande diversidade nos níveis de educação e experiência dos professores leigos

2.1-D

Falta dos requisitos de qualificação necessários a nomeação

3.1-D

Informação sobre qual a espécie de educação e a mais conveniente para crianças da área rural

2.2-D

Falta de pessoal interessado no trabalho em áreas rurais

1.5-E

A dificuldade de se proporcionar assistência a professores em áreas rurais

2.1-E

Nas estradas, população esparsa, ausência de transportes públicos, falta de veículos

3.1-E

Mapa que contenha a densidade populacional, locação e número dos professores leigos

1.6-F

A ausência de materiais de treinamento para ser usado concomitantemente com a supervisão

2.1-F

Não se reconhece a importância dos materiais impressos

3.1-F

Uma coleção de todo o material de treinamento atualmente disponível

2.2-F

Ausência de incentivo à preparação de materiais de treinamento

1.7-G

O treino inadequado de supervisores indevidamente preparados para o atendimento das necessidades específicas dos professores leigos

2.1-G

O não reconhecimento da natureza especial desse problema

2.2-G

Ausência de professores qualificados para o treinamento de supervisores

5.1-D

Revisão dos programas de treinamento de supervisores para a inclusão de mais atividades que desenvolverão o conhecimento e a compreensão da psicologia infantil, psicologia de grupo, psicologia da aprendizagem e técnicas de liderança

4.1-E

Uma coleção de material impresso atualmente em uso no treino de supervisores deve ser feita de modo a possibilitar um estudo cuidadoso dos pontos fortes e fracos

5.1-E

Comissionar um grupo de educadores profissionais para o desenvolvimento de uma série de materiais a serem usados pelos professores e supervisores a fim de haver maior eficiência do professor

5.2-E

Estabelecer um programa experimental para a demonstração da eficácia do material profissional na melhoria do ensino

4.1-D

Deveria ser efetuado um estudo com os professores leigos, atualmente em serviço, para a determinação da existência, ou não, de características comuns dos mais bem sucedidos e dos menos bem sucedidos

5.1-D

As necessidades educacionais nas áreas rurais são muito diferentes das necessidades das áreas urbanas

5.2-D

O treino de professores e supervisores para as áreas rurais deveria ser diferente do treino para as áreas urbanas

5.1-E

Deveriam ser estabelecidos centros de treinamento de professores nas áreas rurais

5.2-E

O ano escolar deveria ser encurtado nas áreas rurais para deixar mais tempo ao treinamento "em serviço" de professores

4.1-F

Deveria ser efetuado um estudo dos materiais atualmente em uso para determinação dos pontos fortes e pontos fracos

5.1-F

Um grupo dos melhores educadores brasileiros deveria ser comissionado para a preparação de materiais educacionais

5.1-G

Centros de Treinamento para supervisores devoriam ser estabelecidos nas áreas rurais, oferecendo cursos adaptados as necessidades dessas referidas áreas

4.

5.

5.1-A

Os processos pelos quais um grupo de planejamento chegará a definição do "status" e da função dos supervisores necessitará da avaliação da atitude desse grupo quanto a supervisão.

5.2-A

Definição do status e função é essencial na avaliação da eficiência da supervisão.

4.1-B

Um estudo das qualificações dos supervisores atualmente em serviço em um ou mais Estados.

5.1-B

Uma política profissional claramente estabelecida sobre nomeações, promoção e término dificultaria as práticas não profissionais nestas áreas.

5.2-B

Uma política claramente estabelecida e bem entendida nesta área encorajaria os professores a se aperfeiçoarem e assim preencherem os requisitos.

4.1-C

Um estudo da atitude dos professores para com a supervisão.

5.1-C

Incluir no treino de professores e supervisores maior atenção a natureza e uso de técnicas e instrumentos objetivos na avaliação da eficiência do professor.

Data 5 de dez. de 1960

PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DE
UMA "NOVA MENTALIDADE" PARA COM A E
DUGAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL.

Os membros brasileiros da EATEP estão convencidos da necessidade do desenvolvimento de uma nova mentalidade (atitude) para com a educação primária no Brasil. Sua opinião é de que tal medida se faz necessária nas esferas políticas, educacionais atingindo também a opinião pública em geral.

O pensamento reinante de que tais condições são inevitáveis, um estado de enervamento por causa da inconstância e complexidade do problema, ou um sentimento de apatia existente, devem ser substituídos pelo desejo de se estar bem informado, de manter-se um constante interesse pela educação primária, e de desenvolver-se a objetividade necessária a avaliação dos programas dentro de critérios de efetividade e eficiência. Adg mais, deve haver um conhecimento maior, por parte do público e de pessoas em qualquer profissão, deste assunto, bem como de uma participação pessoal na responsabilidade da educação primária, ao invés de ficar tudo na dependência das "autoridades" para tomarem providências ou efeturem mudanças.

A EATEP cre que mudanças significativas em educação primária somente podem ser realizadas à medida que houver paralelamente mudanças significativa na mentalidade.

Para a EATEP seria impróprio e de má-política a deflagração de uma campanha pública isolada para estimular o interesse pela educação primária. Não é impróprio, porém, o conhecimento constante desta situação por contatos com o Estado e outros órgãos e promover este conhecimento, nos Estados e órgãos caso ainda não exista. Ademais, não é descabido que a EATEP proporcione assistência técnica em casos nos quais órgãos e instituições já estejam procurando formar uma mais desejável atitude para com a educação primária.

Nem está fora dos propósitos da EATEP tornar reconhecida a necessidade de maior inter-relação entre pais e escola, comunidade e escola e auxiliar no planejamento dos meios para alcançá-la.

Conquanto "precise manter-se bastidores" a EATEP pode promover a mudança de atitude nas altas esferas e, quando adequado, auxiliar na promoção da mudança nas esferas gerais. Um exemplo disto é a solicitação do INEP de que a EATEP coopere com a apresentação de um material visual sobre a atual situação do fluxo de crianças através do sistema escolar primário brasileiro, na futura conferência de Secretários de Educação.

Seguem-se sugestões de atividades adequadas a situações específicas:

1. O uso dos meios de comunicação com as massas .

1.1 Televisão, rádio, cinema

1.1.1 Anúncios locais, destacando o valor da educação, tais como :

- "Construa um futuro melhor para seu filho através da educação"
- "Ajuda-te e a teu país, indo à escola"

1.1.2 Filmes curtos, entrevistas e debates sobre as necessidades educacionais, oportunidades e valores.

1.1.3 Filmes documentários apresentando a realidade das situações educacionais atuais

1.2 O uso de jornais e revistas (especialmente os que têm uma seção especial adaptada para os participantes do programa de alfabetização para chamar a atenção do público em geral sobre a educação.

1.2.1 Artigos breves escritos por membros da EATEP e solicitados por outros, sobre temas como:

- Por que tantas crianças são reprovadas na escola?
- Foi realmente o Joãozinho que fracassou?
- Uma comparação entre nossas escolas e as de outros países

1.2.2 Anúncios educacionais, patrocinados pela indústria, ou pelo serviço público (geralmente os que têm seções de al -

alfabetização).

1.2.3 Desenhos educacionais para apresentar idéias e princípios.

1.3 Cartazes e "slogans" afixados em locais públicos, tais como ônibus, paradas de ônibus, terminais de ônibus, estações ferroviárias, aeroportos, edifícios públicos (em nível de "programa de alfabetização" e geral)

1.4 Cartazes ao longo das ferrovias, em estádios de futebol, etc.

1.5 Publicações destinadas a grupos específicos da população, tais como as profissões, indústria, educadores, pais e comunidade.

2. Atividades na escola

2.1. Incentivar tarefas escolares para as crianças, tarefas estas que podem ser concluídas e levadas para os pais em casa.

2.2 Incentivar, na escola, o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que podem ser aplicados no lar e na comunidade.

2.3 Jornal escolar que possa servir tanto como órgão de informação sobre as atividades escolares quanto estímulo das capacidades e habilidades das crianças.

3. Atividades Escola-Comunidade

3.1 Organizações de pais e mestres

3.2 Clubes de mães de crianças da mesma classe

3.3 Feiras escolares

3.4 Projetos de melhoria da escola-comunidade nos quais participa a criança da escola

3.5 Atividades decorrentes dos programas de ensino tais como:

- exposições de arte
- festivais de música
- artes dramáticas
- exposições de coisas colecionadas ou feitas em horas de lazer
- exposições de animais de estimação
- concursos de histórias (escritas)
- exposições de jardins
- dias de esporte

4. Conferência sobre Juventude e Educação a fim de analisar, as necessi-

dades, estabelecer metas e desenvolver interêsse e cooperação do público para realizá-las.

- 4.1 Tais conferências devem realizar-se em plano nacional, estadual e local.
- 4.2 As profissões e a indústria, o público leigo, os educadores profissionais devem estar bem representados assim como o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação.

JD/EM

E P E E

Esquema Nº 1 : Plano de Trabalho Proposto - 1966 - 67
- não é para distribuição geral

Nota: Em princípio este plano foi aprovado pelo HRO - RIO e o INEP.

Aprovações adicionais necessárias:

1. EPEE
2. INEP - BELO
3. USAID -NE
4. ESTADOS

1. Introdução - análise racional

1.1. Perspectivas duplas

- 1.1.1. USAID - concentração sobre o problema do aumento do fluxo através das escolas primárias brasileiras *
- 1.1.2. INEP - assistência adicional aos estados na preparação do plano educacional

1.2. O julgamento da EPEE sobre os fatores mais significativos do "fluxo" e da eficiência geral.

- 1.2.1. A impropriedade dos níveis de currículo às aptidões da criança

1.3. Combinação de (coordenação)

- 1.3.1. Pesquisa e ação (Projetos V, II), com
- 1.3.2. Consulta e serviço (Projetos III, I), para se entrosar com 1.1. acima

1.4 Seleção de um campo de trabalho proporcional ao tamanho da equipe

1.5 Seleção de uma área relativamente representativa da área mais populosa do Brasil

2.

- 1.6 Utilização dos recursos existentes de pessoal treinado e instituições já estabelecidas
- 1.7 Utilização dos estados com alto grau de prontidão, receptividade e estabilidade
- 1.8 Proporcionar uma base para a aplicação e expansão do programa

Nota : As razões específicas para seleção de estados aparecer em uma seção posterior deste documento

- 1 1.2.2. O nível do programa instrucional de leitura, especialmente prontidão de leitura e princípio de leitura

1.2.3. O nível de preparação de professor especialmente no campo da leitura

2. Esboço geral do plano : baseado em 1 (acima).

(Nota: os projetos estão relacionados aproximadamente na ordem inversa do tempo e esforço envolvidos) X

- 2.1. Projeto I : Iniciar a coleta de materiais com o objetivo do eventual estabelecimento de um Centro de Planejamento (e treinamento?) de Educação (Primária)
- 2.2. Projeto II : Realizar uma investigação analítica inicial dos fatores que contribuem aos vários padrões de "fluxo" em Sergipe, Rio Grande do Sul e São Paulo.
- 2.3. Projeto III: Proporcionar assistência indireta à Bahia e Sergipe na preparação de planos educacionais estaduais
- 2.4. Projeto IV : Proporcionar assistência geral direta ao Rio Grande do Sul e São Paulo na preparação da seção de educação primária do plano estadual.
- 2.5. Projeto V : Realizar um programa experimental de demonstração em Minas Gerais, com a finalidade de aumentar o "fluxo" pela elevação do nível de leitura e conseqüentemente da dos alunos.

3.

Nota: Veja o mapa anexo para uma apresentação diagramática do esboço geral.

3. Roteiro antecipado

3.1 Outubro - meados de Dezembro de 1966

- 3.1.1. Finalizar os planos para os projetos
- 3.1.2. Estabelecer contato com o pessoal adequado das instituições, estados, escolas etc.
- 3.1.3. Preparação e produção dos materiais para cada estágio dos projetos
- 3.1.4. Realização de levantamentos e análises preliminares
- 3.1.5. Identificar os participantes do projeto
- 3.1.6. Identificar os participantes bolsistas da USAID
- 3.1.7. Auxiliar no planejamento da III Conferência Anual

3.2 Meados de Dezembro de 1966 - começo de Fevereiro de 1967

- 3.2.1. Seminários
- 3.2.2. Sessões de treinamento
- 3.2.3. Auxiliar no planejamento da III Conferência Anual (continuação)

3.3 Fevereiro de 1967 - Junho de 1967 e Agosto de 1967 - Novembro de 1967

- 3.3.1. Dirigir projetos
- 3.3.2. Plano para fase II (continuação, aplicação, extensão de projetos)
 - 3.3.2.1. Análise dos dados coletados
 - 3.3.2.2. Modificação dos projetos
 - 3.3.2.3. Identificação de outros locais para projetos similares; elaborar o mesmo, fazer contatos, etc.
 - 3.3.2.4. Preparação dos materiais para o projeto V
 - 3.3.2.5. Identificação de outros projetos

- 3.3.3. Continuação da identificação dos bolsistas INEP e USAID
- 3.3.4. Coleta e organização de dados para o relatório de "Anual de contrato".

3.4 Julho de 1967

- 3.4.1. Sessões adicionais de treinamento
- 3.4.2. Revisão do progresso dos projetos (especialmente V) modificar conforme necessário

4. Designação do Pessoal

- 4.1 Projeto I : Diva, Wilson
- 4.2 Projeto II: White, Zenaide
- 4.3 Projeto III: Lyra, White
- 4.4 Projeto IV :São Paulo: Yvonne, Pinto, Keeler
Rio Grande do Sul: Norma, Diva, Turner
- 4.5 Projeto V :EPAE

5. Descrição dos Projetos

(Nota: A atenção maior a EPEE dispensará ao Projeto V ao qual dedicará o grosso de seu tempo.)

5.1. Projeto Nº V - Experiência - Demonstração

5.1.1. Finalidade - determinação dos efeitos das melhorias no progresso da leitura e outros fatores de realização nas escolas primárias (Fase nº 1 : 1ª série)

5.1.2. Método (Nota: ^{Em} ~~avanzado~~ ^{curso} conduzida e supervisionada pela EPEE, a "demonstração/experiência" será realizada pelo pessoal da DAF, organizada como um núcleo para o "Centro de Melhoria da Organização e Operação do Planejamento Educacional" e o nome é descritivo, não final)

5.1.2.1. Levantamento dos estados para a identificação das escolas a serem selecionadas - inclusive as cidades urbanas (Belo Horizonte) e as cidades rurais (perto de Belo Horizonte)

5.1.2.2. Para cada grupo de 4 escolas proceder da seguinte maneira:

Escola A: nenhuma mudança

Escola B: Proporcionar novos materiais às crianças, professores, supervisores e administradores

Escola C: Proporcionar novos materiais às crianças, professores, supervisores, administradores e realizar seminários e sessões de treinamento para cada um.

Escola D: Procedimento idêntico à escola C, exceto que a designação do professor à série em questão será controlada para proporcionar a melhor seleção quanto à preparação, personalidade, etc.

5.1.2.3. Em uma ou mais escolas ajustar, conforme se fizer necessário, outros fatores como:

6.

critérios para promoção
sistema de exames
distribuição idade-série
roteiro e calendário es-
colar etc.

- 5.1.3. Hipótese : montante e grau de sucesso das crianças no a-
prendizado da leitura (quanto à retenção e promoção) de-
vem ser ^{significativamente} significativamente mais altas nas escolas onde as X
mudanças de condições foram as mais favoráveis.
- 5.1.4. Avaliação - através de dispositivos de "realização" já
existentes ou a serem imaginadas, medir o nível de leitura
da criança na matrícula, no meio do ano e ao final do
ano.
- 5.1.5. Fase 2 - (segundo ano)
- 5.1.5.1 - Estender à 2ª série com os mesmos alunos
 - 5.1.5.2 - Adicionar seção de 1ª série - nestas e outras
escolas
 - 5.1.5.3.- Introdução de outras revisões do currículo da
1ª série
 - 5.1.5.4. Projetar e iniciar cursos de recuperação
 - 5.1.5.5. Analisar comparativamente, sub-grupos de crian-
ças com níveis variáveis de realização para
identificar as causas.
- 5.1.6. Atividades aliadas
- 5.1.6.1. Preparação de materiais para:
 - A. Pessoal do DAP
 - B. Administradores
 - C. Supervisores
 - D. Professores
 - E. Crianças
 - F. Representantes de outros estados

G. Programas em andamento do INEP de Belo Horizonte.

Programas de bôlsas do INEP para professores em serviço

supervisores em treinamento

professôres de escolas normais em treinamento

H. Nôvo programa do INEP de Belo Horizonte

H.a. Cursos de treinamento para professôres de escolas normais em Serviço.

5.1.6.2. Coordenar com os programas do DAF

A. Cursos para professôres em serviço de escolas normais.

B. Cursos para preparar professôres para centros de treinamento a serem estabelecidos em cada estado para treinar professôres e supervisores pré e em serviço.

5.1.6.3. Coordenar com o programa de bolsistas do INEP e USAID.

5.1.6.4. Coordenar com outros programas do INEP

A. São Paulo - Centro nacional para a preparação de administradores (para centros de treinamento, escolas normais e secretarias de educação) e preparação de materiais para o programa acima e respectivas instituições.

B. Pôrto Alegre - Centro nacional para o treinamento de professôres^{leigos} e preparação de materiais.

5.1.6.5. Estudo da eficiência escolar através da análise de custo.

5.1.6.6. ^{Se} ~~Conforme~~ adequado, coordenar com outras agências ou programas, como:

A. USAID

Dr. Angell - Sistema de exames

Srta. Palmer - Livros

- Alimentos para

Dr. Little - Professores Secundários

Dr. Campbell - Saúde

B. Nações Unidas

Dr. Marques - FISI

Dr. Tori, et al - Planejamento

C. Movimento Brasileiro de Desenvolvimento de Comunidade

D. Movimento de Reforma Agrária Brasileira

5.2. Projeto IV - Participação direta no planejamento geral de educação primária dos estados.

Uma sub-equipe de um brasileiro e um americano terá a responsabilidade de atuar como elemento de ligação entre um estado e a EPSE e entre a EPSE e a EPEN. Eles se manterão a par dos desenvolvimentos no estado, em relação ao planejamento da educação primária. Eles auxiliarão o grupo estadual de planejamento através de recomendações, sugestões, mas não executarão o trabalho resultante de recomendações. Eles manterão a EPSE informada conforme necessário e através dos chefes das partes solicitarão a participação de outros membros da EPSE.

Eles manterão contato com os membros adequados da EPEN, e onde for apropriado, juntar-seão a eles em conferências com autoridades estaduais, análise de dados etc. Dentro de suas responsabilidades a sub-equipe dará especial atenção ao aumento do fluxo, manter-se alerta para identificar os fatores estaduais que afetam este problema; sua influência para este estado e outros estados e a nação como um todo. Com a assistência do estado, o centro do INEP, outro pessoal da EPSE, e outras agências apropriadas, eles tentarão

a realização de uma investigação analítica do padrão de progresso através a escola primária.

5.3. Projeto III

Provisão de assistência indireta ao planejamento estadual geral de educação primária.

Uma sub-equipe de um brasileiro e um americano receberá a função de elemento de ligação entre a EPEE e o pessoal da USAID-NE e EPEM.

Êles se reunirão, conforme apropriado, com os membros da USAID-NE designados aos dois estados para identificar meios nos quais membros da EPEE podem auxiliar em caráter de consulta. Enquanto que geralmente não trabalharão diretamente com as autoridades e grupos estaduais, êles manterão a USAID-NE informada das atividades da EPEE e descoberta em outros estados (identificando implicações para êstes dois estados), oferecendo assistência consultiva conforme apropriado, e mantendo-se a par dos progressos nestes estados de maneira a estarem aptos a identificar para a EPEE os assuntos com implicações para outros estados.

Assim procederão com e para a EPEE.

5.4. Projeto II- Realização de uma investigação analítica inicial dos fatores que contribuem aos vários padrões de fluxo do Rio Grande do Sul, São Paulo, e Sergipe. A sub-equipe que trabalha com o Rio Grande do Sul e São Paulo procederá conforme indicado em A acima, para o objetivo de estar pronto para a consideração que segue a hipótese do 1º ano com relação a influências locais, regionais, e nacionais que retardam o fluxo através a escola primária, sobre os quais pesquisa adicional e projetos de ação podem ser baseados para auxiliar êstes estados ou para serem investigados em outros estados ou regiões, para alcançar um melhor fluxo através as séries primárias.

Êles manterão tanto a EPEEE como a EPEM informada à medida que informações de importância forem identificadas.

A sub-equipe que trabalha com a Bahia e o Sergipe tentará obter informação semelhante sobre o Sergipe, mas trabalhará principalmente através o centro INEP e a USAID-NE.

5.5. Projeto I

Início da coleta de materiais importantes ao planejamento educacional no Brasil, com ênfase sobre o planejamento da educação primária.

Sob a supervisão de um brasileiro e um americano, mas executada, principalmente, pelo pessoal semi-profissional, a EPEE iniciará a coleta de tais materiais como dados estatísticos, cópias de planos estaduais, relatórios sobre pesquisas educacionais importantes realizadas no Brasil e em outros lugares, publicações sobre planejamento, etc.

Estes materiais, servindo principalmente a EPEE, EPEM, e EPE. Nos estágios iniciais, estarão a disposição, para referência, de qualquer grupo ou indivíduo interessado. Prevê-se que eventualmente tal Centro de Recursos de Planejamento Educacional no Rio de Janeiro poderia produzir materiais educacionais para o uso no treinamento de planejadores, organização e realização de sessões de treinamento, divulgação de seus recursos, programas e descobertas através de jornais e boletins apropriados e eventualmente afiliar-se a uma universidade ou outra instituição a ser formada como uma instituição ou fundação independente.

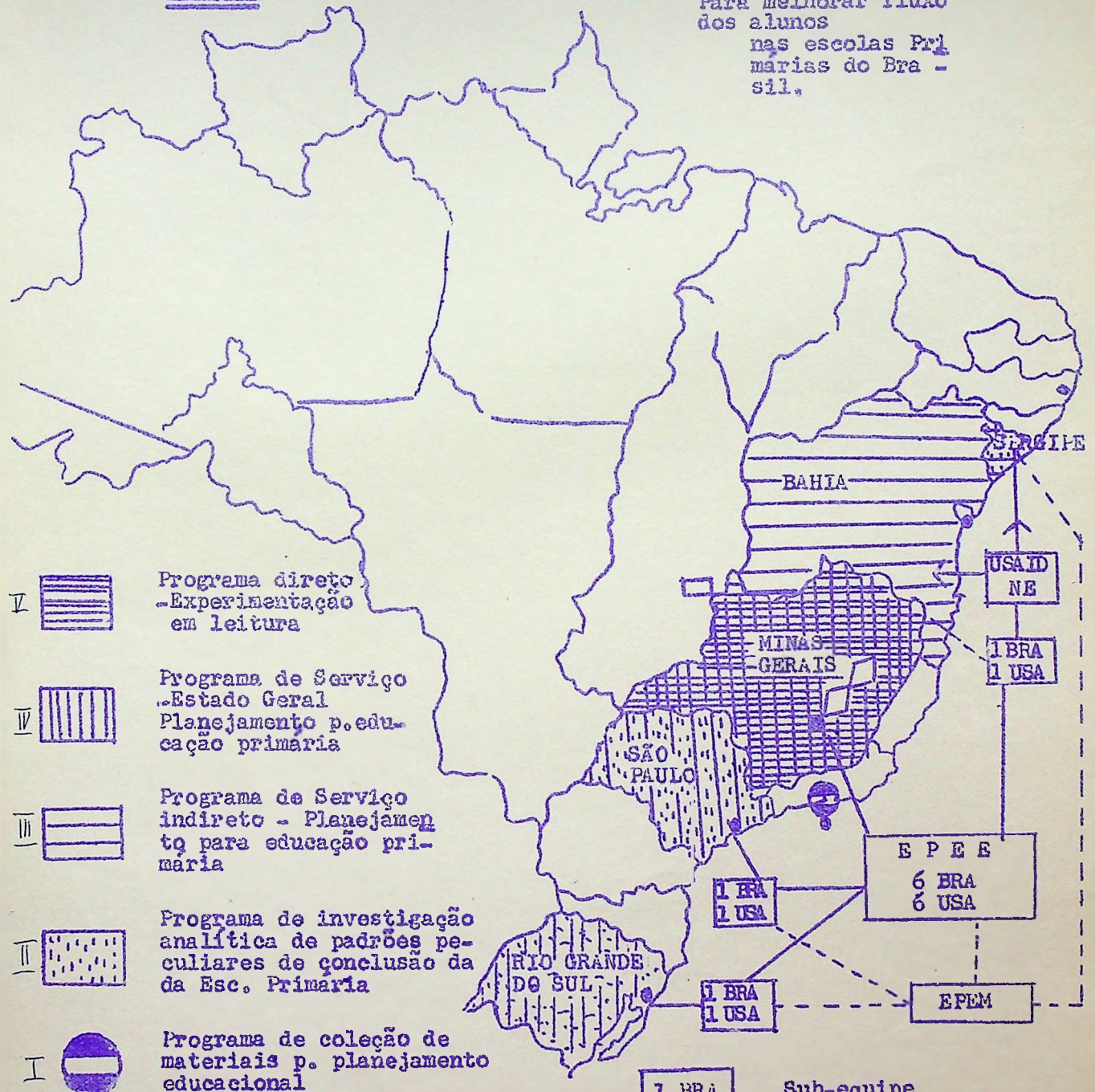
LP e FTL/LDD/EM

Set. 19-24, 1966

E P E E

ATIVIDADES DA EPRE

Para melhorar fluxo dos alunos nas escolas Primárias do Brasil.



Data: 5 de Dezembro de 1966
Preparado por: F.T. Lane

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DI-
RETA AOS ESTADOS SELECIONADOS

1. Finalidade

Assistir os Estados na :

- 1.1 identificação dos fatores que contribuem para a evasão e re-
petência em seu sistema escolar primário.
- 1.2 apreciação do significado relativo desses fatores
- 1.3 formulação e execução de programas de ação que propiciem a
mudança planejada para a redução ou eliminação do efeito de
esses fatores.
- 1.4 avaliação dos resultados e modificação dos programas de ação
de com a experiência.
- 1.5 aplicação dos resultados a áreas geográficas mais amplas
- 1.6 utilização da experiência de outros (estados), adaptada às
condições locais conforme necessário;
- 1.7 preparação de planos de curto e longo prazo para
 - 1.7.1 redução da repetência e evasão primárias
 - 1.7.2 articulação da educação primária e secundária
 - 1.7.3 aperfeiçoamento da qualidade da educação primária
 - 1.7.4 provisão de professores devidamente preparados em quan-
tidade suficiente, e distribuição, para atender as ne-
cessidades da educação primária.

2. Princípios

- 2.1 as atividades terão uma relação direta (e, onde possível, men-
surável) com o problema do fluxo.
- 2.2 as atividades de demonstração ou de natureza experimental re-
sultarão de
 - 2.2.1 hipóteses pré-concebidas da EATEP
 - 2.2.2 análise dos dados existentes; e/ou
 - 2.2.3 análise cooperativa do Estado que esteja usando o
"check-list" e o "est d -em-profundidade".

- 2.3 As atividades serão selecionadas de acordo com :
 - 2.3.1 o objetivo principal da EATEP
 - 2.3.2 outras atividades da EATEP
 - 2.3.3 atividades de outros órgãos ou instituições
 - 2.4 A assistência será por meio de consulta e conselhos; o trabalho será realizado pelo Estado ou outras entidades.
 - 2.5 De início serão selecionados dois ou três Estados; após a avaliação desta experiência, serão selecionados, sem exceder a seis, mais Estados.
 - 2.6 A decisão de iniciar um programa de assistência direta com um dado Estado será tomada pela EATEP, tão logo quanto possível, após a primeira visita, porém normalmente dentro de um período inferior a 2 meses.
 - 2.7 A EATEP se reserva o direito de interromper seu programa direto a um Estado em qualquer ocasião que considere (após consulta ao INEP e USAID) que o Estado não está cooperando adequadamente ou que as condições mudaram de tal forma que os prováveis resultados não justificam o gasto de tempo e o esforço da EATEP.
 - 2.8 As estimativas de custo de cada atividade (projeto) serão preparadas de antemão, em consulta com as pessoas ou órgãos apropriados.
3. Tipos de Atividades
- O programa consistirá de :
- 3.1. Análise dos dados existentes
 - 3.2 Provisão de informação ao Estado pela EATEP, sobre o processo de planejamento; o "status" atual da educação primária no Brasil e, outros Estados, quando apropriado, boas práticas; etc.
 - 3.3 Levantamento do Estado, por meio de
 - 3.3.1 Observações
 - 3.3.2 entrevistas
 - 3.3.3 "Guia de trabalho com os Estados"
 - 3.3.4 "Estudo-em-profundidade"
 - 3.4 Pesquisa e experimentação baseada em
 - 3.4.1 hipóteses pré-concebidas
 - 3.4.2 levantamento
 - 3.4.3 solicitações do Estado
 - 3.5 Demonstrações
 - 3.6 Análise de custos da educação primária
 - 3.7 Seminários, para que a EATEP
 - 3.7.1 obtenha informação
 - 3.7.2 preste informação
 - 3.7.3 coordene-se com outros programas

- 3.8 Assistência no planejamento e execução de planos para a melhoria do padrão de fluxo.
- 3.9 Assistência para o desenvolvimento de planos de reforma administrativa das Secretarias de Educação e sistemas acadêmicos de educação, especialmente de nível primário, de tal modo que não interfira com a responsabilidade principal da EATEP.
- 3.10 Prestação de serviços consultivos no Rio, sobre problemas especiais, quando necessário.
- 3.11 Preparação e uso de materiais para finalidades especiais aqui referidas.

Anexo

pág. 3

FTL/JD/EM

ADMINISTRAÇÃO

- APÊNDICE -

(1)

1. SITUAÇÃO ATUAL

Responsabilidades

1.1 Cidades 2.1A

quatro sistemas diferentes padrões de qualidade, nos quatro sistemas, o que ocasiona diferentes índices de fluxo.

2.1B

Quatro sistemas operando juntos resultam num aumento de custos administrativos e sobreposição de funções.

1.2

Vários órgãos, dentro de um mesmo sistema escolar, tem funções similares

2.2A

Os custos dos serviços necessários são aumentados por multiplicidade de órgãos administrativos, realizando o mesmo trabalho.

2.2B

A eficiência do trabalho, visto em conjunto, é diminuída por falta de um único órgão coordenador ou de um plano único.

2.2C

As responsabilidades divididas diminuem as responsabilidades de cada órgão.

2. PROBLEMAS

3. CAUSAS

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS

3.1A

- 1) Desejo de fiscalização local.
- 2) Tradições históricas
- 3) Contrastes nos recursos
- 4) Ausência de um único órgão coordenador efetivo.

3.1B

- 1) As funções administrativas duplicam-se em cada sistema
- 2) Serviços similares são oferecidos em cada sistema.

3.2A

- 1) Falta de confiança na habilidade de outros departamentos para a administração eficiente dos fundos.
- 2) Desejo dos órgãos centrais do sistema de fiscalização como os órgãos subordinados aplicarem os recursos concedidos

3.2B e C

A tendência de muitas autoridades se ocuparem com o mesmo problema, dentro de áreas restritas, perdendo assim a visão global da situação.

4.1A

Análise das razões que ocasionam divergências entre o MEC e algumas Secretarias Estaduais, bem como as diferenças existentes, relativamente ao ensino entre Estados e Municípios, no que diz respeito a algumas áreas de Educação.

4.1B

Determinar o montante de economias e o grau de melhoria dos serviços que seriam alcançados com a redução da duplicidade de funções.

4.2A e B

Análise profunda das razões para criação de muitos órgãos similares, orientando sobre os meios de consolidá-los, onde seja justificada sua existência.

4.2C

Determinar quais as áreas educacionais que, se responsabilizadas diretamente, conseguiriam melhorar o fluxo de alunos.

5. PROJETOS DE PESQUISAS

5.1B

Em cada sistema educacional, analisar o custo do trabalho, comparando-o com a qualidade dos serviços prestados.

5.2A e B

Estudo histórico dos órgãos que existem com funções similares e uma análise racional das razões de sua existência atual.

6. HIPÓTESES PARA SOLUÇÃO

6.1A

A atuação reforçada do Governo Federal, em bases regionais, melhoraria os padrões de qualidade, em muitas áreas.

6.1B

A intensificação do uso de novos padrões de uma administração consolidada resultaria na economia de dinheiro e de técnicos profissionais necessários.

6.2A e B

Uma identificação e redução de órgãos com funções similares liberaria fundos e pessoal para outras necessidades educacionais e permitiria também um ataque mais eficiente do fluxo.

6.2C

Responsabilidades bem definidas entre gues a um único órgão levam a produzir melhores resultados do que uma vaga distribuição de responsabilidade entre muitos.

7. DIVERSOS

7.1

Há necessidade de uma mudança de mentalidade. Para mudarmos qualquer atitude administrativa teremos, primeiramente, que esclarecer administradores, professores e povo, sobre a realidade brasileira e, assim, vencer a rotina, o comodismo, a vaidade, a ignorância etc.

(2)

1. SITUAÇÃO ATUAL

2. PROBLEMAS

3. CAUSAS

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS

Currículo, agrupamento e promoção

1.3

Em todo país o conteúdo básico dos programas é semelhante

2.3A

O programa não atende às necessidades e interesses da maioria das crianças

2.3B

O programa não permite flexibilidade ao atendimento das diferenças e necessidades dos locais.

3.3A e B

Tradicionalmente a educação elementar não é vista como tendo um fim em si mesma, mas como a preparação que se dá a um número limitado de crianças para estudos mais avançados.

4.3A e B

Determinar as necessidades dos diferentes setores populacionais (social, econômico, geográfico etc) da infância brasileira, em idade escolar.

1.4

Ausência de programas corretivos

2.4

Geralmente, como não é dado nenhum atendimento especial à criança que não domina todo o programa, ela ou passa ou é obrigada a repetir integralmente o mesmo programa.

3.4

Por tradição esse problema é resolvido particularmente pelos pais esclarecidos e que dispõem de recursos.

4.4

Análise dos resultados alcançados pelos vários programas de recuperação existentes e projeção de outros fatores a eles relacionados, tais como, custos, pessoal, instalação etc.

1.5

O agrupamento dos alunos é feito tendo em vista o nível de aprendizagem.

2.5

Experiências, prontidão, saúde, idade e interesses não são considerados nas práticas atuais de agrupamento, daí resultando classes heterogêneas.

3.5

Geralmente o professor só sabe trabalhar com um grupo de crianças relativamente homogêneas.

1.6

Os critérios de promoção baseiam-se na aprendizagem acadêmica.

2.6

Os requisitos para a promoção na escola elementar são demasiadamente difíceis, para a maioria das crianças, exigindo o domínio total do programa da série

3.6

Os requisitos para promoção são formulados na base do preparo de um pequeno grupo que não representa a maioria dos alunos.

4.6

Veja 4.3A e B

5. PROJETOS DE PESQUISAS

5.3A e B

Estudo das colocações que o país possa oferecer aos que tiverem concluído os diferentes cursos, e um projeto das possibilidades salariais relacionadas aos diferentes níveis educacionais.

5.4

Levantamento dos programas de recuperação existentes no Brasil e de como educadores influentes veriam a disseminação desses programas.

5.6

Uma análise dos currículos

6. HIPÓTESES PARA SOLUÇÃO

6.3A e B

A adoção de um programa de educação elementar que fôsse de encontro as necessidades de todos os alunos aumentaria o fluxo.

6.4

Implantação de programas de recuperação que permitam as crianças avançarem progressivamente, reduzindo dessa maneira a repetência.

6.5

Agrupamentos homogêneos na base de experiências, idade, prontidão, saúde e interesses. juntamente com um programa educacional adequado ajuda a permanência do aluno na escola e também seu sucesso.

6.6

O fluxo melhoraria, se, através de uma nova política de promoção, procurássemos medir os resultados em termos de aprendizagem efetiva e reais necessidades.

7. DIVERSOS

7.4 e 7.5

Seria muito útil conhecer levantamentos e estudos feitos pela equipe de educadores do Projeto-Piloto, da Fundação FORD (trabalho relativo à educação de crianças residentes em favelas, realizado na Guana bara, no período 1962-1965).

(3)

1. SITUAÇÃO ATUAL

2. PROBLEMAS

3. CAUSAS

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS

1.7
A maioria das crianças não tem oportunidade de adquirir a prontidão necessária para aprendizagem acadêmica.

2.7
Geralmente a maioria das crianças não tem oportunidade de desenvolver, na escola, a prontidão necessária a aprendizagem exigida.

3.7
Escassez de classes pré-primárias ou de um período, na 1ª série, de apronto para leitura.

4.7
Pesquisar qual o nível de prontidão dos alunos que repetem ou se evadem (ao tempo em que eles entraram para a escola).

Preparação dos professores

1.8
Não há medidas administrativas que evitem o ingresso de professores imaturos (devido a pouca idade) no magistério.

2.8
Muitos professores começam a lecionar aos 17 anos, enquanto outros até mais cedo, havendo dúvidas quanto ao preparo para assumir responsabilidades em uma sala de aula.

3.8
A extensão do curso para formação de professor e a falta de uma regulamentação que estabeleça a idade mínima para o ingresso no magistério.

4.8
Fazer, nos diferentes sistemas estadual, municipal e particular, um levantamento dos professores segundo a idade e comparar com o sucesso obtido.

1.9
Nas áreas rurais são raros os professores qualificados, em quanto em muitas áreas urbanas há um excesso deles.

2.9A
Nas zonas urbanas, nem todos os professores formados conseguem encontrar colocação no magistério.

3.9A
As escolas normais estão geralmente situadas na zona urbana e adjacências o que ocasiona excesso de professores formados nas zonas urbanas e escassez nas zonas rurais.

4.9
Determinar as áreas onde estão situadas as escolas normais e conhecer o número de professores atualmente nelas formados, comparando-o com as necessidades locais.

2.9B
A maioria das áreas rurais não encontra professor qualificado para suas escolas.

3.9B
Os salários e as condições de trabalho dos professores de escolas rurais são inferiores aos da cidade.

5. PROJETOS DE PESQUISAS

6. HIPÓTESES PARA SOLUÇÃO

7. DIVERSOS

6.7

Tornar obrigatório um programa de prontidão, o que resultaria numa aprendizagem mais efetiva e, conseqüentemente, num melhor fluxo.

6.8

O professor com mais maturidade compreenderia melhor o processo educativo e conseqüentemente contribuiria para a melhoria do ensino.

5.9

Análise das necessidades das diferentes áreas, tendo em vista a localização de futuras escolas normais.

6.9

A localização das escolas normais, a diferença nos salários dos professores e as condições de vida nas áreas rurais, são os maiores fatores que explicam a escassez do professor qualificado nas referidas áreas.

(4)
1. SITUAÇÃO
ATUAL

2. PROBLEMAS

3. CAUSAS

4. INF. ADICIONAIS NECESSÁRIAS

Estrutura da Carreira Educacional

1.10
Ausência de incentivo econômico para o aperfeiçoamento do professor.

2.10
Poucos professores procuram seu aperfeiçoamento profissional.

3.10A
Há escassez de fundos disponíveis para educação.

3.10B
O professor primário, geralmente atribui pouca importância à necessidade de seu aperfeiçoamento.

1.11
Os salários dos professores são baixos.

2.11A
Os salários baixos, frequentemente, levam os professores a necessidade de terem 2 ou mais empregos para garantir sua manutenção.

3.11 A
Veja 3.10

2.11B
A grande diferença entre os salários dos professores primários e secundários, leva muitos professores do ensino primário para o secundário.

3.11B
A grande diferença nos salários do professor secundário faz com que os mais ambiciosos se evadam do ensino elementar para o secundário.

2.11C
Diferenças econômicas relativamente pequenas entre regentes e normalistas ocasionam pouco incentivo para os professores se aperfeiçoarem.

1.12
A carreira do magistério é limitada, não sendo regulamentada de forma a que o professor possa aspirar altos postos.

2.12
As possibilidades de aspirações são limitadas, quando as julgamos por padrões de preparo profissional objetivo, o que ocasiona pouco incentivo para que pessoas se preparem a fim de fazer do magisterio carreira definitiva.

3.12
Tradições, estrutura e falta de oportunidades para preparação especializada.

4.12
Análise mais completa da estrutura da carreira educacional nos vários níveis.

1.13
Amizades pessoais etc desempenham papel importante na nomeação e permanência nos altos cargos educacionais.

2.13
As pessoas mais qualificadas não são obrigatoriamente as designadas para as funções adequadas, muitas vezes, o bom desempenho de um trabalho não é garantia para permanência nele.

3.13
Vide 3.12

4.13
Análise das funções existentes nos diferentes órgãos representativos da administração educacional.

6.10

Incentivos econômicos, juntamente com uma disponibilidade maior de cursos de aperfeiçoamento e reuniões para troca de informações e trabalhos práticos, incentivariam o aperfeiçoamento contínuo do professor.

6.11A

A professora que trabalha em dois turnos na mesma escola, trabalhará melhor do que em locais diferentes.

~~6.11B~~

~~Na maioria das vezes os melhores elementos da escola primária evadem-se para a escola secundária.~~

6.11C e B

~~Há falta de incentivos econômicos para o professor trabalhar a fim de obter uma promoção em termos de eficiência.~~

6.12

Um sistema em que os postos de alto nível sejam alcançados mediante qualificações objetivas e avaliação do desempenho do trabalho realizado melhoraria a eficiência da liderança educacional.

6.13

As experiências pessoais, baseadas em fatores científicos, melhorariam as qualidades dinâmicas necessárias às mudanças e levariam ao aumento da produtividade.

(5)

1. SITUAÇÃO
ATUAL

2. PROBLEMAS

3. CAUSAS

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS

1.14 Renovação cons- A frequente renovação do "pes-
tante do pessoal soal chave" ocasiona ausência
que ocupa outros de continuidade na implementa
cargos. ção de política e de projetos

2.14

3.14

O serviço e a permanência
desse pessoal no cargo está
na dependência de autoridades
que ocupam temporária -
mente cargos políticos.

4.14

Determinar quais os cargos temporários
e quais os efetivos e como ampliar a
rede desses últimos.

1.15 Atualmente o pa-
nel do Diretor
é, em geral, o
de inspetor e
executor de re-
gulamento.

2.15

Atualmente, as atribuições de
um Diretor não o encorajam a
liderança no planejamento de
mudanças, nem o levam a dar
oportunidade aos professores
de participarem na tomada de
decisões.

3.15

Tradução e formação do Dire-
tor.

Prédios-constru-
ções e instala-
ções escolares

1.16 Há séria escas-
sez de salas de
aula.

2.16

O número atual de salas de au-
la permite que apenas 50% das
crianças escolarizáveis in-
gressam na escola. Esta escas-
sez também limita o tempo de
permanência das que a frequen-
tam.

3.16A

A alta taxa de natalidade

3.16B

O esforço para acomodar
100% das crianças na escola
é relativamente recente.

3.16C-Falta de fundos para
acelerar o ritmo das cons-
truções.

4.16

Verificar porque não é adotado o siste-
ma de construção de prédios por etapas
(onde o clima o permita). Dessa maneira
as crianças seriam atendidas ao mesmo
tempo em que se completasse as várias
etapas da construção.

1.17 Os prédios esco-
lares não são
planejados de mo-
do a oferecerem
o máximo de fun-
cionalidade.

2.17A

Algumas escolas não refletem
inteiramente as necessidades
do professor.

2.17B

As construções escolares re-
fletem fraco planejamento no
que diz respeito ao controle
do meio ambiente (luz, calor,
barulho etc.)

3.17A

No planejamento das contru-
ções escolares há pouca ou
nenhuma participação de pro-
fessores.

3.17B

No planejamento das constru-
ções escolares parece ser
dada mais atenção a parte
estática do que a creativi-
dade necessária a solução
dos problemas educacionais.

4.17

Estudo posterior dos projetos de constru-
ções escolares e dos padrões de custo.

6.14

A estabilidade em cargos do alto nível asseguraria a continuidade necessária para im-
plantação de planos.

6.15

Atribuir ao Diretor maior responsabilidade pa-
ra a liderança democrática, melhoraria o tra-
balho da escola.

5.16

Fazer o levantamento desse tipo de
construções no Brasil, a fim de veri-
ficar se está dando ou não resulta-
dos positivos.

6.16A

Construções escolares em etapas (nos climas
quentes) resolveriam mais rapidamente o pro-
blema do espaço na escola primária e também
diminuiriam o custo imediato.

6.16B

Uma mudança no calendário escolar que levas-
se a escola a funcionar durante todo ano,
com grupos diferentes de crianças, gozando
férias em períodos diferentes, permitiria,
até 33% de aumento na utilização dos pré-
dios.

6.17

O planejamento das construções escolares po-
deria ser desenvolvido de modo a atender me-
lhor as necessidades da aprendizagem e a re-
dução dos custos.

7.16A

Consta que na Bahia, em 1954,
treze grupos escolares desse
tipo foram iniciados. Uma das
recomendações da II Conferên-
cia Nacional de Educação diz
respeito a construções por
etapas.

5.17A

Tentativa no sentido de obter a par-
ticipação de órgãos com vasta expe-
riência em planejamento de constru-
ções escolares para obter sugestões

5.17B

Estudo do aproveitamento máximo do
espaço destinado a atividades educa-
tivas, nos prédios escolares recém-
construídos.

(6)

1. SITUAÇÃO ATUAL
Serviços sociais e complementares

1.18
Os atuais serviços sociais e de bem-estar, dentro e fora da escola, parecem ser inadequados.

Materiais de ensino

1.19
A escassez de materiais de ensino e de equipamento é evidente na maioria das classes.

1.20
Há escassez de materiais suplementares de leitura, dentro de níveis adequados aos graduados na escola primária, aqueles que desejam aumentar seus conhecimentos e aos recém-alfabetizados.

Análise dos custos

1.21
Pouca importância é dada a relação entre o custo da educação e a eficiência educacional.

2. PROBLEMAS

2.18
Serviços médico, dentário, de alimentação suplementar e similares, freqüentemente não são oferecidos a maioria das crianças, no entanto, problemas *associados com a falta de tais serviços afetam diretamente a aprendizagem*

2.19
Esforços dispendidos para melhoria da educação são reduzidos pela limitação do material de ensino.

2.20
Os recém-alfabetizados freqüentemente perdem a sua habilidade de leitura, devido a pouca oportunidade de praticá-la, e muitas vezes o progresso do aluno é retardado, pela ausência de adequado material suplementar de leitura.

2.21A
Em alguns setores educacionais é possível que haja desproporção entre os fundos empregados e o resultado obtido.

2.21B- A situação atual do fluxo ocasiona grandes perdas financeiras.

3. CAUSAS

3.18A
Alta taxa de natalidade
B- Escassez de serviços sociais dentro e fora da escola.
C- Baixo nível de renda das famílias da maioria das crianças.

3.19A
Escassez de fundos para educação.

3.19B - Responsabilidade dividida no fornecimento de materiais.

3.19C- Pouca atenção é dada a qualidade na seleção do material disponível.

3.20
Escassez de material suplementar de leitura e número reduzidíssimo de bibliotecas públicas.

3.21A e B
Tradicionalmente a educação não tem sido encarada como uma área que poderia ou deveria ser analisada, objetivamente, em bases da eficiência dos custos.

4. INFORM. ADICIONAIS NECESSÁRIAS

4.18
Descrição dos efeitos obtidos no fluxo, resultantes dos esforços dos serviços sociais e complementares, até a presente data.

4.19A - Saber qual a proporção existente entre a verba destinada a material de ensino e a verba geral do setor de educação.

4.19B- Determinar o tipo de material necessário e qual o material disponível.

4.20
Levantar e análise dos serviços públicos de biblioteca.

4.21
Procurar em várias áreas e setores educacionais informações sobre dados adicionais relativos ao custo e sua correspondente produtividade na educação.

5.18

Determinar que outros órgãos estariam dispostos a cooperar colocando seus recursos a disposição de serviços Sociais.

6.18

Provisão complementar às necessidades das crianças ajudará a melhorar o fluxo.

7.18

As forças armadas, sempre que solicitadas, tem colaborado, fornecendo alimentos para os escolares. Seria interessante um projeto que envolvesse as forças armadas, como colaboradoras nos serviços sociais e de bem-estar da escola. Da mesma maneira seria interessante que o Ministério da Saúde participasse do problema da saúde escolar com a Secretaria de Serviços Sociais.

6.19

Maior quantidade e melhor qualidade ao material de ensino e do equipamento influiriam positivamente sobre o fluxo.

6.20

A expansão dos serviços das Bibliotecas Públicas refletir-se-ia na prontidão para a leitura, no fluxo, na manutenção de habilidade da leitura e no desenvolvimento de novos interesses e habilidades.

5.21A

Análise do custo de cinco componentes da Educação. Exemplo: construção, magistério, administração, material de ensino e manutenção

6.21A

Gastos proporcionalmente equilibrados nos vários elementos da Educação compensados com uma maior contribuição de cada um dos seus elementos, concorreariam para melhor eficiência da educação.

5.21B

Determinação dos custos do fluxo nas várias áreas representativas das regiões.

6.21B

A medida da situação do fluxo, em termos de custos, fornecerá um simples, porém significativo, instrumento para a determinação do "status" do fluxo.

(7)

1. SITUAÇÃO ATUAL

2. PROBLEMAS

3. CAUSAS

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS

Carreira Profissional

1.22

As pessoas que militam na carreira educacional têm poucas oportunidades para uma troca de ideias.

2.22

Inovações profissionais, realizações e aspirações encontram pouca oportunidade de serem discutidas ou disseminadas.

3.22

Falta de uma organização profissional nacional, independente e efetiva que se ocupe do bem-estar e do desempenho profissional, tanto dos professores primários, como dos administradores escolares.

4.22

Analisar o desenvolvimento, a eficiência etc. das organizações profissionais, antigas e atuais existentes na carreira educacional

1.23

Poucas oportunidades existem para os membros do magisterio de exercerem influência efetiva nas mudanças da política educacional.

2.23

Professores e muitos administradores não têm, individualmente, a devida influência para realizarem mudanças quando as mesmas são necessárias.

3.23

Veja 3.22

4.23

Veja 4.22

5. PROJETOS DE PESQUISAS

6. HIPÓTESES PARA SOLUÇÃO

7. DIVERSOS

6.22 e 6.23

Uma organização profissional unida e independente poderia influenciar na elevação do "status" e melhoria do desempenho dos professores e administradores. Sua influência poderia também ajudar na realização de reformas da política educacional.

MEC-INEP-USA ID
EATEP
Travessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana

Date: Sept. 26-28, 1967	TRIP REPORT TO SÃO PAULO
Prep. by: Halas Jackim	

Purposes for trip -

1. Find out about, and appraise program of "Escola Lapa" official name: Grupo Escolar Experimental "Doutor Edmundo Carvalho" - an experimental school of the State of São Paulo.
2. Investigate a program for the development of achievement tests which was started at the Regional INEP Center of São Paulo in 1961.
3. React to possibilities of establishing a sister institution relationship with the São Paulo INEP Center.
4. Investigate the courses in administration being offered by the INEP Center for prospective Secretariat of Education workers from various parts of the country.

Results

- I. Grupo Escolar Experimental "Doutor Edmundo Carvalho".
Director - Profa. Terezinha Frann
Ed. Consultant for Ed. Change - Prof. Joel Martins of University Catholica (Prof. of ed. psych. and curriculum)

Staff-

1. All teachers are collegio graduates while ten are university graduates. Total of 90 teachers.
2. All staff on a one year renewable contract basis - no tenure to school.

3. Teachers get same salary as other state schools.
4. Each teaches 4 hours daily + 4 hours for planning, meetings, etc. on Sat. and 2 hours for consultations on Wednesdays.
5. 20% of teachers teach elsewhere - the average of S. Paulo's public schools - 60% teach in other schools.
6. Has a full time volunteer mother as physician.
7. 10 can read English.
8. Director been in that position for 5 years and has survived 5 secretaries of education.
9. Less than 10% staff turnover.
10. Many volunteer specialists e.g. psychologist, 2 social workers, dentist, guidance counselors.

Performance and General Description

10 Kindergarten classes

1. 7 first grades with maximum of 25 pupils each.
7 2nd grades
6 3rd grades of maximum of 30 pupils.
5 4th grades with maximum of 34 pupils.
(80% of students complete 4 grades in 4 years the rest take 5 or 6 - they have 2 classes for mentally retarded).
2. Children pass on to next grade but it may be a full step or to an intermediate grade - the programs of the intermediate grades are entirely different from the regular grades - emphasis on remedial, different materials, different curriculum.

3. The school also has a Kindergarten - 70% of all that start in their first grade have attended their kindergarten.
4. Promotion and next grade level determinations are made on the basis of teacher, psychologist, and rest of team consultations. The school has developed an observation and evaluation guide.
5. The school also uses its own adaptation of the Metropolitan Test of Mental Maturity and the school has developed its own achievement tests.
6. Has a very active curriculum committee made up of parents, teachers, sociologist, psychologist, anthropologist, and educational research person.
7. School conducts evening adult literacy program.
8. Saturday course for training of other public and private teachers in their new methods, etc. 180 in each semester. (Potential teachers for the school are often spotted in these courses).
9. School has very complete record folder on each child.
10. Parent interest appears to be genuinely very high - e.g. nearly all children start school when they reach minimum age, no dropouts, all kinds of evidence of parent cooperation such as each parent has agreed to repair, modernize, and refinish the desk which their child is using, etc. 1 hour per day remedial sessions staffed by parents.
11. Much emphasis on natural science from the first grade. This development work was done and is being continued successfully by IBECC (UNESCO). They have two people working with the school on improving the science program.
12. 250 student teachers attend observation sessions, etc., per month, while an additional 150 others come to find out about educational research, educational

social work, educational psychology, etc.

- 13. The staff goes out to assist other schools with reorganization, etc. on call. Currently working with URUBUPUNGA. Brasilia currently has a man at the school for a month of observation.
- 14. Report cards to parents go out every 2 months and a parent teach conference is scheduled in between. These are attended by 95% of the parents.
- 15. Outside of salaries the school receives only MCr\$ 40,00 per month from official sources for its program. So most of its extra funds for instructional materials, services, etc, come from parent contributions.
- 16. Teachers have one week of parent orientation for parents before school starts each year. This tells them what the school will expect from the parent and what the school will do in return.
- 17. Kindergarten start from 3 1/2 to 6.
- 18. 1st graders of 7-8 years old.
- 19. 1.000 total pupils.
Composition -

10% real low economic level	
10% marginally low	about 30% of parents are
50% low middle (industrial workers)	immigrants from Europe
30% high middle	
- 20. Have a Phd. study showing the difference between Kindergarten children's achievement and that of those pupils who did not attend.

21. "Those who have truly worked in favelas will tell you that there is a very high ed. aspiration level among nearly all parents for their children. They consider this the only road left for them since they don't have influence nor money. This is very well documented in the Ford Foundation Favela study as well as in the Frenchman's study of Rio favelas of 1959, by Lebret - believed to be in INEP file - " the principal feels this very strongly both from her work with this school and from a long favela development project called M.U.D. in which she did community development work.
22. Community school - is a true description for this school e.g. 5 children were absolutely needed at home to supplement income of family. Other families chipped in and now the five work at the school cleaning it, etc, after school and thereby earn 20 NGr per moth, - practically no truancy. School has record on all children in the community including those who will start within a year. These children are invited to come to school for a day of visitation prior to their entrance in order to whet their appetites and start orienting the parents. Library is open to the public and children to take home books. Could use a lot more books.
23. 4th year program helps pupils to select vocational area of interest or additional training schools, and operates a high school placement office for industry, trade, and to other schools of higher education.

Other

1. Trying hard to spread their ideas - e.g.
 - A. 180 teachers every Saturday.
 - B. requests from various places for speakers.
 - C. Dr. Mascaro has asked principal to present this school findings to the directors of all INEP regional centers in (Oct.?).
 - D. Receives lecture invitation from growing number of cities - most recent is Brasilia - which resulted in the Brasilia sending an observer for a month.

- E. student teachers, university researchers, etc. also help spread the ideas.
2. One of best prof. ed. organizations in Brazil is School for Parents (very active) over 5,000 members according to principal.
 3. Revista Pedagógica published privately in Rio Grande do Sul is the most popular ed. publication, according to principal.
 4. This school also has a high school with a continuous integrated (articulated) program. This school is about a mile away and is able to take 120 graduates each year. These children are bused by school bus purchased (or rented) by their PTA. High School responsible to same principal and special staff.
 5. Currently doing a community survey of 17 other elementary schools which also feed into the same high school to determine the curriculum needs for those children. School is not large enough to handle all H.S. applicants.
 6. Catholic University of São Paulo has a doctoral program in Education.

II. Test Development Program

INEP Center

1. It all started in a UNESCO sponsored course for educational researchers at the Center in 1961 - called Seminário para Treinamento de Pessoal em Pesquisas Educacionais under Prof. Henry Clay Lindgren of Stanford University. Hilda de Almeida Guedes, Prof. of Psychology was the assistant to the project. In successive years Profa. Cambon (French), Prof. Mukherjee (Indian) and Prof. Sam Levin of San Francisco State directed the seminar at various times during its three years.

2. The tests were developed as a training exercise and not as an end per se but in time, as they became perfected their development became one of the objectives of the seminars.

They are achievement tests for the end of the 4th grade - separate tests in the following subject areas (2 forms for each): Language, Arithmetic, Social Science, Reading Comprehension, Natural Science, Portuguese.

3. There is also a test for teachers called Inventory of opinions on attitudes in Relation to Education which was never finished.
4. The achievement tests were drafted, item analysis made, rewritten, tried on small sample, modified, administered in parts of the capital cities of São Paulo, Ceará, Espírito Santo, Guanabara, Minas Gerais and Pernambuco.
5. The following remains to be done:
 - A. Complete item analysis as result of the last trials
 - B. Obtain validity and reliability data
 - C. Rewrite and administrator for purposes of norming
 - D. Develop manuals
 - E. Publish
6. I found a note saying that Nelsa Fadu Calil was to finish the reading test under special assignment by INEP. She no longer works at the center and no one was able to find out if she ever finished it.
7. Another note from Prof. Lindgren suggested that the Center establish a file on Brazilian tests. This suggestion was never followed. Dr. Lindgren found the following standard type tests in Brazil in 1962 - there may be many more now.

Individual I.Q. -- A. adaptation of Raven's Matrices
 B. adaptation of Stanford Binet

Verbal group I.Q. -- A. developed by Prof. Otavio Martins -- INEP and produced by Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. This service has also constructed other I.Q. tests.

Achievement tests
 Readiness test -- The Institute of Ed. Research of the State of Guanabara
 I.Q. tests direction of Miss Cirina Miranda de Menezes has developed a variety of these tests.

I.Q. test -- I.N.V. (Pierre Weil UNESCO developed)

Most of these tests are not known beyond the institution which developed them and thus there is little demand or interest in them.

Recommendation

1. There is much well organized data relating to the achievement tests started in the UNESCO seminars described here. Many of the people who worked on them are working in other states and are probably not using their skills in test development. It would be advisable to get some of these people together again under the short term (1 month) leadership of one of the former American leaders -- to outline work procedure, set up schedule, assign responsibilities and develop budget.
2. It is suggested that INEP use CONTAP funds to bring the professor here -- rehire a few of the former students of the original seminar and fully utilize the INEP Center statistician to complete the development of the test, to insure its publication, and to administer it in a trial national test program for one year. This would acquaint the nations educator's with the test and it would provide

the federal government some idea of the relative quality of education levels prevailing throughout the country.

III. Sister Institution Relationship with Oswego

I do not recommend such a relationship with the INEP Center of São Paulo because of the following reasons:

The following are strictly personal impressions gained from four brief visits to the Regional Center over a period of some eighteen months.

1. If the Center actually has 300 employees (as reported to me) then it does not appear to command an educational influence commensurate with its resources. Many activities appeared to lack imagination and action oriented idealism and might best be described as "routine".
2. Many of the staff members have been able to obtain foreign study grants, but there seems to be little if any opportunity for these people to exert any greater influence upon their return from such foreign study.
3. The center is a federal government agency and not a university, it also is not a teacher preparation institution but simply one which offers various courses to people who are already employed in education.
4. Some limiting reasons for the Center's record of accomplishments appear to be the following:
 - A. the Center appears to have very little independence and must receive approval from INEP Center in Rio for its programs, expenditures, etc.

- B. There has been frequent turnover in the leadership of the Center.
5. The Center was unable to show any great enthusiasm for such an affiliation since the matter would have to be studied and acted upon by Dr. Mascaro in Rio.

I would recommend that Oswego might care to consider an affiliation with the Grupo Escolar Experimental "Dr. Edmundo Carvalho" instead of with the INEP Center. My reasons for this recommendation are as follows:

1. Since this is both an elementary school as well as a high school, it actually does prepare teachers in its high school normal training program.
2. Its student body approximates a more realistic cross section of society than that found at the INEP demonstration (elementary) school.
3. This is a state institution.
4. It is a center for many student teachers and for university students pursuing educational research projects.
5. It offers a very popular in-service course for teachers.
6. It provides adult evening courses.
7. It produces many research studies and develops new instructional materials.
8. It has a notable achievement record based on sound ideas and effective implementation of those ideas.
9. Staff seems to be highly motivated, idealistic, competent, and imaginative.

10. The institution appears to have a large amount of local freedom of action.
11. There is enthusiasm for affiliation on the part of the director and staff with whom I spoke.

IV. Administration and Planning Course

1. Contents of course on paper appear to be O.K. (developed with the help of UNESCO).
2. Instructors - the girls teaching the course appear young (probably 18 to 25 years old), conscientious, but not experienced in their subject matter. None of those whom I met had ever worked in administration or had ever even worked in any secretariat of education. They all admitted that they knew nothing of the techniques, etc. which must be employed in order to get changes accomplished, ideas accepted, etc. in the secretariates of education.
3. Students - They were selected by the secretaries of education of the various states. In most cases the students were ordinary classroom teachers before appointment to this course. In at least one case the secretary who made the appointment has been replaced and the student will probably not be returning to work in the secretariat as planned, but will return to her teaching tasks.
4. Suggestions for future - A. Obtain people with high level Brazilian administrative experience to help design the course and to give guest lectures specifically on the ways to bring about innovation within a bureaucratic structure.
B. Form a professional organization of people who graduate from these courses with a newsletter to be published by INEP through which the graduates could share their experiences in the field and "grow" through their combined efforts in confidence, influence and effectiveness.

Preparado por: Z.C. Schultz

Data : 10/setembro/1967

RELATÓRIO SOBRE A IV REUNIÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO REALIZADA DE 4 a 6 DE SETEMBRO DE 1967.

Três membros da EATSP participaram da IV Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação, realizada na sede do Conselho Federal de Educação (Rio, 5º andar do MEC), de 4 a 6 de setembro de 1967. Zenaide Cardoso Schultz, representando o Diretor do INEP, que acompanhou os trabalhos da 1ª Comissão (Subtema "a"); Wilson Hudson Pinto e Diva Diniz Costa que, como observadores, acompanharam respectivamente os trabalhos das 2ª e 3ª Comissões.

Objetivos - Segundo o Regulamento aprovado em 4/8/67, a IV REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS visava ao conhecimento recíproco das decisões desses órgãos e ao debate dos problemas de educação que são de seu interesse, na conformidade das disposições contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 92, alínea "p").

Participantes - Quanto aos participantes, arrola o Regulamento: a) os Membros do Conselho Federal de Educação; b) o Presidente do Conselho Federal de Cultura; c) Representantes dos Conselhos Estaduais; d) os Diretores de Educação do Ministério da Educação e Cultura; e) os Diretores de Educação dos Territórios.

Temário - Em face ainda do mesmo Regulamento, a REUNIÃO ficaria restrita ao seguinte tema básico: "FUNÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL", que compreenderia três subtemas cujos documentos básicos seriam estudados e discutidos preliminarmente por três Comissões de Trabalho:

1ª Comissão

Subtema "a" - AUTONOMIA DO SISTEMA ESTADUAL: IMPLICAÇÕES E LIMITES

Local - Câmara do Ensino Primário e Médio

Presidente - Cons^o Pe. José Vieira de Vasconcellos

Coordenador - Cons^o Anísio Spínola Teixeira

Relator - Orlando Ferreira de Mello, do CEE de S. Catarina

Membros do CFE - Carlos Pasquale, Celso Cunha, Celso Kelly, Henrique Dodsworth, José Borges dos Santos Jr. e Valnir Chagas.

Membros dos CEE - Alagoas, D. Federal, Goiás, Guanabara, Maranhão, Pernambuco, S. Catarina e Sergipe.

Diretores de Ensino do MEC - Conselho Federal de Cultura, Josué Montello; INEP, Zenaide Cardoso Schultz, pelo Diretor; e DNE.

Diretor de Ensino do Território Federal de Roraima

Secretaria - Maria de Lourdes Duarte Gonçalves.

2ª Comissão

Subtema "b" - COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA.

Local - Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Cons^o José Barreto Filho

Coordenador - Cons^o Vandick Londres da Nóbrega

Relator - Joaquim de Lemos, do CEE do Rio de Janeiro

Membros do CFE - Alceu de Amoroso Lima, João Peregrino Jr., Péricles Madureira de Pinho, Roberto Santos e Newton Sucupira.

Membros dos CEE - Acre, Amazonas, Ceará, M. Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

Diretores de Ensino do MEC - D. Ens. Comercial, Lafayette Belfort
Garcia D. Ens. Secundário, Gildásio Amado.

Diretores de Ensino dos Territórios Federais de Rondônia e Fernan-
do de Noronha.

Secretária - Teresinha Maria Carneiro Luz.

Observador da EATEP - Wilson Hudson Pinto

3ª Comissão

Subtema "c" - ARTICULAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL COM OS ÓRGÃOS EXECU-
TIVOS DE EDUCAÇÃO.

Local - Câmara de Planejamento

Presidente - Consª Clovis Salgado

Coordenador - Consª Edson Franco

Relator - João Wilson Mendes Mello, do CEE do R. G. do Norte

Membros do CFE - Almeida Junior, Antônio Martins Filho, Flávio
Suplicy de Lacerda, Durmeval Trigueiro, Moniz de
Aragão e Rubens Maciel.

Membros dos CEE - Bahia, Esp. Santo. M. Grosso, Paraíba, Paraná,
R. G. do Norte e R. G. do Sul.

Diretores de Ensino do MEC - Dir. Ens. Agrícola, Erb Veleda; Dir.
Ens. Industrial, Jorge Alberto Furta-
do; e Dir. do Ens. Superior, Epílogo
Campos.

Diretor de Ensino do Território Federal do Amapá

Secretário - Carlos de Sousa Neves

Observadora da EATEP - Diva Diniz Costa

Documentos básicos - Os documentos básicos referentes a
cada subtema foram preliminarmente elaborados pelos respectivos Re-
latores e sua equipe estadual e, como os demais trabalhos apresenta-
dos, distribuídos apenas aos participantes previstos e aos observado-
res registrados.

Sessão de instalação - Presidida pelo Conselheiro Deolindo Couto, Presidente do Conselho Federal de Educação, teve início às 10 horas do dia 4 de setembro a sessão de instalação da IV REUNÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO. Participaram da mesa o Cons^o Edson Franco, Secretário Geral do MEC, e o Prof. Josué Montello, Presidente do Conselho Federal de Cultura. Em seu discurso o Presidente Deolindo Couto justificou a ausência do Senhor Ministro Tarso Dutra, impedido de viajar de S. Paulo, devido às condições meteorológicas. (S. Ex^{sa}. chegou mais tarde, cumprimentando pessoalmente, em seu gabinete, cada um dos participantes do Encontro). Discursaram, na oportunidade da instalação, além do Presidente, o Cons^o Ramundo Moniz, do CFE, saudando os Delegados Regionais, e o Prof. Gilberto Osório de Andrade, Presidente do Conselho Estadual de Pernambuco, em nome dos CEE.

Encerrada a Sessão, os Delegados iniciaram os trabalhos nas salas destinadas a cada Comissão.

Programa dos Trabalhos - O programa pré-estabelecido para os Trabalhos e fielmente cumprido dentro dos prazos previstos, com a distribuição concomitante das atas referentes aos debates havidos, foi o seguinte:

Dia 4 - 9 horas: Sessão solene de instalação no auditório do Conselho Federal de Educação.

10 horas: Comissões de Trabalho

15 horas: Comissões de Trabalho

Dia 5 - 10 horas: Sessão Plenária - Discussão do Subtema "a".

15 horas: Sessão Plenária - Discussão do Subtema "b".

Dia 6 - 10 horas: Sessão Plenária - Discussão do Subtema "c".

15 horas: Redação final do Tema "FUNÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL e de seus subtemas. Recomendações. Encerramento.

Debates da 1ª Comissão

A 1ª Comissão de Trabalho relativo ao subtema "AUTONOMIA DO SISTEMA ESTADUAL: IMPLICAÇÕES E LIMITES" reuniu-se em duas sessões, das 10 às 12:30 e das 15 às 17 horas, do dia 4, apresentando no dia 5 ao plenário as conclusões e recomendações para discussão.

Na 1ª sessão, o relator, Prof. Orlando Ferreira de Mello, do CEE de S. Catarina, expôs a matéria contida no Documento Básico elaborado por ele e pelos Conselheiros Francisco Brasinha Dias e Orlando Ferreira de Mello, de S. Catarina, iniciando-se logo após os debates conduzidos pelo Presidente da Comissão, Cons^o Pe. José Vasconcellos, com a colaboração do Coordenador, Cons^o Anísio Teixeira, e do Relator.

Nos debates havidos, salientaram-se comentários e análises referentes às interpretações de certas expressões e do espírito geral da Lei Básica da Educação, trabalho este que, realmente, revelou o grau de interesse e objetividade dos Conselheiros, na forma de colocar os problemas educacionais dos Estados dentro da autonomia que lhes atribuiu aquela Lei. Desses debates destacamos alguns registros:

- O Cons^o Celso Kelly (CFE) faz observações sobre os cerceamentos das Diretrizes Legais da Educação, pois, se aos Estados cabe "organizar os seus sistemas de ensino" (art. 11), o que representa uma plena liberdade, há uma oposição nas exigências restritivas de alguns dispositivos da mesma Lei. Por outro lado, a assistência técnica e financeira, alega, pode ser uma providência do céu ou uma restrição total.

- O Cons^o Carlos Pasquale (SP) acrescenta que esta assistência é um processo delicado que se deve constituir de uma solicitação real decorrente dos "estritos limites das deficiências locais"

(art. 13), devendo caber aos Estados, no direito de sua autonomia, a elaboração fundamental e, à União, a assistência apenas suplementar. Acrescenta ainda que, "face ao regime federativo, sob o qual se estrutura a República nos termos do art. 1º da Constituição, a existência de sistemas estaduais e do sistema federal do ensino não é concorrente".

- O Cons^o Pe. Vasconcelos (CFE), referindo-se ao espírito de liberdade da Lei, observa que o conceito "diretrizes" não deve ser encarado no sentido restrito. Aos educadores cabe defender o sentido da palavra "diretrizes" como amplo e não coercitivo.

- Corroborando, D. Lourenço Almeida Prado (GB) acrescenta que a função da Lei não é limitadora, mas criadora de direitos. A LDB assegura direitos até aos pequenos setores, como, por exemplo, o Ensino Médio.

- O relator Orlando Mello declara, porém, que o CEE de S. Catarina luta muitas vezes com a rigidez das normas do próprio CFE, e cita o exemplo da autorização e reconhecimento das instituições privadas de ensino superior (Estabelecimentos isolados).

- Paulo Barbosa (DF) acrescenta que o próprio Estado está esquecido de sua autonomia e cita o caso do Ensino Médio (art. 16). Se por este artigo, os Estados já são autônomos e se, desde 1/1/67, já terminou o prazo de opção aos estabelecimentos particulares de ensino médio (art. 110), como estabelecer agora condições para essa autonomia (Parecer 439/66 do CFE). Parece pois inoportuna. Os Estados já são autônomos tanto pelo art. 16, como pelo prazo vencido do art. 110.

- Pe. Vasconcelos informa que este parecer resultou de uma consulta do Estado e da interpretação do art. 109.

- Sobre a autonomia dos CEE, Raimundo Lobato (MA) declara haver para o Maranhão, pelo menos, três áreas de atrito: 1. Ministério da Fazenda (dotações globais); 2. MEC (burocracia, instruções restritivas); 3. CFE (art. 99 - exame de madureza).

Todos esses depoimentos, serena e seriamente discutidos, não exprimiam revolta ou reivindicação individual, mas a busca interessada de soluções para as condições reais das peculiaridades das diferentes regiões.

- Os Estados menos desenvolvidos, de poucos recursos humanos, entretanto, ainda se atêm comodamente às antigas normas de dependência da União. Daí o depoimento contrastante do representante de Sergipe: "o problema da educação no Brasil não é só de organização ou formulação de seus sistemas, mas também de expansão. Não nos devemos apavorar com a interferência da União na ajuda aos Estados, com suas "diretrizes", pois são sempre benéficas aos pedagogos da caatinga que necessitam de uma mão que se lhes estenda."

- Abordando o problema das Fundações ditas públicas (Parecer 413/66-CFE), cuja criação vem sendo estimulada nos Sistemas de Ensino Estaduais como instrumentos de descentralização e flexibilização do processo educacional, Gilberto Osório de Andrade (PE), definiu-as como: "alguém - pessoa física ou jurídica ou grupos de entidades de um e outro gênero - que está interessado em promover alguma coisa para cuja objetivação todavia não se dispõe a operar diretamente." E alega que não vê fantasma na participação de fundos de entidades públicas para elas, pois estas pedem a outrem que faça a administração, mediante um patrimônio previsto. Não há diferença entre Fundações de origem pública ou privada, pois uma vez constituídas, qualquer delas passa a ser um organismo privado que usará os fundos estabelecidos, de qualquer origem. É requerido apenas que sejam alienados, por lei, para elas, os bens públicos que lhes foram destinados.

- Corroborando, informa o Cons^o Celso Kelly (CFE) que na Reforma Administrativa da órbita federal, há menção de 4 formas de autonomia (autarquias, etc.) e não constam as Fundações.

- Com referência à atuação dos Municípios, Pe. Vasconcellos, corroborado por Anísio Teixeira, alerta que o art. 1^o letra "d" acena indiretamente ao Município, quando enumera, entre os fins da educação nacional, "a participação da personalidade humana na obra do bem comum". Esta participação deve ter suas raízes fincadas no

município para chegar, por ciclos mais amplos, a cobrir todo o território nacional. Refere-se ainda ao art. 2º que acentua mais claramente a idéia : "A educação (...) será dada no lar e na escola". Ora, o lar só adquire a sua plenitude no município, porque através dele é que deixa de ser uma célula isolada para integrar-se num conjunto e receber os elementos de que precisa para o seu desenvolvimento harmônico pleno. Daí a conveniência da criação dos Conselhos Municipais de Educação.

Dos debates emergiram, pois, além da definição de autonomia dos sistemas estaduais, os quatro temas fundamentais seguintes que se tornaram objeto de recomendações do grupo de trabalho:

- 1- Transferência de competência da União para os Estados
- 2- Autorização e reconhecimento de escolas superiores
- 3- Conselhos Municipais de Educação e Cultura
- 4- Fundações Educacionais instituídas pelo Poder Público

Debates da 2ª Comissão

A 2ª Comissão de Trabalho, relativo ao subtema "COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA", reuniu-se em duas sessões de debates, sob a presidência dos Conselheiros José Barreto Filho (CFE), Vandick Londres da Nobrega (CFE), coordenador, e Joaquim de Lemos (RJ), relator.

Na sessão plenária foram discutidos com ênfase os seguintes assuntos:

- a) o art. 110 da LDB, sobre o "momento" cronológico em que se deva fazer a passagem da competência da União para os Estados, no Ensino Médio (Parecer 155/67- CFE);
- b) a principal competência dos Conselhos, como desempenho de uma função tutelar da educação nacional, e não somente como cumpridor das leis federal e estaduais;
- c) a definição de "Sistema de Ensino", como síntese de

idéias sobre administração e prática de ensino, focalizado o grau de participação do poder público e dos Conselhos;

d) a distribuição dos recursos federais a educandos, de acordo com o art. 94;

e) a assistência do Governo do Estado ao Conselho para possibilitar-lhe o desempenho de suas funções.

Debates da 3ª Comissão

A 3ª Comissão de trabalho, relativa ao subtema "ARTICULAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL COM OS ORGANISMOS EXECUTIVOS DA EDUCAÇÃO", reuniu-se em três sessões para estudo e discussão dos documentos básicos e das indicações apresentadas. Devido à ausência, por razões de força maior, do Cons^o Clovis Balgado, estas reuniões foram presididas, sucessivamente, pelos Cons^{os} Edson Franco, Durmeval Trigueiro Mendes e Antônio Martins Filho, assessorados respectivamente pelos coordenadores, Cons^{os} Durmeval Trigueiro e Edson Franco (CPE), e pelo relator, Cons^o João Wilson Mendes Melo, do CEE do R.G. Norte.

Os debates na sessão plenária focalizaram especialmente os seguintes assuntos:

a) a participação coordenada e sistemática dos responsáveis pelo estabelecimento da política educacional do Estado (conselhos e órgãos executivos de ensino);

b) a necessidade de encontros dos representantes dos CEE com as Diretorias de Ensino do IEC;

c) a articulação da iniciativa privada e dos municípios com o Estado para o planejamento da educação;

d) integração dos recursos nacionais e estrangeiros.

RECOMENDAÇÕES

(segundo a redação aprovada em plenário, sem vir da a revisão da Comissão de Relação Final)

Subtema "a" - Autonomia do Sistema Estadual: Implicações e Limites

I- QUANTO À AUTONOMIA DO SISTEMA ESTADUAL :

a) que, no exercício da competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional - que pertence à União, sem prejuízo da legislação complementar dos Estados -, os poderes públicos federais assegurem a autonomia dos Estados em matéria de educação, compensando, inclusive, a limitação dos recursos estaduais decorrente da orientação centralizadora adotada pela Constituição na ordem financeira;

II- QUANTO ÀS LIMITAÇÕES DO SISTEMA ESTADUAL :

a) que a autonomia dos sistemas estaduais de ensino é limitada apenas pela legislação sobre diretrizes e bases da educação nacional - cuja competência a União se reservou, sem prejuízo da legislação estadual complementar - e pelos preceitos fundamentais já inseridos no próprio texto constitucional;

III- QUANTO ÀS IMPLICAÇÕES DA AUTONOMIA DO SISTEMA ESTADUAL :

a) que entrem os Estados automaticamente no exercício da competência que a Lei de Diretrizes e Bases lhes concede de autorizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino médio, não pertencentes à União, bem como de reconhecê-los e inspecioná-los, desde que tenham:

1. constituído o seu Conselho de Educação nos termos da Lei;
2. adaptado o respectivo sistema de ensino à LDB, completado o número de disciplinas obrigatórias e relacionado as de caráter optativo, relativa a cada ciclo, definindo-lhes a amplitude e o desenvolvimento dos programas de ensino;
3. adquirido condições para o desempenho dos deveres

de verificação e inspeção de estabelecimentos de ensino, mediante a organização de serviços próprios, ou de convênio que vise à utilização, para esse fim, do corpo de inspetores federais;

4. publicada a Resolução, ou o Ato administrativo correspondente, e dado conhecimento disso ao MEC;

b) que o Sistema Federal de Ensino, apenas no exercício de sua função supletiva, destinada a suprir as deficiências locais, autorize doravante o funcionamento de novos estabelecimentos de ensino médio não pertencentes a União;

e) que os Estados que ainda não assumiram o exercício da competência legal sejam estimulados e assistidos tecnicamente pelo MEC para o fazerem, e, tão logo o façam, sejam transferidos à sua jurisdição os estabelecimentos de ensino cuja autorização de funcionamento tenha sido concedida pela União depois de 1º de janeiro de 1967;

d) que sejam tomadas urgentes providências para a constituição, em cada Unidade Federativa, de grupo de trabalho, composto de representantes dos órgãos competentes do MEC e da Secretaria de Educação, incumbidos de, em prazo determinado:

1. esclarecer a situação de direito do respectivo sistema de ensino, em face do disposto nos arts. 16, 109 e 110 da LDB e das várias interpretações que esses dispositivos têm recebido;
2. arrolar, para fins de publicidade, fiscalização e registro de certificados ou diplomas, os estabelecimentos de ensino médio existentes, com a indicação, para cada um deles, dos seguintes elementos:
 - i) cursos em funcionamento;
 - ii) sistema de ensino a que se vincula legalmente;
 - iii) ato que autorizou o seu funcionamento, reconheceu-o e aprovou-lhe o regimento;

3. proceder ao levantamento dos estabelecimentos de ensino médio considerados em situação irregular ou anômala em relação aos itens anteriores, sugerindo, aos seus responsáveis e às autoridades competentes, as providências legais cabíveis;

e) que sejam simplificados o processo de verificação e a instrução para o reconhecimento das instituições de ensino superior, autorizadas pelos Conselhos Estaduais ;

f) que procurem os Conselhos Estaduais adotar, como exigências mínimas, nos processos de autorização de escolas ou cursos superiores, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação, visando a evitar disparidade de critérios por ocasião do reconhecimento ;

g) que o Conselho Federal de Educação reexamine as normas para autorização de funcionamento de estabelecimentos ou cursos de ensino superior, no sentido de adequá-las mais perfeitamente às Escolas de Formação de Professores de 1º ciclo, de cuja natureza decorre uma atenuação das exigências de especialização do corpo docente;

h) que a ênfase dada à especialização, seja substituída pela comprovação de experiência razoável, a critério do C.F.E., que lhes fixou os currículos;

i) que os Conselhos Municipais de Educação e Cultura, além da competência que lhes vier a ser outorgada pelo C.E.E., exerçam as atribuições que lhes são específicas, como a de despertar a consciência pública local para os problemas de educação e aprovar plano de aplicação dos recursos municipais destinados ao ensino, entrosando-se com o plano estadual, preferentemente em providências relativas à execução de programas de construções escolares, urbanas e rurais, e de serviços auxiliares, como os de transporte e de assistência;

j) que os Conselhos Municipais de Educação e Cultura sejam constituídos de pessoas qualificadas, comprovadamente devotadas ao progresso econômico, social e cultural da comunidade;

k) que, na constituição das Fundações, os instituidores de direito privado se somem ao Estado ou ao Município;

l) que a necessidade de estimular as iniciativas da comunidade a se dedicarem ao processo educacional seja alertada.

Subtema "b" - Competência do Conselho Estadual na Organização e Funcionamento do Sistema :

I- que, na organização dos sistemas de ensino, sejam incluídas na competência dos Conselhos Estaduais, as seguintes atribuições :

- a) elaborar ou participar da elaboração de anteprojetos de lei ou regulamento estadual que dispuser sobre matéria de ensino em geral;
- b) ser órgão normativo para qualquer complementação da lei que dispuser sobre o sistema estadual de ensino;
- c) interpretar a lei acima referida;

II- que, no funcionamento do sistema estadual se atribua ao Conselho Estadual de Educação avaliar resultados, sugerir, adotar e rever normas, bem como promover a articulação com outros sistemas;

III- que, para compor o Conselho Estadual de Educação sejam escolhidos educadores qualificados que representem, na medida do possível, as diversas regiões do Estado, os diversos graus de ensino e o magistério oficial e particular;

IV- que, nos Estados em que as decisões do Conselho estejam sujeitas à homologação do Secretário de Educação, sejam previstas medidas que resguardem qualquer eventual ausência de homologação.

V- que o Governo Estadual conceda ao Conselho Estadual de Educação completa assistência para desempenho das suas funções;

VI- que a Comissão solicita, data venia, ao C.F.E., reexamine de seus pareceres sobre o artigo 110 da L.D.B., considerando as dificuldades constantes do relatório apresentado pela delegação do Estado do Rio de Janeiro.

VII- que todos os recursos da União destinados à educação sejam ser distribuídos, com observância das normas do art. 94 da L.D.B. e das que forem estabelecidas pelos Conselhos Estaduais em convênios flexíveis com a administração federal.

Subterna "C" - Articulação do Conselho Estadual com os organismos executivos da Educação.

I- que se Institua Encontros dos representantes dos Conselhos Estaduais e dos Territórios com as Diretorias de Ensino, preferencialmente, por ocasião dos Encontros dos Conselhos Estaduais com o Conselho Federal de Educação;

II- que se Institua Reuniões de Conselhos Estaduais com os Conselhos Municipais, as Secretarias Municipais de Educação ou os próprios Prefeitos ;

III- que o Plano Estadual de Educação, como expressão da política educacional, que se desenvolve sob o impulso e coordenação do Estado, inclua, articuladamente, a iniciativa dos municípios e a iniciativa privada;

IV- que seja constituído um serviço de planejamento destinado a promover as conexões e a coordenação acima encarecidas, vinculado ao Conselho Estadual de Educação e aos órgãos executivos da Secretaria de Educação (tanto os órgãos-fim como os órgãos-meio, especialmente entre os últimos, os de elaboração, execução e controle orçamentários) e que a política educacional do Estado e o plano em que se consubstancie, envolvam a responsabilidade solidária do Conselho Estadual de Educação (ao qual compete fixar-lhes as diretrizes e normas gerais), dos órgãos executivos de ensino e do serviço de planejamento;

V- que tal política seja estabelecida com a participação sistemática dos responsáveis pela administração do ensino, e com apoio:

a) nos estudos oferecidos pelo serviço de planejamento, quanto às necessidades sociais que devem inspirar em grande parte, tal política, e quanto aos recursos humanos e financeiros que a condicionam;

b) na pesquisa educacional aplicada sistematicamente à busca de modelos educacionais válidos não só do ponto de vista pedagógico quanto do ponto de vista sócio-cultural, testada, essa validade, por métodos de aferição permanente dentro do próprio campo de atividade escolar;

VI- que se inclua na prerrogativa do CEE, para que ela se exerça eficazmente, a tarefa de aprovar o plano em todo o seu processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento, assim como acompanhar a sua execução;

VII- que o Serviço de Planejamento indicado abranja, além de outras atividades, a pesquisa educacional, estatística, levantamentos e cadastro, cálculo econômico e pesquisa social aplicadas à educação;

VIII- que ao Conselho Estadual de Educação se assegure adequada autonomia administrativa e financeira, de modo a contar com assistência e recursos humanos e materiais suficientes ao pleno cumprimento das finalidades que a lei lhe consigna; a desejada articulação entre o Conselho Estadual de Educação e os órgãos do executivo não deve implicar em delegação de competências por parte daquele colegiado ;

XIX- que sejam claramente discriminadas as atribuições dos CEE e dos órgãos executivos da Secretaria de Educação, tendo em vista a integração dos seus esforços;

X- que o planejamento educacional seja integrado e, em função do caráter de complementaridade dos financiamentos, que os planos de aplicação abranjam além dos recursos de origem federal, estadual e municipal, quaisquer outros recursos técnicos e financeiros proporcionados por agências de financiamento nacionais ou estrangeiras e multinacionais.

RELACÃO DOS ANEXOS

1. Regulamento da IV Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação.
Tema: Função do Conselho de Educação no Sistema Estadual.
2. Sessão de Instalação
 - a) Discurso do Presidente do CFE, Cons^o Deolindo Couto
 - b) Discurso do Presidente do CEE de Pernambuco, Cons^o Gilberto Osório de Andrade.
 - c) Ata da Sessão de Instalação
3. Documentos Básicos - Subtema "a":
 - a) Autonomia do Sistema Estadual: Implicações e Limites - Cons^{os} de S. Catarina Orlando Ferreira de Mello (relator), Francisco Erasinha Dias e Osvaldo Ferreira de Mello.
 - b) Limites dos Sistemas Estaduais - Cons^o Celso Kelly (CFE e DNE)
 - c) Autonomia do Sistema Estadual: Implicações e Limites - Estudo do CEE da Guanabara.
4. Documentos Básicos - Subtema "b"
 - a) Competência do Conselho Estadual de Educação na Organização e Funcionamento do Sistema Estadual de Ensino - Elaborado pelo CEE do Rio de Janeiro
 - b) Competência do Conselho Estadual de Educação - Cons^{os} Irmão José Otão, do R. G. do Sul
 - c) Sobre o Subtema "Competência do Conselho Estadual na Organização e Funcionamento do Sistema" - Cons^o Paulo Ernesto Tolle, (SP).
5. Documentos Básicos - Subtema "c"

Articulação do Conselho Estadual com os Organismos Executivos de Educação - Cons^o João Wilson Mendes Mello, do CEE do R.G. do Norte (Relator).

6. Documentos Básicos - Geral
Pronunciamentos do CFE relacionados com os temas do IV Encontro dos Conselhos de Educação.
7. Atas e Recomendações - Subtema "a"
 - a) Ata da 1ª reunião da Comissão de Trabalho.
 - b) Ata da 2ª reunião da Comissão de Trabalho.
 - c) Recomendações da Comissão para discussão em plenário.
 - d) Ata da Sessão Plenária sobre o Subtema "a"
 - e) Redação das Recomendações com as alterações propostas em plenário.
8. Atas e Recomendações - Subtema "b".
 - a) Ata da 1ª reunião da Comissão de Trabalho.
 - b) Ata da 2ª reunião da Comissão de Trabalho.
 - c) Recomendações da Comissão para discussão em plenário
 - d) Ata da Sessão Plenária para discussão do Subtema "b"
 - e) Redação das Recomendações com as alterações propostas em plenário.
9. Atas e Recomendações - Subtema "c"
 - a) Ata da 1ª reunião da Comissão de Trabalho
 - b) Ata da 2ª reunião da Comissão de Trabalho
 - c) Ata da 3ª reunião da Comissão de Trabalho
 - d) Recomendações da Comissão para discussão em plenário
 - e) Ata da Sessão Plenária para discussão do Subtema "c"
 - f) Redação das Recomendações com as alterações propostas em plenário.
10. Relação dos Membros do Conselho Federal de Educação.
11. Relação dos membros dos CEM.
12. IIMP - Relatório de atividades 1967

13. Proposta para unificação da ortografia portuguesa - Instituto de Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional. Coimbra
Indicação dos Cons^{es} C. Cunha, C. Kelly, H. Dodsworth e J.B. Santos.
14. "Súmula" nº 2 . Publicação do CFE (1965/1966) - Informações sôbre a constituição dos Conselhos Estaduais de Educação; os Sistemas Estaduais de Ensino; e as resoluções dos mesmos Conselhos comunicadas ao CFE.

Ainda sendo testado

MEC/INEP/USAID

EATEP

Travessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana

GUIA PARA A ANÁLISE DOS PROBLEMAS DE SUPERVISÃO NA ESCOLA

PRIMÁRIA

Objetivo do guia: O objetivo deste guia é o de auxiliar na análise de alguns dos maiores problemas que surgem frequentemente na educação primária brasileira.

Método: O método seguido pelo guia é o de subdividir um problema formulando perguntas-chaves e analisando cada resposta.

As perguntas são respondidas colocando-se um "x" nos quadrados correspondentes a "sim" ou "não" () justificando-se nas linhas abaixo a resposta dada.

Problemas sugeridos para consideração :

PROBLEMA I

É necessário definir o "status" e a função da supervisão, no que diz respeito a sua responsabilidade na melhoria da educação primária.

Questões para a análise:

1. Há atualmente uma determinação explícita do objetivo da supervisão, na educação primária ?

sim não

Se a resposta for "sim", escreva ou resuma estes objetivos no espaço seguinte. Se a resposta for "não", aproveite o mesmo espaço para se pronunciar a respeito.

2. Está o objetivo da supervisão atendendo às necessidades dos

grupos de professores abaixo discriminados ?

- | | | |
|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| a) Professôres urbanos | <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não |
| b) Professôres rurais | <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não |
| c) Professôres leigos | <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não |
| d) Professôres formados | <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não |

Se a resposta for "não" para quaisquer das questões acima, em que está falhando ?

PROBLEMA II

Há necessidade de uma definição clara dos deveres e responsabilidades do supervisor.

Questões para a análise:

1. São claramente expressos os deveres e responsabilidades de cada tipo de supervisão ?

sim

não

Se a resposta for "sim", nas linhas abaixo, enumere os deveres e responsabilidades; se for "não", faça uma lista daqueles que lhe pareçam adequados :

2. Alcançarão os deveres e responsabilidades declarados o objetivo a que se propõe a supervisão ?

sim

não

Se a resposta for "não", quais as alterações que propõe ?

PROBLEMA III

Há necessidade de uma definição clara das qualificações consideradas necessárias, para que os deveres e responsabilidades do supervisor sejam realizados de maneira efetiva.

Questões para análise :

1. Existe atualmente uma lista explícita de qualificações ?

sim

não

Se a resposta for "sim", há adequação entre a lista e os elementos abaixo discriminados ?

a) Educação geral

sim

não

b) Educação profissional

sim

não

c) Experiência

sim

não

d) Qualificações pessoais

(por exemplo: atitude,

liderança, saúde, ini-

ciativa, entusiasmo etc.)

sim

não

Se a resposta for "não", para qualquer dos itens acima, proponha as mudanças necessárias:

2. Há oportunidades de auto-perfeccionamento tais como cursos profissionais, seminários, bibliografias, livros de texto, boletins informativos, etc., a fim de que o pessoal preencha as necessárias qualificações para o cargo ?

sim

não

Se a resposta for "sim", enumere as oportunidades oferecidas durante o ano anterior e sua localização.

Relacione o número de livros didáticos profissionais disponíveis e declare a maneira pela qual eles circulam.

Se o procedimento em uso parece-lhe inadequado, estabeleça os passos necessários para torná-lo mais eficiente.

PROBLEMA IV

Há necessidade de estabelecer uma política profissional definida a respeito das nomeações e promoções, relativas à supervisão.

Questões para a análise :

1. Há alguma regulamentação a respeito da nomeação de supervisores ?

sim

não

Se a resposta for "sim", escreva abaixo o que conhece sobre o assunto, indicando a fonte.

Se a resposta for "não", escreva nas linhas acima a orientação que existe a respeito de nomeação de supervisores.

2. A política de nomeação de supervisores leva em consideração os itens abaixo ?

a) da ênfase às qualificações profissionais;

sim não

b) propõe incentivos para que pessoas realmente capacitadas se interessem pelo cargo de supervisor.

sim não

c) estabelece uma tabela salarial apropriada às qualificações e às responsabilidades

sim não

d) Há uma programação efetiva para provimento do cargo de supervisor, que convoque pessoal bem qualificado ?

sim não

Se a resposta a qualquer das questões acima for "não", quais são as mudanças necessárias ?

3. Há alguma regulamentação referente à política de promoções ?

sim não

Se a resposta for "sim", transcreva o trabalho.

Se a resposta for "não", faça um resumo da atual orientação e escreva-o no espaço acima.

4. A política de promoção de supervisores leva em consideração os itens abaixo ?

a) Estabelece claramente o acesso profissional.

sim não

b) Proporciona incentivos para auto-aperfeiçoamento;

sim não

c) Dá ênfase às realizações no trabalho profissional

sim não

Se a resposta a qualquer das questões acima for "não", quais as mudanças necessárias ?

PROBLEMA V

Há necessidade de se prover organização, facilidades, material e pessoal adequado para uma administração efetiva do serviço de supervisão.

Questões para a análise :

1. Está a atual organização alcançando os resultados desejáveis em :

a) Áreas urbanas ? sim não

b) Áreas rurais? sim não

Se a resposta for "sim", descreva a atual organização:

Urbana:

Se a resposta fôr "nãõ", descreva as mudanças necessárias no espaço acima.

2. Há facilidades adequadas e disponíveis para todo o pessoal de supervisão, no que diz respeito a:

- | | | |
|--|-----|-----|
| a) Local e espaço suficiente para o trabalho ? | sim | nãõ |
| b) Transporte ? | sim | nãõ |
| c) Espaço reservado para depósito de material. ? | sim | nãõ |
| d) Máquinas duplicadoras ou similares ? | sim | nãõ |

Se a resposta a qualquer das questões acima fôr "nãõ", que providências poderão ser tomadas ?

3. Há material adequado para o uso do supervisor no que diz respeito a :

- | | | |
|---|-----|-----|
| a) Papel para duplicador e para confecção de material didático? | sim | nãõ |
| b) Livros de consulta disponíveis para professores e supervisores? | sim | nãõ |
| c) Jornais, boletins informativos ou outras formas de comunicação de idéias e informações profissionais ? | sim | nãõ |

Se a resposta a qualquer das questões acima fôr "nãõ", que providências deverão ser tomadas ?

2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

B. Enumere as medidas necessárias para a implementação de cada mudança proposta, juntamente com o prazo previsto para sua realização.

MEDIDAS A SEREM TOMADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS MUDANÇAS	DATA PROVÁVEL DA CONCLUSÃO
<u>Prioridade 1</u>	

MEDIDAS A SEREM TOMADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS MUDANÇAS	DATA PROVÁVEL DA CONCLUSÃO
<u>Prioridade 2</u>	
<u>Prioridade 3</u>	
<u>Prioridade 1</u>	

MEDIDAS A SEREM TOMADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS MUDANÇAS	DATA PROVÁVEL DA CONCLUSÃO
<u>Prioridade 5</u>	

HK/em
21/8/67

Ainda sendo testado

MEC/INEP/US-110
EATEP

Trovoessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana

Guia
para análise →

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES

Um dos grandes problemas da Educação Primária no Brasil, atualmente, é a falta de professores eficientes. Nesse sentido, torna-se indispensável o recrutamento de jovens competentes, de ambos os sexos, para o exercício de magistério primário e de uma revitalização das Escolas de Formação de Professores, no sentido de provê-las de professores altamente qualificados, instalações, equipamento e material didático adequados, bem como de escolas primárias anexas.

Segue-se um questionário que poderá ajudar a determinar até onde, em seu Estado, as condições em que se verifica a formação e o aperfeiçoamento de professores estão adequadas às finalidades a que se destinam.

As perguntas serão respondidas positiva ou negativamente, colocando-se um "x" no quadrado correspondente à palavra "sim" ou "não" (). Para uma análise mais minuciosa dos problemas focalizados nas perguntas, cada resposta deverá ser justificada, logo a seguir, de maneira sucinta, nos espaços próprios.

I. RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E ADMISSÃO DE CANDIDATOS AO CURSO NORMAL

1.1. Existe no Estado algum sistema de recrutar para o ^{bursa} ~~Curso~~ Normal, jovens que demonstrem qualidades para o exercício do magistério primário ?

sim

não

Em caso afirmativo, descreva o sistema usado. Caso contrário, acha que esse recrutamento poderia ser feito? Como?

1.2. Utiliza-se algum sistema para incentivar o ingresso do elemento masculino no campo da educação primária?

sim não

Se a resposta for "sim", descreva a forma de incentivo usada. Se a resposta for "não", considera necessário esses incentivos?

Por quê?

1.3. Exige-se algum exame para a admissão aos Cursos de formação de professores?

Nas escolas de 1º ciclo? sim não

Em caso afirmativo, o que é medido nesses exames? Se "não", que se exige do candidato?

1.4. Das condições pessoais abaixo relacionadas, quais as exigidas dos candidatos para ingressar nos cursos normais ?

a) Eficácia no uso da língua Portuguesa sim não

b) Bom coeficiente de inteligência sim não

c) Formação moral satisfatória sim não

d) Personalidade agradável sim não

Se a resposta a qualquer dos itens acima for "sim", que recurso é usado para constatar essas condições no candidato ?

1.5. Há esforços no sentido de melhorar o salário, as condições de trabalho e o "status" dos professores primários, no sentido de incentivar o ingresso de elementos competentes na profissão ?

sim não

Se a resposta for "sim", descreva tais esforços e explique de onde têm partido, principalmente.

1.6. Existem medidas que assegurem o aproveitamento integral dos que concluem os cursos normais ?

sim não

Em caso afirmativo, quais são as medidas adotadas?
Em caso negativo, vê alguma conveniência neste aproveitamento integral ?

II. FORMAÇÃO E PREPARO DOS PROFESSORES DE CURSO NORMAL

2.1 É exigida uma preparação especial para lecionar nos Cursos Normais?

sim não

Em caso afirmativo, descreva o tipo de curso exigido. Se a resposta for "não", pronuncie-se a respeito da necessidade ou não de uma preparação específica desses professores.

2.2 Há no Estado cursos especialmente dedicados à formação de professores de Curso Normal ?

sim não

Se a resposta for "sim", assinale as instituições que os promovem :

Universidades

Institutos de Educação

Outras ? Quais ? _____

Tais programas suprem às necessidades de professores dos Cursos Normais ?

sim não

- 2.3. Exige-se que professores de cadeiras como Didática ou Metodologia das Matérias de Ensino Primário e Prática de Ensino tenham experiência bem sucedida como professores de classes primárias ?

sim não

Em caso afirmativo, de quantos anos no mínimo, deve ser essa experiência ?

Se a resposta for "não", como seria aconselhável proceder no caso ?

- 2.4. Há algum critério estabelecido para se avaliar a eficiência do professor de Curso Normal ?

sim não

Se a resposta for "sim", descreva o critério usado. Se for "não", enumere os aspectos que acha importante considerar nessa avaliação .

- 2.5. Tem sido tomada alguma medida, no sentido de oferecer ao professor de Curso Normal condições de trabalho capazes de atrair elementos qualificados para a função ?

sim

não

Se a resposta for "sim", que medidas têm sido empregadas ? Se "não", proponha incentivos capazes de tornar a função mais atrativa.

III. O CURRÍCULO DO CURSO NORMAL

3.1. Oferece o currículo do Curso Normal oportunidade ao futuro professor de comprovar sua competência nas matérias do curso primário ?

sim

não

Assinale as áreas do programa do curso primário cujo conteúdo constitui matéria do currículo do Curso Normal:

Português _____

Matemática _____

Estudos Sociais _____

Artes _____

Ciências _____

Recreação
Música _____

Como se avalia a competência do futuro professor nessas áreas?

3.2. São incluídos nos currículos dos cursos normais, matérias que dizem respeito à saúde, tais como Educação Sanitária, Nutrição e Profilaxia ?

sim

não

Em caso afirmativo, quais? Considera adequados os programas dessas matérias? Se a resposta for "não", pronuncie-se a respeito da inclusão desses conhecimentos nos programas dos cursos normais.

3.3. Os programas das matérias profissionais do Curso Normal foram aperfeiçoados ou revistos, recentemente, no sentido de atender às necessidades do professor primário de hoje?

sim não

Se a resposta for "sim", quando se fez a última revisão?

Enumere as principais modificações ocorridas:

3.4. Durante o curso normal, têm os normalistas suficientes oportunidades de trabalhar efetivamente com crianças?

sim não

Em caso afirmativo, com que frequência? Quando começa esse trabalho prático? Que tipo de experiência com crianças desenvolve o normalista?

Em caso negativo, seria viável utilizar escolas primárias próximas às escolas normais para se proporcionar essa prática ? Como estas escolas poderiam ser usadas ?

3.5. De modo geral, exige-se exame para a conclusão do Curso Normal ?

sim

não

Em caso afirmativo, considera adequada a natureza do exame?

Como é avaliada a competência dos que concluem o curso?

IV. ASPECTO MATERIAL DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

4.1. Oferecem as escolas de formação de professores, as condições necessárias a um trabalho proveitoso, agradável, capaz de estimular professores e alunos ?

sim

não

Em caso afirmativo, enumere os fatos que o levaram a responder afirmativamente.

Se "não", emmiere alguns aspectos que, modificados, poderiam tornar as escolas de formação de professores mais confortáveis e atraentes.

4.2. Há alguma determinação quanto à exigência de matrícula mínima para funcionamento de cursos normais (por exemplo 200 alunos), de modo a justificar ou possibilitar a contratação e manutenção de um corpo docente capacitado e eficiente ?

sim não

Se a resposta for negativa, considera que esta situação traz prejuízos à formação dos professores ? Como vê a possibilidade de corrigi-la ?

4.3. Dispõem as escolas de formação de professores de salas-ambiente ou laboratórios ?

sim não

4.3. Em caso afirmativo, em que áreas do currículo são usados ?

Com que frequência são usados pelos estudantes ?

Se a resposta for "não", como vê possibilidade de atender-se a essa exigência, sem que haja necessidade da aquisição de equipamento dispendioso ?

4.4. Dispõem as escolas normais de algum local que funcione como um centro de material didático, equipado com livros usados na escola primária, material audiovisual, publicações profissionais em geral etc... , onde os futuros professores tenham oportunidade de se familiarizar com esses recursos e aprender a utilizá-los ?

sim não

Em caso afirmativo como são usados e com que frequência ? Se a resposta for "não", proponha um plano que considere viável para dotar as escolas desses centros.

4.5. São as escolas normais dotadas de bibliotecas que dispõem não só de material de cultura geral como também de farto material profissional ?

sim não

Em caso afirmativo, qual é a média de volumes que dispõem em cada área profissional e de cultura geral ? _____

Que aumento sofreu o número de volumes nesses últimos cinco anos ? _____

Como circularão êsses livros ? _____

Há bibliotecários à disposição dessas bibliotecas ? _____

Recebem os alunos a devida orientação quanto à maneira de usar o livro e a biblioteca ? _____

NCM/em

Brz 1/9/67

Ainda sendo testado

EC/INEP/USAID
INTEP
Travessa Guimarães Natal - Copacabana

Data: 5 de setembro de 1967	ESTUDO SÔBRE AS CARACTERÍSTICAS DO PROFESSOR EFICIENTE
Prep. por: Norma Osório e H. Keeler	

Com o objetivo de contribuir para elevar a qualidade do ensino na escola primaria, tornando o professor mais eficiente, interessado e confiante em seu trabalho, a INTLP (Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primario), subordinada ao INEP, planejou a preparação de um material para promover o auto-aperfeiçoamento de professores de escolas primarias de todo o país.

Inicialmente, pretendemos elaborar um instrumento de auto-avaliação para ajudar o professor a diagnosticar primeiro seus pontos positivos e os negativos. Uma vez feito isto, será preparado um material informativo, nos moldes da "instrução programada" cujos assuntos, diretamente relacionados aos itens do instrumento de avaliação, virão proporcionar uma fonte de novas ideias, bem como sugestões para aplicá-las e para avaliar os resultados obtidos.

Para construir o instrumento de avaliação, gostaríamos de conhecer a opinião dos que lidam em educação primaria - professores, orientadores ou supervisores e educadores em geral - sobre as características do comportamento do professor que maior contribuição trazem a eficiência de ensino.

Relacionamos uma série de comportamentos positivos do professor a que você deverá atribuir valores de 1 a 5 e acrescentar outros se julgar conveniente.

Na seleção dos aspectos a serem focalizados no material de auto-avaliação do professor e no material informativo, orientaremos nosso trabalho tendo por base os itens que merecerem maior consideração neste questionário.

Dados sôbre o informante:

Função: _____

Tipo de instituição em que trabalha: _____

Escola Primaria ou Normal, Departamento, Centro de Pesquisa, etc

Estado da Federação em que exerce a função: _____

Nº de anos de experiência em educação: _____

Nº de anos de exercício em classes do primário: _____

Formação profissional (Assinale o mais alto nível atingido):

- a) Escola Normal de 1º ciclo ()
 b) Escola Normal de 2º ciclo ()
 c) Curso Universitário () qual? _____

Atribua a cada item abaixo relacionado, assinalando com um a coluna adequada, valores de 1 a 5, de acordo com a maior ou menor importância que para você assume a característica do comportamento do professor nele expressa. O número 1 representa o menor grau de importância e o nº 5, o maior.

Em seguida, selecione os 20 itens que, em sua opinião, deveriam merecer prioridade na organização de material informativo, considerando que tais itens são susceptíveis de aperfeiçoamento e correspondem às maiores deficiências de nosso professorado. Faça uma linha em volta dos itens que você selecionar.

Nº	COMPORTAMENTO DO PROFESSOR	1	2	3	4	5
Um professor Eficiente:						
1	Demonstra preparo profissional adequado					
2	Demonstra boa base cultural					
3	Tem interesse por crianças					
4	Usa a imaginação no ensino					
5	Tem habilidade em criar um ambiente de trabalho na sala de aula					
6	Leva em consideração a capacidade da criança					
7	Leva em consideração o interesse da criança					
8	Demonstra interesse pelo próprio aperfeiçoamento profissional					

NR	COMPORTAMENTO DO PROFESSOR	1	2	3	4	5
----	----------------------------	---	---	---	---	---

Um professor eficiente:

9	Demonstra habilidade em improvisar material para o ensino					
10	Usa os recursos da comunidade					
11	Solicita a ajuda das crianças na obtenção de material de ensino					
12	Relaciona as experiências de aprendizagem com a vida da comunidade					
13	É um líder na comunidade					
14	É um bom exemplo para as crianças					
15	Varia as atividades quebrando a rotina diária					
16	Motiva o interesse da criança em continuar aprendendo					
17	Usa material audiovisual no ensino					
18	Usa exemplos concretos no ensino					
19	Gosta das crianças					
20	Gosta da escola					
21	Compreende a responsabilidade da educação					
22	Interessa-se por novas idéias					
23	Interessa-se por técnicas e recursos de ensino modernos					
24	Adapta a teoria às condições da classe					
25	Compreende a inter relação ensino-aprendizagem					

19	COMPORTAMENTO DO PROFESSOR	1	2	3	4	5
	O professor eficiente:					
26	Tem interesse pela profissão					
27	Pratica a honestidade profissional					
28	Tem consciência das responsabilidades de um educador					
29	Demonstra maturidade emocional					
30	Tem facilidade de comunicação					
31	Tem iniciativa					
32	Tem saúde					
33	Preocupa-se com a aparência pessoal					
34	Demonstra forte desejo em obter bons resultados					
35	Demonstra habilidade em controlar a classe					
36	Usa a voz adequadamente					
37	Tem atitude firme, porém amigável com as crianças					
38	Demonstra habilidade em manejar a classe					
39	Pratica técnicas eficientes					
40	Cuida do bom arranjo da sala de aula					
41	Demonstra habilidade em usar atividades centralizadas na criança					
42	Procura tornar a aprendizagem funcional dentro da vida da criança					

Nº	COMPORTAMENTO DO PROFESSOR	1	2	3	4	5
----	----------------------------	---	---	---	---	---

Um professor eficiente:

43	Reconhece ao ensinar, as diferenças individuais das crianças					
44	Preocupa-se não apenas com a formação, mas também com o desenvolvimento de hábitos, atitudes e habilidades desejáveis					
45	É simpático às crianças					
46	Age imparcialmente com os alunos					
47	Demonstra bom senso de humor					
48	Estimula a criatividade das crianças					
49	É entusiasta pelo ensino					
50	Demonstra preocupar-se com o bem-estar da coletividade e não apenas com o seu próprio					
51	Aceita com atitude favorável as mudanças e o progresso					
52	Sente segurança em suas ações					
53	Pratica a auto-avaliação					
54	Possui qualidades de líder					
55	Respeita a opinião das crianças					
56	Incentiva práticas democráticas na sala de aula					
57	Conduz a criança a resolver seus próprios problemas					
58	Dá oportunidade à participação ativa do aluno					

58	COMPORTAMENTO DO PROFESSOR	1	2	3	4	5
----	----------------------------	---	---	---	---	---

Um professor eficiente:

59	Deixa que a criança participe do planejamento das atividades					
60	Preocupa-se em contribuir para realmente modificar o comportamento da criança em termos de atitudes e hábitos desejáveis					
61	Ensina levando em conta a "prontidão" da criança para aprender					
62	Varia as técnicas de ensino de acordo com a aprendizagem desejada					
63	Preocupa-se em avaliar o rendimento da criança					
64	Orienta as atividades de classe no sentido de proporcionar o desenvolvimento da comunidade a que a Escola serve.					
65	Procura melhorar sua base cultural					
66	Aplica a teoria à prática do ensino					

Outras sugestões:

67	
68	
69	

Ainda sendo testado

MEC/ UNICEF/USAID

EATEP

Travessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana

GUIA PARA ANÁLISE - ADMINISTRAÇÃO

A análise é um prelúdio necessário à mudança. Para que esta seja efetiva, são necessários três elementos: imaginação, método e conhecimento. Embora este guia não se destine a melhorar a imaginação de alguém, ou desenvolver uma metodologia para mudança, tem, entretanto, como objetivo, proporcionar um conhecimento mais seguro sobre o sistema educacional existente.

Este conhecimento ser-lhe-á útil para ajudá-lo a ver se as mudanças são necessárias, e, se o forem, qual a direção a tomar.

O guia está dividido em dez seções, cada uma tratando de um aspecto distinto da administração educacional. Responda, por favor, cada pergunta com sinceridade e de acordo com seu melhor julgamento.

I. Pessoal (orientação e organização)

1. Há por escrito uma descrição de atribuições para cada trabalho?

sim

não

Em caso negativo, explique porque.

2. Estão as atividades de trabalho dos funcionários de acôrdo com as tarefas que lhes são atribuídas?

sim não

Se a resposta é não explique porque.

3. Há um sistema estabelecido para avaliar o desempenho de todo o quadro do pessoal administrativo?

sim não

Se a resposta for "sim", qual a frequência com que é avalia-

da _____ e por quem é feita? _____

4. Usa esse método de avaliação a descrição de atribuições como critério para a avaliação dos desempenhos?

sim

não

Se a resposta for "não", qual é o critério usado? _____

5. É o quadro de pessoal informado dos resultados da avaliação?

sim

não

Em caso negativo porque não é informado? _____

6. O que é feito no sentido de incentivar o melhor desempenho das funções? _____

7. Quando são dadas ordens de trabalho, são elas seguidas de:

(A) elogios, críticas e contra-ordens, ou (B) é permitido que elas sejam adiadas, até que fiquem esquecidas por completo?

A

B

8. Tem sido feito o máximo esforço no sentido de desenvolver padrões de procedimento para todas as tarefas e serviços de rotina?

sim

não

Em caso negativo são os empregados de todos os níveis encorajados a dar sugestões?

sim

não

9. Se 1/3 do pessoal que não leciona devesse ser dispensado, que critério adotaria você para determinar quem deveria sair?

1. _____

2. _____

3. _____

10. Se isto acontecesse, a eficiência da unidade que você dirige decresceria, provavelmente de:

0%,

10%,

20%,

33 1/3%,

mais do que
33 1/3%.

11. Está atualmente, cada empregado oferecendo uma contribuição valiosa para a eficiência de sua unidade?

sim

não

Caso contrário, porque não são eles:

treinados novamente? _____

designados para um trabalho mais produtivo? _____

dispensados? _____

12. O quadro do pessoal administrativo é suficientemente capacitado para trabalhar com um mínimo de supervisão?

sim

não

Se a resposta é "não", o que está sendo feito para melhorar a situação? _____

13. Está você alerta para o ajustamento de seus funcionários ao trabalho?

sim

não

Em caso afirmativo, que é que você sabe? _____

14. Que já fez você para melhorar o ajustamento dos funcionários?

1. _____

2. _____

3. _____

15. A mudança contínua de pessoal reduz a eficiência da sua unidade?

sim

não

Em caso afirmativo, como pode ser reduzida essa constante renovação? _____

16. Em que bases são feitas as designações dos funcionários?

treinamento

influência

relevantes serviços no passado

provas (testes)

17. Em que bases são feitas as designações dos professores?

Para uma determinada escola? _____

Para uma determinada série? _____

18. Há incentivo, de sua parte, para um auto-aperfeiçoamento no trabalho?

sim

não

E quais são os meios disponíveis para esse auto-aperfeiçoamento? _____

Em caso afirmativo, qual é o incentivo e que recursos são disponíveis? _____

19. Estão os salários de acordo com as responsabilidades de desempenhos?

sim

não

Em caso negativo, porque não? _____

20. Que considera você uma boa relação numérica entre professor e aluno? _____

Qual é a média em seu estado? _____

21. Existe algum processo estabelecido para os subordinados encaminharem suas queixas?

sim

não

Se existe, qual é? _____

22. Qual é sua atitude quanto a organizações profissionais?

desencoraja-as conserva-se neutra

encoraja ativamente seu desenvolvimento

23. Que espécie de orientação você dá aos novos funcionários?

nenhuma

social

profissional

24. A orientação de pessoal está claramente definida e à disposição de quem a queira ver?

sim

não

Caso positivo, está o funcionalismo a par dessas disposições?

sim

não

25. Há sempre admissão de pessoal sem qualificação, mesmo havendo disponibilidade de pessoal qualificado?

sim

não

Em caso afirmativo, como poderia ser extinta essa prática? _____

II. Papel do Administrador

	Órgão centralizador		Diretor de estabelecimento	
	sim	não	sim	não
1. Um administrador em educação deve ter experiência de magistério	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A principal preocupação do administrador deve ser estimular mudanças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O administrador deve ter compromissos políticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Órgão centralizador		Diretor de estabelecimento	
	sim	não	sim	não
4. O administrador deve julgar os livros de texto e outros materiais de ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. O administrador deve ser parte ativa em assuntos cívico-comunitários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. O administrador deve procurar conhecer a opinião dos subordinados antes de tomar decisões sobre orientação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. O administrador deve ter maiores conhecimentos sobre aspectos de educação primária do que os professores primários.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. O administrador deve manter relações sociais de caráter informal com seus subordinados..	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. O administrador deve dirigir e não sugerir	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. O administrador deve encorajar seus subordinados à crítica construtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. O administrador deve encorajar seus superiores à crítica construtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Órgão centralizador		Diretor de estabelecimento	
	sim	não	sim	nã.
12. O administrador deve encorajar o público à crítica construtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Um administrador não deve admitir que possa ter fraquezas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Um administrador não deve permitir que seus subordinados tenham opiniões ou ações contrárias às dele.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. O diretor de um estabelecimento deve ter a última palavra quanto à designação, transferência ou demissão de professores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Um administrador não deve pôr em dúvida as opiniões de seus superiores ou delas discordar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Todo administrador educacional antes de sua nomeação deve receber um treino especializado em administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. O acesso à administração educacional, em todos os níveis, deve ser considerada como um objetivo de carreira por toda a vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Órgão centra-
lizador

Diretor de es-
tabelecimento

sim

não

sim

não

19. Um aspecto importante do car-
go de administração deveria
ser proporcionar aos subordi-
nados um clima favorável a fim
de que todos pudessem dar suas
opiniões

20. Faça um círculo nos números acima, cujos itens, embora em
prática em seu serviço, não correspondem à "situação ideal"
por você assinalada.

III. Contas e Registros

1. Existe alguma "censo atual" disponível que mostre os nomes,
endereços, e idades de todas as crianças compreendidas na
faixa da obrigatoriedade escolar?

 sim não

Caso afirmativo, é ele organizado por área escolar, ,
por Município, ou para o Estado todo?

2. Mantêm todas as escolas um registro de frequência para ca-
da criança?

 sim não não sei

3. Requer o Estado que haja algum registro de frequência?

 sim não

Caso afirmativo, de que espécie? _____

4. É obrigatória a frequência escolar?

sim

não

Em caso afirmativo qual a lei que a prescreve? _____

São os registros de frequência usados para investigar as faltas?

sim

não

Em caso afirmativo, por quem? _____

Em caso negativo, para que são usados? _____

5. É alguma penalidade imposta aos faltosos?

sim

não

São algumas penalidades impostas aos pais dos faltosos?

sim

não

Em caso negativo, por que motivo? _____

Em caso afirmativo, que penalidades? _____

6. Mantêm as escolas registros cumulativos sobre cada criança?

sim

não

7. O registro cumulativo acompanha a criança, quando ela é transferida para outra escola?

sim

não

8. Prevê o Estado uma orientação para a organização e uso de formulários uniformes de registro cumulativo?

sim

não

Em caso negativo, porque razão? _____

9. Verifique se geralmente constam do registro cumulativo as informações abaixo:

aproveitamento escolar

promoção e repetência

registro de transferências

histórico sobre a saúde

dados sobre a família

idade

resultados dos testes

peculiaridades, interesses
ou aptidões individuais.

10. É cada escola obrigada a conservar um registro de cada aluno, quando êste fôr transferido ou se formar?

sim

não

Em caso afirmativo, que espécie de registro? _____

11. São os professores incentivados a manterem um registro de fatos e ocorrências acontecidas com os alunos?

sim

não

Em caso afirmativo, tornam-se êles parte do registro cumulativo? _____

12. Recebem os professores as devidas instruções sobre o processo de preenchimento de registros?

sim

não

13. É cada diretor obrigado a manter um registro referente ao quadro de funcionários (frequência, transferências, cursos extras, desempenho de suas funções, etc.)?

sim

não

Caso afirmativo, de que maneira usa êsses registros?

14. Mantém o Estado um registro sobre cada professor?

sim

não

Em caso afirmativo, que uso é feito desses registros? Enumere-os abaixo:

- A. _____
- B. _____
- C. _____
- D. _____
- E. _____

15. Mantém cada Diretor um registro referente ao custo total da administração da escola e à previsão de verbas necessárias ao programa de ensino (manutenção, materiais didáticos, salários, etc.)?

sim

não

Em caso negativo, quem mantém tais registros? _____

IV. Comunicações

1. Verifique a definição de "comunicação" que, na sua opinião, melhor descreve o que deveria prevalecer na administração educacional :
- A. Opiniões, diretrizes, etc. emanadas do superior a seus subordinados.
- B. Fluxo livre de idéias entre todos os membros do quadro de funcionários.
- C. Fluxo livre de idéias entre todas as partes interessadas, a comunidade inclusive.

A

B

C

2. Mantém você regularmente reuniões com o quadro de pessoal ?

sim

não

Em caso afirmativo, com que freqüência ? _____

3. Alguém, além de você, tem oportunidade de apresentar contribuições para a organização da agenda ?

sim

não

Em caso afirmativo, quem ? _____

4. Que outras técnicas de comunicação, além dessas, usa você em seu trabalho profissional ? Enumere em ordem de importância.

A. _____

B. _____

C. _____

D. _____

5. Nas respostas acima, dadas por você, assinale com um x as letras que partem de você para os outros; faça um círculo nas letras que precedem as técnicas que devem partir de você e exigem uma resposta de quem as recebe ou também, que partem de outros para você.

6. Que faz você das publicações profissionais ? _____

Descreva a maneira pela qual você as divulga :

7. Incentiva você seus subordinados a que façam perguntas e críticas?

sim

não

Em caso afirmativo, de que maneira ? _____

8. Que publicações profissionais lê você regularmente ? _____

9. Enumere algumas novas idéias que você adquiriu recentemente com a leitura de artigos de importância em seu campo específico de trabalho.

10. Possui a Secretaria de Educação de seu Estado um serviço de informação pública ?

sim

não

Caso afirmativo, como contribuiu você para sua eficiência ?

11. Tem havido esforços continuados a fim de se manter registros cuidadosos e atualizados, quer seja pelo trabalho de pessoal competente, quer pela análise de métodos ou pelo uso da tecnologia ?

sim

não

Em caso afirmativo, quem é o responsável por esta iniciativa ? _____

12. Está você a par de todas as Repartições que, de certa forma, relacionam-se com a educação primária em seu Estado ?

sim

não

Em caso afirmativo, enumere-as _____

13. Possuem as escolas um sistema regular, de fácil compreensão, para manterem os pais informados dos progressos da criança ?

sim

não

Caso afirmativo, qual o conteúdo dessa informação _____

V. Uso das facilidades

1. Quantos turnos diários têm as escolas primárias em seu (estado, município, etc.) ?

um

dois

três,

quatro

2. Quantas horas de ensino tem cada aluno por dia ? _____

3. Qual a percentagem média de crianças que, no seu Estado, nunca ingressaram na escola primária ?

menos de 50% 50% mais de 50%

4. Enumere as razões pelas quais essas crianças não frequentam a escola:

- A. _____
- B. _____
- C. _____

5. Quantos dias de aula cada criança tem por ano ? _____

6. Quantos dias por ano a escola fica fechada ? _____

7. É a escola utilizada durante :

menos da metade do ano mais da metade do ano

8. Sabe você de algum esforço já havido, em seu Estado, a fim de se fazer uma reforma do calendário escolar ?

sim não

Em caso negativo, sabe você de algum movimento neste sentido, em qualquer parte ?

sim não

9. São as escolas primárias usadas como centros da comunidade ?

sim não

Em caso negativo, porque ? _____

10. Estão as bibliotecas escolares abertas à noite para o público adulto ou infantil ?

sim não

Caso negativo, considera você esta medida aconselhável ?

11. São os prédios das escolas primárias utilizados para a administração de cursos noturnos para adultos ?

sim

não

Em caso afirmativo, têm êxito êsses programas ? _____

12. No planejamento de novos prédios escolares, são os professores consultados pelos arquitetos ?

sim

não

Caso negativo, como os arquitetos tomam ciência das exigências pedagógicas dos prédios escolares ? _____

Em 29/8/1967
H.L.J/CV/LM/EM
Rev. por/YAA

Para revisão do

português e

ainda em discussão

MEC-INEP-USAID

E A T E P

Trav. Guimarães Natal, 12 - Copacabana

Data: 23 de junho de 1967
Preparado por: H.R. White
Traduzido por: Cristina Vieira

PARA CONSIDERAÇÃO DA EQUIPE
Os Custos da Evasão e Repetência
na Educação Primária Brasileira

PROBLEMA

O Censo Escolar de 1964 revelou que, de 100 crianças que entraram no primeiro ano em 1961, somente 16 concluíram o quarto ano em 1964.

Aparentemente, durante os quatro anos de curso, 84 por cento das crianças que entram no primeiro ano, ou abandonam a escola, ou não progredem, devido a repetências contínuas. Quanto custa à Nação tais evasões e repetências? Esta é a pergunta à qual este documento se propõe responder.

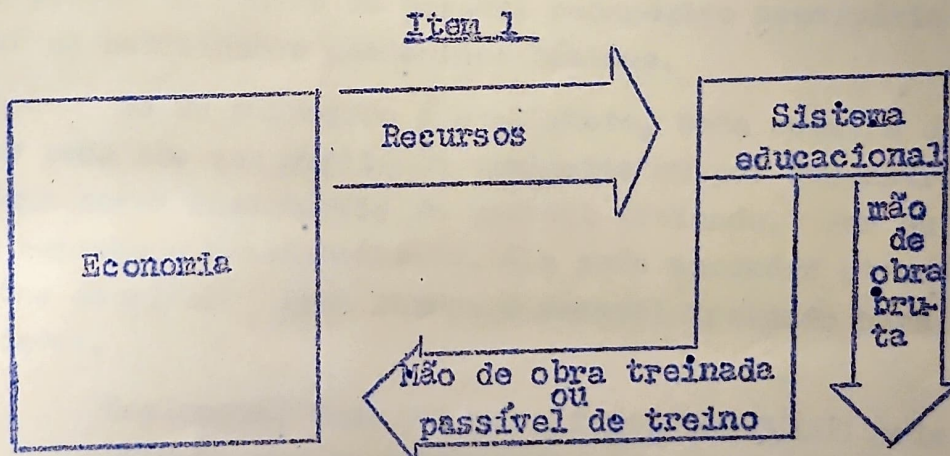
HIPÓTESES

Antes de responder esta pergunta algumas suposições devem ser esclarecidas. Bem administrada, a educação é um item de investimento bem como um item de consumo.¹ Recursos provenientes da economia para o sistema educacional são devolvidos àquela com lucros. Esta devolução e este lucro correspondem a um aumento de produção. Este aumento ocorre quando o sistema educacional supre a economia com mão de obra treinada ou que possa ser treinada (rapidamente, pela própria indústria).

Se os recursos econômicos são convertidos de maneira limitada em mão de obra treinada ou passível de treino, o sistema educacional torna-se um escoamento contínuo para a economia. Por outro lado, se os recursos econômicos são, em grande escala,

1. Para validade desta hipótese ver Theodore Schultz, O Valor Econômico da Educação (Col. V. P., IV 1964).

convertidos em mão de obra treinada ou passível de treino, resultará um ciclo espiral de crescimento. Mas um sistema educacional não é, senão raramente, bastante eficaz na conversão de recursos em mão de obra treinada ou passível de treino. Alguns alunos deixam a escola sem adquirir habilidades economicamente produtivas. Por esta razão, um modelo realístico supe um certo "desperdício". Ao mesmo tempo, tal modelo enfatiza a meta econômica de um sistema educacional, de produzir mão de obra treinada ou passível de treino.² Este processo está representado em diagrama no Item I.



De acôrdo com êste raciocínio, a educação é mais um investimento do que um consumo somente no sentido em que ela cria mão de obra treinada ou passível de treino. Isto nos conduz à pergunta: Quando poderemos dizer que um sistema educacional está criando mão de obra treinada ou passível de treino?

Esta questão claramente requer uma pesquisa adicional. Aqui nossa resposta baseia-se na pouca prova disponível. Por ela, parece que um sistema de educação primária não pode criar

2. Está implícito que um sistema educacional tem outras metas além da "econômica". Este documento se limita a metas econômicas.

mão de obra treinada. Esta é a função da educação secundária e superior e da própria indústria. No entanto, um sistema de educação primária pode criar mão de obra passível de treino. Que espécie de mão de obra pode ser treinada ?

Outra maneira de colocar a questão é inquirir, De que habilidades necessita um empregado para lucrar de um sistema de treinamento da companhia ? A evidência disponível sugere que o empregado precisa das habilidades básicas de ler, escrever e contar.³ Pois uma firma é perita no conhecimento especializado de que precisa seu empregado. Mas poucas firmas têm meios para prover um quadro de pessoal pedagógico necessário para ensinar as habilidades acadêmicas básicas.

Se um empregado é analfabeto, cada detalhe de seu trabalho pode lhe ser explicado oralmente ou por demonstração. Isto toma horas incontáveis do pessoal treinado. Por outro lado, se o empregado é alfabetizado, ele pode aprender através de instruções escritas. Isto libera o pessoal treinado para outras atividades.

Realmente, numa pesquisa feita com 3.000 pais no Brasil, descobriu-se que as habilidades básicas de ler, escrever e contar eram consideradas mais importantes que outras matérias escolares.⁴ Sendo assim, nos deveríamos propor duas perguntas : (1) que espécie de educação é necessária para preparar corretamente uma criança nas habilidades básicas, e (2) o quanto dessa educação se requer para o alcance de uma capacidade funcional?

Nêste documento nos restringiremos à consideração da última dessas duas perguntas. Porque a primeira requer por si só uma consideração muito extensa. Conseqüentemente, voltamos à pergunta, Quanta educação é necessária para se atingir uma capacidade funcional nas habilidades básicas ?

3. O autor dêsse artigo realmente fez essa pergunta à uma amostra dos maiores donos de companhia do Peru. Ver H.R.White, Possíveis Efeitos de Uma Orientação Educacional Seleccionada e de um Programa sobre o Tamanho e Distribuição de Rendas no Setor Industrial do Peru (UM,AA, Mich. 1965)

4. Relatado por J. Roberto Moreira no JSB II (Unesco, CUP, NY, 1958) p. 171.

Mais uma vez, a resposta é meramente um julgamento profissional baseado numa prova limitada.

Parece que capacidade funcional nas habilidades básicas não poderia ser adquirida no Brasil em menos de quatro anos de educação escolar. Esta conclusão requer alguma explicação. Nos Estados Unidos e na União Soviética 3 anos de educação intensiva são considerados essenciais para se adquirir o nível necessário de competência nas habilidades básicas. No entanto, estas nações altamente desenvolvidas requerem uma mão de obra muito especializada.

Contudo, mesmo em uma nação menos desenvolvida, menos de quatro anos de instrução não proveriam uma base suficiente para o uso devido destas habilidades. Por conseguinte, a educação escolar de menos de quatro anos de duração pareceria-mos ser um investimento não econômico.

Além dessas razões, há outras vantagens em aceitar quatro anos como o tempo mínimo. O Plano Nacional de Educação brasileiro requisita que, até 1976, 100% do grupo de idade que varia dos 7 aos 11 anos seja matriculado até o quarto ano. O curso de educação primária no Brasil é tradicionalmente constituído de quatro anos.

CUSTOS

Tendo em mente estas suposições, voltamos ao problema dos custos. Discutiremos três tentativas para estimar o custo de um aluno da quarta série: a de Lúcia Pinheiro, a de Robert Davée, e a do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA).

Pinheiro. A tentativa de Lúcia Pinheiro para estimar o custo de um aluno da quarta série implica no conceito de aluno-anos.⁵ De 3.396.296 crianças registradas na primeira série em 1961, 708.360 completaram a quarta série em 1964. Durante esses

5. Ver Lúcia Marques Pinheiro, et al, Bases para uma reforma de educação no período de escolaridade obrigatória, III Conferência Nacional de Educação, INEP, Rio, 1967, p.19-20.

quatro anos o país pagou pela instrução anual de 6.871.129 alunos: 3.396.296 em 1961; 1.497.466 em 1962; 1.158.928 em 1963; e 826.458 em 1964. Se cada um dos 708.360 diplomados tivessem levado somente quatro anos para completar o curso, teria custado à Nação 2.833.440 aluno-anos (708.360×4). Na verdade, o custo foi de 6.871.129 aluno-anos. Estas cifras representam, então, 2,4 vezes o que deveria ter sido ou 242 por cento do custo esperado. (ver item 2).

Item 2

Ano	Série			
	1	2	3	4
1961	3.396.296			
1962		1.497.466		
1963			1.158.928	
1964				826.458

Davée. Davée usa também o conceito aluno-ano, mas junta a este o custo monetário.⁶ Tirando uma média das estimativas do custo anual por aluno de J. Roberto Moreira (\$14) e da UNESCO (\$16), ele aceita \$15. Partindo então da informação do Item 3 ele faz o seguinte cálculo:

A \$15 por aluno por ano, o custo total seria de \$... 101.865.000 ($6.791.000 \text{ aluno-anos} \times \15). O custo de cada aluno diplomado seria então de \$216 ($\$101.865.000 \div 471.000$). O custo de um aluno diplomado deveria ser de \$60 ($\$15 \times 4 \text{ anos}$). Isto é, o custo é 3,6 vezes o que deveria ser (ver Item 3).

6. Robert Davée, especialista da Unesco, "Planejamento da Educação no Brasil: Sugestões". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Janeiro - Março 1966, pp. 22 - 37 (Anexos).

Item 3

Série (000)

Ano	1	2	3	4
1957	3,552			
1958	////	1,462		
1959	////	////	1,670	
	////	////	////	707

Total de aluno-anos 6.791

Total de alunos diplomados 471

EPEA. A estimativa de EPEA aproxima-se da de Davée.⁷ Tomando um custo anual por aluno de \$16, o curso de quatro anos deveria custar \$64. No entanto, usando o mesmo processo de Davée, o verdadeiro custo é de \$220 ou 3,5 vezes mais do que deveria ser (ver Item 4).

Item 4

(000)

	1958	1959	1960	1961	Custo (000)
1	3,703				\$ 50.206
2	////	1,523			24,368
3	////	////	1,129		18,064
4	////	////	////	153	12,048
	Alunos diplomados 514				113,776
	Custo por al. dip.				221

7. Ver EPEA, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Educação II, Diagnóstico Preliminar, Rio, 1966, p. 35.

23 de junho de 1967

Embora tôdas essas estimativas levem em consideração a evasão, elas não consideram a repetência, diminuindo, assim, o verdadeiro custo de um aluno diplomado da quarta série. Este fato é claramente demonstrado pelos dados dos gráficos dos Itens 2, 3 e 4. Os espaços sombreados nestas tabelas deveriam conter cifras relativas aos repetentes.

Na verdade, não possuímos dados concretos sobre repetência. Porém temos certeza de que os índices de fracasso escolar em 1964 foram os seguintes:⁸

Série

1	2	3	4
34%	16%	23%	17%

Faz-se muito necessária uma pesquisa a êsse respeito, mas suspeitamos, baseados em prova limitada, de que os repetentes representam até 50% do total de alunos em certas partes do país. Tendo isso em mente, construímos o que nos parece ser uma estimativa de custo mais realista, incluindo o custo da repetência.

Com o fim de simplificar êsse processo, acompanhamos, durante 4 anos, 100 crianças que ingressaram na primeira série. Baseando nossos cálculos nos índices de evasão e repetência registrados pelo Censo Escolar de 1964, construímos o Item 5, que consta do seguinte: No ano um, 100 alunos ingressaram na escola e concluíram o ano.⁹ A \$15 anuais por aluno, custaria \$... 1.500 para conservar os 100 alunos na escola naquele ano.

No ano dois, dos 100 originais, 41 alunos passaram para a segunda série, 30 voltaram à primeira série (para repetir),

8. Documento 1 dos papéis da XI Conferência Anual de Educação, Porto Alegre, 1966.

9. Não consideramos a evasão ocorrida durante o ano a fim de evitar uma confusão desnecessária.

H.R. White

23 de junho de 1967

e 29 deixaram a escola. Isto perfaz um total de 71 alunos na escola no ano dois (os da segunda série mais aqueles que voltaram à primeira) ou um custo de \$1.065. Usando este processo chegamos a um custo de \$3.900 para conseguir 16 alunos diplomados pela quarta série, no fim de 4 anos. Dividindo \$... 3.900 por 16 temos um custo de \$244 por aluno diplomado. Uma vez que o custo esperado seria de \$60 (\$15 x 4 anos), isto representa 4 vezes mais o que se esperava. E essa cifra é provavelmente mínima, pois não levamos em consideração o fato de que as crianças frequentemente repetem o ano mais de uma vez.

Item 5

Ano	Série				Custo
	1	2	3	4	
1	100				\$ 1,500
2	30	41			1,065
3	10	15	28		795
4	5	5	10	16	540
					\$ 3,900

Conclusão

Os recursos dirigidos à educação dão lucro somente se produzirem mão de obra treinada ou que possa ser treinada. Parece razoável, nas circunstâncias brasileiras, supor que menos de quatro anos de escola não poderia produzir tal mão de obra.

Várias tentativas têm sido feitas para estimar o custo de um aluno do quarto ano primário. De acordo com estas estimativas, o custo é de 2.4 a 3.6 vezes mais do que deveria ser. Nestas estimativas a diferença entre o custo ver

H.R. White

23 de junho de 1967

dadeiro e o ideal é devida à evasão escolar. Quando se considera a repetência assim como a evasão, o custo atual aumenta para no mínimo 4 vezes mais o ideal. Isto nos leva às seguintes conclusões: (1) A educação primária brasileira não pode ser encarada como uma instituição economicamente viável até que a evasão e repetência sejam conduzidas a níveis razoáveis. (2) Não se pode fazer estimativas mais exatas sobre o custo de um aluno da quarta série, enquanto não se tiver em mãos dados mais precisos em questões como a repetência.

HW/en

21/7/67

Em fase final de discussão
Para revisão do Português

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO NOS TEXTOS LEGAIS

CONSTITUIÇÃO: Título IV - Da Família, da Educação e da Cultura.

Artigo 168:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Título I - Dos Fins da Educação

Artigo 1º:

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) O respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional.
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhe permitam utilizar as possibilidades e vencer dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Título IV - Capítulo II - Do Ensino Primário

Artigo 25:

O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Os textos legais que tratam da Educação refletem, principalmente em países em fase de desenvolvimento, objetivos nacionais de maior alcance:

1. Melhoria do bem estar econômico do povo pelo aumento da produtividade, o que redundará em mais alta renda "per capita" e em distribuição mais equitativa da riqueza.
2. Melhoria do bem estar social pela elevação dos padrões de vida, das condições da saúde e dos serviços sociais.
3. Melhoria dos padrões cívicos pela participação ativa de uma cidadania esclarecida.

É do consenso geral a aceitação do papel da educação como força motivadora poderosa na realização das mudanças necessárias à consecução das metas nacionais de desenvolvimento. Deve, por isso, a educação ser encarada como investimento, e como tal ser tratada. Os recursos nacionais investidos na educação bem planejada e executada pagam dividendos sob a forma de aumento da produtividade da nação, da renda per capita, bem como por meio de maior competência social e política.

Os objetivos estaduais não diferem, em essência, dos objetivos nacionais, uma vez que devem seguir as diretrizes dos documentos legais do país, e atender às metas previstas nos planos nacionais de Educação. No entanto, a diferença nas necessidades específicas de cada Estado pode acarretar diferenças na forma de realização de seus objetivos educacionais. Certamente, uma lista de necessidades prioritárias, de qualquer estado brasileiro incluirá os seguintes:

1. Crescimento tão grande quanto possível da percentagem de pessoas funcionalmente alfabetizadas, em boas condições de saúde física e mental, imbuídas de uma consciência social e política.
2. Número suficiente de pessoas preparadas para o exercício da liderança no governo, na esfera social (inclusive

educação), no trabalho em geral.

3. Grupo suficiente de pessoas profissionalmente competentes.
4. Número adequado de técnicos altamente capacitados.
5. Quantidade suficiente de mão-de-obra especializada e semi-especializada.

LP/dcd
3 de julho de 1967

É essencial que, respeitadas as possibilidades da criança, a Escola Primária concentre esforços em objetivos realizáveis, dentro das aspirações nacionais e estaduais:

1. Desenvolvimento da alfabetização funcional, no mais alto grau possível em todas as crianças. Isto incluiria:
 - . a capacidade e o desejo de comunicação efetiva pela audição, linguagem oral, leitura e escrita.
 - . a capacidade e o desejo de usar essas habilidades de comunicação relacionadas com habilidades de pensamento lógico para chegar a decisões e à solução de problemas.
 - . a capacidade de pensar efetivamente em situações que envolvam conceitos numéricos e computá-los com precisão.
2. O desenvolvimento de um conhecimento funcional da vida econômica, social e política de sua comunidade, seu estado e sua nação, bem como uma compreensão incipiente do mundo em que vive e do lugar que o Brasil nele ocupa.

Objetivos da Educação Primária.

- (1) Alfabetização funcional é um requisito básico tanto para a educação sistemática como para a assistemática.

Alfabetização funcional é um conceito amplo de alfabetização - É alfabetizado funcionalmente não aquele que apenas é capaz de ler, mas aquele que usa com eficiência a leitura e a incorpora à sua vivência diária. Saber ler e escrever funcionalmente é fator primordial de integração social, instrumento de progresso econômico e desenvolvimento. Esta alfabetização funcional só pode ser alcançada, num esforço intensivo, ao longo de todo o curso primário de escolaridade integral e eficiente.

Uma vez que a educação primária prove as bases para um completo programatutacional, compreende-se que o desenvolvimento dessa alfabetização funcional - o que pressupõe o desejo de aprender - tenha a mais alta prioridade nos objetivos da educação primária.

Nesta definição, bem como na referência aos objetivos citados o conceito de valor concentra-se no termo funcional. De fato, os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas na aprendizagem devem ser usados continuamente por aquele que aprende, se é que se deseja que os objetivos da escola do estado sejam realmente alcançados.

Isto significa que a formação de atitudes e de hábitos assume importância vital.

Dentro, pois, dessa conceituação de ensino torna-se claro que como se ensina a criança assume igual ou até maior importância do que o que se ensina.

3. Desenvolvimento da maturidade social, emocional e mental, de atitudes e hábitos que conduzam à saúde mental e ao desejo de continuar a educar-se.
4. Desenvolvimento de conhecimentos básicos, atitudes e hábitos que levem à aquisição e/ou a manutenção da saúde física.

Isto não quer dizer que não haja outros objetivos importantes na educação primária. Certamente o desenvolvimento de mentes sãs em corpos sãos é imprescindível, uma vez que é requisito essencial à alfabetização funcional. O desenvolvimento de conhecimentos e de atitudes - sobre a própria comunidade, o estado, a nação e o mundo em que se vive, proporciona o conteúdo necessário ao programa da escola primária.

Assim, a tarefa da escola primária deveria concentrar-se no primeiro dos objetivos, anteriormente propostos e contribuir indiretamente para a consecução de cada um dos outros. Iniciará algumas crianças no caminho da liderança, outras no treino das profissões, à medida que desenvolve suas aptidões.

Não se preocupará particularmente com o treino profissional de nenhuma criança, em particular, mas estará atenta ao desenvolvimento do conhecimento, habilidades e atitudes que levem à prontidão para uma futura profissão.

O quadro que segue é uma tentativa de análise dos objetivos da educação e uma síntese das responsabilidades da escola primária para a formação integral da criança.

Criar situações que
levem a criança a
adquirir:
desenvolver:

HABILIDADE
DE
COMUNICAÇÃO E COMPUTAÇÃO

- Ler com eficiência a fim de que a leitura possa transformar-se num instrumento cada vez mais aprimorado de auto-aperfeiçoamento.
- Falar e escrever clara e corretamente, re conhecendo o valor incisivo da comunicação como meio de desenvolvimento.
- Saber ouvir de modo a poder sentir, interpretar e criticar.
- Entender fatos que envolvam números e saber computá-los.
- Resolver problemas que impliquem relações quantitativas.

HABILIDADE
DE RACIOCÍNIO

- Observar fatos do meio físico e social, procurando interpretar-lhes as causas.
- Saber fazer generalizações simples, após observações variadas de fenômenos semelhantes.
- Julgar e criticar fatos e idéias.
- Solucionar problemas simples, sejam eles de natureza social, política ou econômica.

COMPREENSÃO
DA
SOCIEDADE

- Appreciar e amar a família como o grupo social básico e conservar seus ideais
- Conhecer a própria comunidade pela familiarização com os fatos sociais nela observados e estender tais conhecimentos ao Estado, País e ao Mundo, compreendendo o lugar que o Brasil nele ocupa
- Ajustar-se aos grupos sociais e aos princípios e leis regulares da vida em sociedade
- Valorizar a participação ativa na vida social e sua responsabilidade nessa participação
- Conhecer e aplicar os fatos econômicos básicos, pela percepção da relação: fontes de recursos - trabalho - produtividade

VIVÊNCIA DOS
VALORES MORAIS E CÍVICOS

- Possuir as qualidades moralmente aceitas como ideais sociais, rejeitando tudo aquilo que comprometa a própria integridade e a dos outros
- Valorizar e respeitar a autoridade constituída
- Aceitar e cumprir seus deveres, compreender e usar seus direitos, conhecer e respeitar os direitos alheios
- Respeitar o patrimônio nacional-sua herança cultural, moral e cívica
- Ser leal aos ideais, valores e ao sistema de vida democrática

CRIANÇA:

• que tenha os conhecimentos, habilidades e hábitos básicos para prosseguir seu auto-aperfeiçoamento.

HABILIDADES DE
EXPRESSIONO CRIADORA
E
ESTÉTICA

- Sentir e apreciar com alegria e satisfação as belezas naturais e as diferentes expressões artísticas
- Ter amor ao belo e gosto pela arte
- Ser capaz de usar o espírito criador e participar de variadas formas de expressão
- Aproveitar as horas de lazer em atividades estéticas

• que possa viver em sociedade, contribuindo para seu contínuo desenvolvimento.

COMPREENSÃO
DO
MEIO FÍSICO

- Demonstrar curiosidade pelo mundo e saber observar fenômenos físicos que nele ocorrem
- Conhecer e valorizar os recursos naturais - elementos básicos para o desenvolvimento econômico e social
- Desenvolver o espírito científico necessário para formulação de hipóteses e solução de seus problemas

ESTABILIDADE SOCIAL E
EMOCIONAL
PADRÕES DE COMPORTAMENTO SOCIAL E EQUILÍBRIO EMOCIONAL

- Ter auto-confiança, sentir-se segura em quaisquer situações
- Aceitar racionalmente os êxitos e contratempos comuns na vida cotidiana
- Compreender e aceitar as normas e padrões de comportamento necessárias a seu crescimento individual e social
- Participar espontaneamente de grupos, manifestando-se livremente, sem inibições desnecessárias
- Fazer bom uso das horas de lazer

CONCEITOS RELATIVOS À SAÚDE

- Ter consciência da necessidade de preservar sua saúde e a da coletividade
- Conhecer os fatos básicos relativos à saúde e à doença
- Praticar os preceitos de higiene e de proteção à saúde
- Reconhecer a importância da recreação para o equilíbrio da saúde

E A T E P
TRAV. GUIMARÃES NAPAL 12

Para revisão do
português

Data : 12 Dez. 1966

Preparado por: Nelas L. Jackin

Relatório especial

Instrução programada

- I . O que é instrução programada?
- II . Programadores Brasileiros
- III. Providências sugeridas para o desenvolvimento de um programa de acordo com os planos da EATEP.

I. O que é Instrução Programada?

Trata-se de uma nova modalidade de ensino que começou a cerca vinte anos, mas que alcançou um alto grau de refinamento científico nos últimos cinco anos. O termo é sinônimo de instrução automatizada, auto-educação, etc, um método de ensino controlado que não requer a presença de um professor. Enquanto alguns programas requerem uma maquinaria bastante complexa, a teoria básica pode ser incorporada em livros simples, conhecidos como textos programados que não requerem "instrumento" complementar.

Os programas (apresentação desenvolvida de conteúdo) são de dois tipos: intrínsecos e lineares. O programa intrínseco é caracterizado por ítems, que se respondidos corretamente, levam o estudante a um novo ítem de informação. Cada novo ítem baseia-se na informação precedente, já apresentada no programa. Caso o estudante selecione uma resposta incorreta, sua resposta o levará a um ítem que explicará porque sua resposta não foi certa, usando deste modo um "desvio" no programa.

O programa linear consiste em uma seqüência de pequenas unidades de informação que requerem a cada passo uma resposta do estudante. Os passos são propostos a fim de reduzir os erros a um mínimo. Deste modo, o estudante adquire em cada ítem uma base de conhecimento que o auxiliará nas respostas aos ítems seguintes.

O programa possibilita ao estudante um progresso individual, no ritmo que lhe é próprio, enquanto que este desafio para dominar, por si mesmo, uma determinada matéria, nele produz um alto grau de incentivação interna. Centenas de estudos atestam a eficiência do ensino dos programas cuidadosamente elaborados.

II. Programadores Brasileiros

Durante minha recente visita a São Paulo, descobri um grupo de treze professores e estudantes na Universidade de São Paulo que estão muito interessados na instrução programada. O grupo é conhecido como MATEMICA (Grupo de Instrução Programada de São Paulo). Cerca de 200 horas de programa foram já levadas a efeito, incluindo cursos para o Olivetti Industrial, SENAI, e outras, sob contrato. Um curso foi elaborado para trabalhadores com experiência de apenas dois anos de educação elementar.

Cada membro da MATEMICA teve um mínimo de um ano de treinamento formal na teoria da instrução programada e desenvolvimento do programa. Um membro havia apenas regressado da Europa, onde apresentou um relatório ao Congresso Internacional de Instrução Programada. Sua técnica sugere uma boa parte de sofisticação e lembra os métodos usados pelo Basic Systems Inc. de New York.

O grupo indicou forte interesse em trabalhar conosco em qualquer atribuição de programação, por meio de contrato pelos seus serviços.

III. Passos sugeridos para o desenvolvimento de um programa de acordo com os planos da EATEP

A idéia de desenvolver um curso de instrução programada para o aperfeiçoamento de professores, conforme sugerido pela EATEP, foi recebida com grande entusiasmo pelo Prof. Mário Azenho, Diretor do Centro Regional do INEP de São Paulo. Acredita ele que isto será "uma das melhores aplicações da instrução programada que já foi sugerida e que "deverá ser levada avante pela EATEP".

Caso a EATEP vá abraçar tal programa, os seguintes passos parecem estar em ordem:

- 1) Determinar o nível presente da capacidade, e prontidão existentes nos professores leigos nas áreas rurais.
- 2) Determinar que qualidades, capacidades, etc. seriam desejáveis para um professor leigo, mas que faltam geralmente.
- 3) Foi sugerido que deveríamos entrar em contato com o Prof. Márcilio

Augusto Veloso, Coordenador do Programa de Aperfeiçoamento de Magistério Primário (PAMP) no Rio. Trata-se de uma pessoa que seria útil na determinação da situação profissional presente e quais os padrões desejáveis para professores leigos. Foi mencionado que a Conferência Nacional de Porto Alegre deveria discutir as dificuldades profissionais dos professores leigos.

- 4) Devemos apresentar itens claros e sucintos que os professores leigos devam conhecer, praticar, etc.
- 5) Devemos então, discutir os itens mencionados no nº 4 acima com os membros da MATEICA.
- 6) Caso tudo seja aceito - contratar a MATEICA para o desenvolvimento de um programa para o aperfeiçoamento de professores leigos - definindo a extensão do pre-teste, pesquisa de vocabulário, testes das respostas por matéria, etc. que desejáramos.

AWL/EM

Ainda sendo testado

MEC/TNEP/USAID
EATEP
Travessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana

GUIA PARA A ANÁLISE DE PROBLEMAS NO CURRÍCULO ESCOLAR PRIMÁRIO

Na escola primária, a criança é orientada para educar-se, preparando-se para uma cidadania esclarecida, tão necessária à sociedade democrática. O currículo, portanto, deve estabelecer uma base firme, não só quanto ao preparo acadêmico, mas, sobretudo no que diz respeito à competência social, cívica e econômica.

Os problemas abaixo refletem as principais fraquezas e necessidades dos currículos escolares existentes. Aliados às perguntas que se lhe seguem, constituem um guia para a análise de qualquer currículo - estágio este necessário à melhoria dos planejamentos futuros.

PROBLEMA I

O conteúdo do currículo não é adequado às necessidades sociais.

1. Atende o currículo às necessidades das crianças de diferentes condições sócio-econômicas em todo o Estado?

sim não

Em caso afirmativo, dê um exemplo de como vem sendo feito esse atendimento.

Em caso negativo, identifique as mudanças necessárias a esse atendimento.

2. Há possibilidade de adaptação de currículo às diferentes necessidades regionais e locais?

sim, não

Em caso afirmativo, dê exemplos de como são feitas estas adaptações.

Em caso negativo, proponha as mudanças que achar necessárias.

3. Há participação da escola quando há necessidade de adaptações locais do currículo ?

sim não

Em caso negativo, na sua opinião, deveria haver esta participação ?

sim não

Especifique de que maneira.

PROBLEMA II

Geralmente o conteúdo do currículo não está adaptado aos interesses, às necessidades da criança nas diferentes fases de seu desenvolvimento.

1. Em seu currículo, são as experiências da criança, de diferentes meios sócio-econômicos, consideradas fator importante na determinação do conteúdo ?

sim

não

Cite exemplos que justifiquem sua resposta

2. Até que ponto a falta de "prontidão" social dificulta a aprendizagem ?

não muito

muito

Que mudanças, se necessárias, deverão ser tomadas para a solução deste problema ?

3. Os interesses naturais da criança têm sido usados como critério importante na seleção do conteúdo ?

sim

não

Caso contrário, quais as principais mudanças que precisam ser feitas no conteúdo ou em sua distribuição nas diferentes séries escolares ?

4. A flexibilidade de conteúdo, as atividades de ensino e os objetivos que devem ser alcançados permitem adaptação tanto para o aluno fraco, como para o regular e o forte ?

sim

não

Em caso afirmativo, dê exemplos de tais adaptações.

1) _____

2) _____

5. É o currículo de tal forma organizado que dê às crianças oportunidade de trabalhar em conjunto, cooperativamente, de acordo com seus interesses e capacidades ?

sim

não

Em caso afirmativo, explique como isto é feito.

Se a resposta for "não", faça observações a respeito.

6. Como são incentivadas as crianças de meio sócio-econômico mais baixo ?

PROBLEMA III

Geralmente há dificuldade e até impossibilidade de implantar o currículo.

1. Tem o professorado um nível profissional à altura para desenvolver os tipos de experiências de aprendizagem desejáveis ?

sim

não

Que considera você o nível mínimo de preparação profissional necessário para realizar um bom trabalho educativo ? _____

Indique abaixo quais os conhecimentos que em sua opinião, necessitam ser reforçados ().

- experiência educacional em geral
- preparação profissional específica
- necessidade de uma filosofia de educação
- nenhum

2. É o ano letivo suficiente para desenvolver seu programa de uma maneira completa ?

- sim
- não

Qual a carga-horário de sua escola, diariamente ? _____

Que carga-horário considera você ideal para um dia escolar ?

Declare abaixo o tempo total dispendido atualmente com cada matéria, por semana.

	Minutos	% do programa total
Leitura		
Linguagem, em geral (composição, ortografia, escrita, gramática)		
Matemática		
Estudos Sociais		
Ciências		
Arte e Música		
Atividades complementares		

Total em horas

3. São os materiais de ensino adequados às atividades indicadas ?

sim não

Há disponibilidade de materiais, quando necessários ?

sim não

Em caso negativo, assinale as áreas em que há deficiência.

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Textos básicos | <input type="checkbox"/> Auxílios visuais |
| <input type="checkbox"/> Textos suplementares | <input type="checkbox"/> Material para arte |
| <input type="checkbox"/> Materiais atualizados | <input type="checkbox"/> _____ (outros) |

4. Há supervisores em número suficiente para uma orientação adequada ?

sim não

Enumere o tipo de orientação que você considera o mínimo essencial.

<u>Espécies de serviços</u>	<u>Tempo necessário</u>
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Assinale, nas respostas acima, as áreas que precisam ser reforçadas.

PROBLEMA IV

O currículo apresenta-se inadequado em termos de que a criança possa aprender.

1. Quanto ao conteúdo fixado para cada série, está o currículo apropriado ao nível de maturidade das crianças ?

sim não

2. Em sua extensão, está o currículo de cada série de acôrdo com a capacidade de aprendizagem das crianças ?

sim não

3. São as medidas do aproveitamento subordinadas :

o aos objetivos que devem ser alcançados na atividade proposta ?

sim não

o às variadas capacidades de aprendizagem das crianças ?

sim não

PROBLEMA V

No desenvolvimento do currículo, alguns objetivos são muito valorizados enquanto outros, muito importantes, são negligenciados.

1. É o currículo organizado em amplas áreas de experiências de forma a desenvolver múltiplos objetivos em situações naturais ?

sim não

Se a resposta for "sim", dê vários exemplos.

2. Possibilita o currículo o desenvolvimento de uma base sólida em cada matéria ?

sim não

3. É dada a necessária importância ao desenvolvimento de habilidades de estudo ?

sim não

Se a resposta for "sim", comprove sua afirmativa.

4. De que maneira ou maneiras o currículo procura desenvolver conceitos, atitudes positivas e compreensão social ?

5. De que modo procura ele promover o máximo desenvolvimento pessoal de cada indivíduo

6. Indique pela ordem de prioridade, quais os pontos a que se dá maior atenção, numerando-os nos quadrados abaixo.

- | | |
|--|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> obter informações faturais | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> desenvolver habilidades de estudo | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> desenvolver conhecimentos sociais | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> desenvolver habilidades sociais | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento pessoal | <input type="radio"/> |

Indique a prioridade que você considera apropriada, numerando os círculos acima.

Observações : _____

7. A avaliação do rendimento escolar é determinada pelo
- o aproveitamento acadêmico sim não
 - o desenvolvimento das habilidades de estudo sim não
 - o ambos sim não
8. A promoção é determinada pelo :
- o padrão de aproveitamento da classe ? sim não
 - o progresso individual da criança em relação a suas experiências prévias e suas potencialidades ? sim não

PROBLEMA VI

O currículo precisa estar adequado à sociedade atual e promover mudanças e melhoramentos nesta sociedade.

1. De que maneira está o seu currículo integrado no planejamento nacional de desenvolvimento econômico e social do Brasil ?

2. De que maneira éle preenche as necessidades imediatas de seu Estado ?

3. É ele planejado de modo a promover desenvolvimento de cada indivíduo partindo-se de onde ele está de acordo com suas potencialidades e oportunidades de progresso ?

sim

não

Observações :

25 de agosto de 1967

MEC-INEP-USAID
EATEP
Travessa Guimarães Natal 12, Copacabana

Data: 7 de junho de 1967

Prep. por: Frank T. Lane

Trad. por: C. Vieira

Para Consideração da Equipe

MÉTODO PROPOSTO PARA O TRABALHO
EM PERNAMBUCO E OUTROS ESTADOS

1. Princípios:

- 1.1 Os critérios sobre decisões relativas aos programas de ação deverão ser tomados antes que os métodos e projetos sejam definidos.
- 1.2 A cada passo, será necessário conservar o Grupo de Decisões informado, e conceder-lhe oportunidade para reconsideração e colaboração.
- 1.3 Trabalhos abaixo do nível do grupo de Decisões deverão ser desempenhados por sub-grupos com qualificações pertinentes à tarefa.
- 1.4 Estudos, pesquisas, experimentos, demonstrações, etc. serão conduzidos pelo quadro de funcionários de Pernambuco.
- 1.5 A EATEP estará disponível para consultas e assistência durante cada fase, entretanto, não poderá executar este trabalho, em razão da natureza da sua constituição.
- 1.6 Para assegurar resultados positivos:
 - . as pessoas designadas pelo Estado funcionarão na base de horário integral, durante o tempo em que estiverem envolvidas nas fases do projeto.

2. Componentes do Plano:

2.1 GRUPO DE DECISÕES

(Símbolo:



- Secretário de Educação
- Presidente do Conselho Estadual de Educação¹
- Chefes de Departamentos da Secretaria
- Chefes do Grupo da RATER
- Representante do Grupo de Estudo e Recomendações

2.2 NÍVEL DO PROCESSAMENTO

- Grupo de Estudo e Recomendações

(Símbolo:



- Representantes de Departamentos da Secretaria
- Representante do Presidente do Conselho Estadual de Educação¹
- Chefes de Grupo da RATER ou seus representantes (geralmente coordenadores da RATER para o Estado).

2.3 NÍVEL DE EXECUÇÃO

- Grupos de trabalho

(Símbolo:



- Representante do Grupo de Estudo e Recomendações
- Sub-grupos do SED e/ou SCE, IHEP, Municípios, etc, etc.

¹ O Secretário, o Conselho não vê necessidade de se envolver nas diversas ações. Mais tarde, depois de ter sido a recomendação aprovada pelo Grupo de Decisões, o Conselho tomará conhecimento do plano para poder dar-lhe o apoio moral.

3. Sequência dos Passos a Serem Tomados

Grupo ou nível:

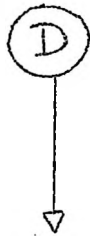
Funções:

3.1



3.1 Delinear métodos, descrever projetos, com atenção especial aos objetivos de cada um, coordenar os projetos, identificar os grupos designados para as tarefas e fazer as devidas recomendações ao Grupo de Decisões.

3.2



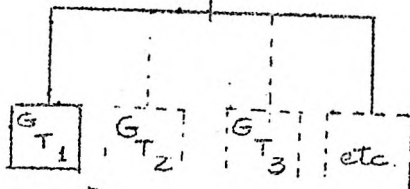
3.2 Após receber as recomendações, o Grupo de Decisões fará as necessárias modificações para aprovação final. Uma vez aprovadas, o Grupo proporcionará condições para que as recomendações sejam implementadas.


3.3



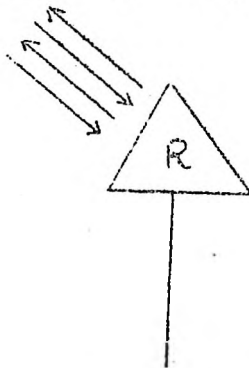
3.3 Dentro dos acordos do 3.2, designar projetos aos Grupos de Trabalho.


3.4



3.4 Conservar sempre o  inteiramente informado, e completar a elaboração dos projetos (incluindo instrumentos, processos, etc); executá-los.

3.5




3.5 Rever, orientar, conduzir. Rever desconfortos, preparar recomendações a .

3.6

D

3.7



3.6 Levar a efeito as recomendações ou desenvolvê-las ao .

3.7 O Estado - executar o novo programa ou sistema, que será sujeito a avaliações contínuas e às necessárias modificações.

FEL/cv

Em 5 de outubro de 1967

Para revisão
do português

João H. H. H.

E A T E P
TRAV. GUIMARÃES NATAL, 12

Data: 22 Dez. 1966

Preparado por: H. L. Jackim

Assunto: Descrição detalhada do modelo de material que mereceu prioridade absoluta (Manual de trabalho em brochura, sobre "Estudo da Distribuição Eficiente das Verbas da Educação Primária") de acordo com a solicitação do Dr. Mascaro, na reunião de 21 de dezembro de 1966, para ser usado na Reunião dos Secretários de Educação e Diretores do MEC, em 10 de janeiro de 1967, em Brasília.

A estrutura financeira educacional, sua orientação e a utilização de verbas educacionais, tendem a sofrer a influência de tradições e demandas históricas, culturais e burocráticas, além das necessidades educacionais reais. Mais ainda, a eficiência de cada componente de um sistema educacional depende diretamente de um financiamento adequado. Portanto, uma análise objetiva de custo é um dos elementos principais para uma avaliação da eficiência ("produto" obtido pelo emprego de certa soma de recursos) de qualquer sistema educacional.

Aquí fica a sugestão para o desenvolvimento de um manual de trabalho que sirva como diretriz para que as autoridades competentes possam conduzir um estudo sobre a distribuição eficiente de verbas destinadas à educação elementar. Além de servir como instrumento na realização de um auto-estudo, o documento proporcionará, ainda, diretrizes para mudanças futuras e funcionará como livro de consulta com relação a alguns princípios e práticas básicos de finança educacional.

O livro utilizará as melhores práticas encontradas no sistema educacional Brasileiro, juntamente com material colhido da experiência de outros países.

De maneira a assegurar uma utilização ampla da publicação, será preciso levar em consideração as diferenças de extensão, localização, financiamento local e estágio de desenvolvimento educacional do sistema escolar.

O livro desenvolverá um sistema de normas e fórmulas capazes de conduzir a índices críticos, tais como um índice para a eficiência global de educação e índices para os componentes de eficiência. Estes dados virão proporcionar medidas significativas na comparação da eficiência. De modo a identificar e encorajar práticas e programas que resultem no aumento do rendimento educacional, o livro deverá auxiliar a análise do custo dos componentes que constituem o orçamento de um sistema de educação elementar, a saber: professores, repetência e evasão escolares, administração, material de ensino, construção e manutenção, serviços suplementares.

Deve-se notar que eficiência e economia não significam a mesma coisa e, portanto, o livro deverá proporcionar diretrizes para valorização da qualidade juntamente com as considerações econômicas. Somente assim poderá ser obtido um quadro real da eficiência educacional.

A utilização deste documento provavelmente conduzirá a uma standardização mais ampla dos registros financeiros educacionais em todo o país. Alguns capítulos poderiam ser elaborados de modo a servir como sugestão de padrões na organização do sistema fiscal.

Uma série de seminários nos Centros do INEP, ou o desenvolvimento de um manual de instrução complementar será de grande auxílio para garantir o máximo aproveitamento do livro.

EPEE 9 de Setembro de 1966

Para revisão
do português
e
estudos adicionais

Seleção dos Estados para o Estudo do Problema
do Fluxo Estudantil na Educação
Primária Brasileira

H.R. White

Uma estratégia para o ataque do problema do fluxo estudantil na educação primária brasileira deve ter dois aspectos: pesquisa e implementação. Um documento anterior discutiu as prioridades geográficas quanto ao aspecto da implementação.¹ Este documento discute as prioridades geográficas quanto ao aspecto da pesquisa. Em ambos os casos estas prioridades dependem da natureza do problema.

O problema consiste na existência de um fluxo estudantil restrito através do sistema de educação primária. Como um índice único deste fluxo nós aceitaremos a taxa de conclusão da 4ª série.² A verdade é que o problema é grave em todo o Brasil. No estado (São Paulo) que tem a taxa mais alta, menos de 40% dos matriculados na 1ª série concluem a 4ª (veja Tabela 1).

Porém, tendo feito alguma análise do problema em base nacional,³ agora refinamos a análise para a inclusão de uma vista às regiões e estados. Um modo lógico de dividir o Brasil é em duas áreas: rural e urbana.⁴ Se isto for feito o resultado será uma vasta região interior (rural) e uma estreita faixa costeira (urbana). Esta faixa costeira estreita forma um algarismo 7 indo de Belém, no Norte até Porto Alegre, no Sul (veja mapa).⁵

1. Veja documento da EPEE de 6 de Junho de 1966.
2. Este índice é indicado por, pelo menos, duas razões: (1) o Plano Nacional de Educação estabelece a matrícula de 100% dos de 7 - 11 anos até a 4ª série, e (2) a formatura de 4ª série é exigida para o ingresso nas recém-estabelecidas 5ª e 6ª séries ou para o ingresso ao nível secundário.
3. Veja o Relatório de 120 Dias da EPEE e documento de 30 de Agosto de 1966.
4. Jacques Lambert em Os Dois Brasis (Rio, 1961) defende a validade desta divisão.
5. Para o estabelecimento de um mapa de densidade demográfica transmitindo aproximadamente a mesma impressão que o mapa apresentado neste artigo veja em Roberto J. Havighurst e J. Roberto Moreira, Sociedade e Educação no Brasil (University of Pittsburgh Press, Pittsburgh, Pennsylvania, 1966), p. 111.

Tabela 1
Conclusão de 1ª série
Taxa por Estado, 1964

<u>Estado</u>	<u>%</u>
Sergipe	3.8
Ceará	3.9
Alagoas	4.2
Piauí	4.2
Maranhão	5.7
Paraíba	5.7
Acre	5.8
Amazonas	6.2
Rio Grande do N	7.7
Amapá	7.8
Bahia	7.8
Pará	7.9
Pernambuco	8.8
Goiás	9.2
Roraima	10.1
Mato Grosso	11.0
Rondonia	11.3
Rio de Janeiro	14.7
Paraná	15.3
Minas Gerais	15.8
Espírito Santo	16.1
Sta. Catarina	22.5
Dist. Federal	22.7
Rio Grande do S	34.9
Guanabara	37.3
São Paulo	38.6

Fonte: Doc. 1, Tabela VI

Tabela 2
Evasão Durante o ano,
por Estado, 1962

<u>Estado</u>	<u>%</u>
Sergipe	2
Rio de Jan.	7
Maranhão	8
Paraíba	9
Bahia	9
Piauí	9
Pará	10
Ceará	10
Pernambuco	10
Alagoas	10
Minas Gerais	11
Amazonas	13
Sta. Catarina	13
Amapá	14
Paraná	15
R. G. do S.	15
Mato Grosso	15
Acre	17
Roraima	17
R. G. do N.	17
Espírito Santo	17
Rondonia	18
Guanabara	18
São Paulo	19
Goiás	20
Dist. Federal	25

Fonte: Doc. 1, Tabela V

Tabela 3
Reprovação de Final de
Ano, por Estado, 1962

<u>Estado</u>	<u>%</u>
Rio de Jan.	15
Amazonas	16
São Paulo	23
Amapá	27
Guanabara	27
Ceará	29
Mato Grosso	29
Dist. Fed.	32
Pernambuco	33
Piauí	33
Paraná	36
Esp. Santo	36
Roraima	37
Sta. Catarina	37
Goiás	37
Minas Gerais	39
R. G. do S.	39
Pará	42
Maranhão	42
Bahia	44
Rondonia	45
Acre	47
Paraíba	47
Alagoas	47
R. G. do N.	48
Sergipe	66

Fonte: Doc. 1, Tabela V

Em termos do nosso problema encontramos uma taxa de conclusão de 4ª série de 8,4% nas áreas rurais contra 25,2% nas áreas urbanas. ⁶ Isto é, a taxa de conclusão das áreas urbanas é o triplo da das áreas rurais. Assim, em termos de estabelecimento de um programa de pesquisa gostaríamos de incluir o estudo tanto das áreas urbanas como das rurais.

Para prosseguir a análise destas diferenças regionais usamos as divisões empregadas no Censo Escolar de 1964 (veja mapa). Ao contemplar a percentagem de crianças que concluem a 4ª série nestas regiões nós encontramos o seguinte:

<u>Região</u>	<u>Taxa de conclusão de 4ª série (%)</u>	
Nordeste	6,1	} 6,7 - Norte
Norte	7,3	
Leste	13,1	} 13,2 - Central
Centro-Oeste	13,3	
Sul	30,9	} 30,9 - Sul

Notamos que há uma diferença substancial entre as taxas de conclusão de 4ª série destas regiões -- com a exceção da diferença entre o Leste e o Centro Oeste e entre o Nordeste e o Norte. De fato, a taxa do Sul (30,9) é mais que o quíntuplo da do Nordeste (6,1 -- uma diferença de 24,8%). Assim, em base nacional, a diferença entre as regiões é maior do que a diferença, anteriormente citada, entre a área rural (8,4) e a área urbana (25,2 -- uma diferença de somente 16,8%).

Assim adicionamos o seguinte aos nossos critérios para seleção da localização geográfica de nossa pesquisa: Além de escolhermos algumas áreas rurais e algumas áreas urbanas, deveríamos também -- até onde seja possível -- representar as regiões que mostram os maiores contrastes. Desta forma, deveríamos primeiro escolher uma localização no Nordeste ou no Norte -- ambos dos quais tem taxas de conclusão baixas (6,1 e 7,3 respectivamente). Em segundo lugar, devemos escolher uma localização no Leste ou Centro Oeste -- que têm taxas médias de conclusão (13,1 e 13,3 respectivamente). Finalmente, devemos escolher uma localização no Sul -- que tem uma alta taxa de conclusão (30,9).

6. Veja Documento 1 da II Conferência Nacional de Educação pág. 28.

Diferenças Entre os Estados

Para escolher estas localizações relacionamos todos os estados ⁷ em ordem de grandeza de suas taxas de conclusão de 4ª série (veja tabela 1). Fazemos então o mesmo para as outras duas variáveis: a taxa de evasão durante o ano (Tabela 2) e a taxa de reprovação de final de ano (não promoção) (Tabela 3). Isto nos permite a construção de 2 diagramas de dispersão (Diagrama 1 e 2) para testar a relação entre a taxa de conclusão de 4ª série e as outras duas variáveis.

É difícil observar uma tendência contral nestes diagramas de dispersão. Assim, uma relação claramente positiva ou negativa não pode ser assegurada. As variáveis parecem ser independentes. Isto levanta uma questão de pesquisa importante que merece tratamento separado. Por ora estamos interessados nos estados que se situam fora do padrão de dispersão.

Por exemplo, o estado de Sergipe é de especial interesse. Ele tem a taxa mais baixa de conclusão de 4ª série, entre todos os estados (3,8%), a maior taxa (66%) de reprovação, e a taxa mais baixa (2%) de evasão (i.e. a taxa de evasão e a taxa de reprovação estão inversamente relacionadas).

O estado do Rio de Janeiro tem a mais baixa taxa de reprovação (15%) ao lado da mais baixa taxa de evasão (7%), porém a sua taxa de conclusão de 4ª série (14,7%) é inferior à média nacional (16%). O Distrito Federal é um caso interessante pois tem a mais alta taxa de evasão (25%) porém sua taxa de conclusão da 4ª série (23%) está consideravelmente acima da média nacional. O estado de Santa Catarina é um caso singular pois sua taxa de evasão é bastante alta (13%) e sua taxa de reprovação é alta (37%) porém a sua taxa de conclusão de 4ª série (23%) está consideravelmente acima da média nacional.

A particularidade do estado do Amazonas está em que apesar de ter uma baixa taxa de conclusão de 4ª série (6%), baixa é, também, a sua taxa de reprovação (16%). Os estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, e São Paulo, são interessantes, pois, suas taxas de conclusão de 4ª série são muito altas (35%, 37% e 39% respectivamente). Dêstes três o mais interessante é São Paulo que tem a mais alta taxa de conclusão de 4ª série entre todos os estados porém tem, também, uma das mais altas taxas de evasão (19%). Esta informação relativa a estados de interesse de pesquisa está sumariada na Tabela 4.

7. O termo "estados", conforme usado aqui, inclui os três territórios e o Distrito Federal.

Tabela 4

Sumário de Informação Relativa a Estados de Interesse de Pesquisa

<u>Estado</u>	<u>Região</u>	<u>Taxa de evasão (%)</u>	<u>Taxa de re-provação (%)</u>	<u>Taxa de conclusão de 4ª série (%)</u>
Sergipe	Leste	2.0	66.0	3.8
R. de J.	Leste	7.0	15.0	14.7
Distr. Fed.	Centro Oeste	25.0	32.0	22.7
Santa Cat.	Sul	13.0	37.0	22.5
Amazonas	Norte	13.0	16.0	6.2
R. G. do S.	Sul	15.0	39.0	35.0
Guanabara	Leste	18.0	27.0	37.0
São Paulo	Sul	19.0	23.0	39.0

Fonte: Tabelas 1, 2 e 3 acima

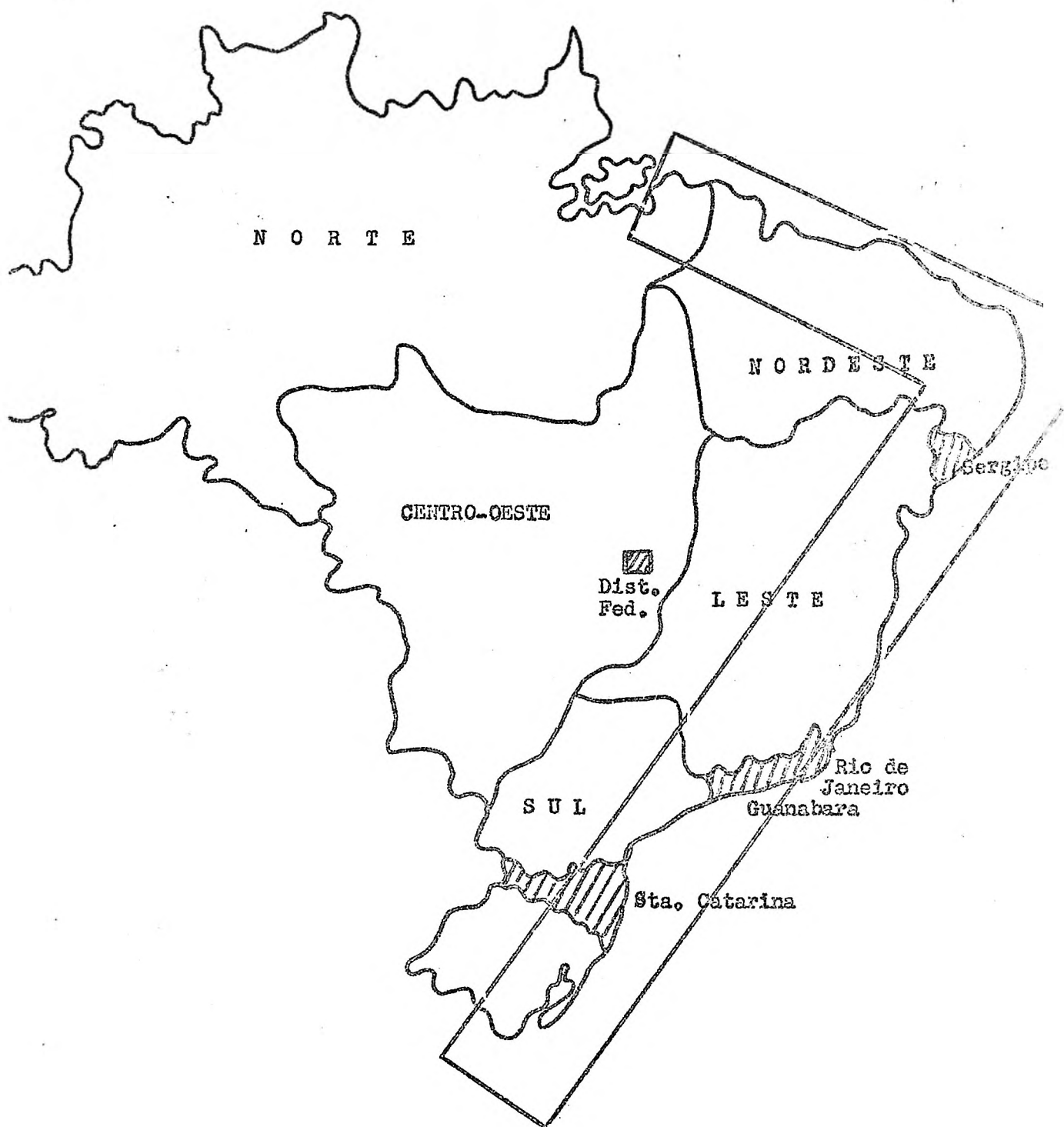
A lista de oito estados sumarizada na Tabela 4 pode ainda ser reduzida pela eliminação de dois dos estados maiores com índices similares no Sul (Rio Grande do Sul e São Paulo). O Amazonas pode ser eliminado por duas razões: seu tamanho exagerado e sua extrema inacessibilidade. Assim restam-nos para finalidades de pesquisa cinco estados bastante pequenos e acessíveis: Sergipe, Rio de Janeiro, o Distrito Federal, Santa Catarina, e Guanabara. Juntos eles representam quatro das cinco regiões indicadas no Censo Escolar de 1964 e nos dão uma boa distribuição do fator rural-urbano -- sendo a Guanabara e o Distrito Federal predominantemente urbanos e os outros estados predominantemente rurais.

<u>Estado</u>	<u>Região</u>	<u>Rural</u>	<u>Urbano</u>
		8	
Sergipe	Leste-Nordeste	x	
R. de J.	Leste	x	
Dist. Fed.	Centro-Oeste		x
Santa Cat.	Sul	x	
Guanabara			x

As diferenças representadas por estes estados levantam a possibilidade de que fatores locais podem ser os responsáveis pelo fluxo estudantil reduzido através destes vários sistemas de escolas primárias. Num estado a nutrição pode ser um fator preponderante. Noutro as parasitas intestinais podem ser importantes. Num 3º ainda o ciclo agrícola pode estar com o calendário escolar em desacôrdo.

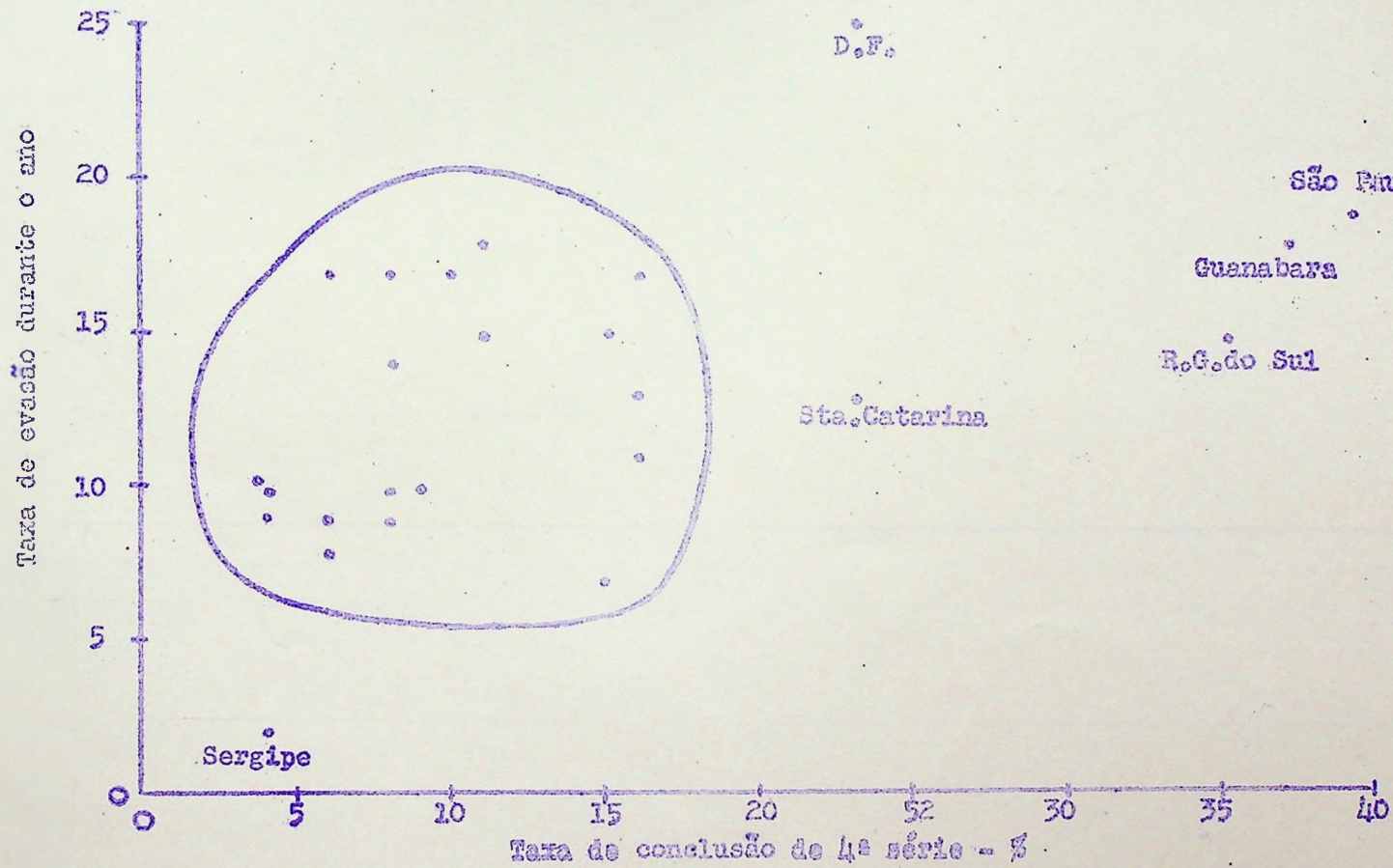
8. O Sergipe está incluído aqui como representante do Nordeste porque está diretamente na fronteira da área considerada como o Nordeste no Censo Escolar e o Sergipe está incluído em vários tratados desta região como uma unidade geo-socio-econômica (veja, por exemplo, Stefan H. Robcock, O Nordeste Brasileiro em Desenvolvimento, Um Estudo de Planejamento Regional e Ajuda Estrangeira (The Brookings Institution, Washington, D.C., 1964)).

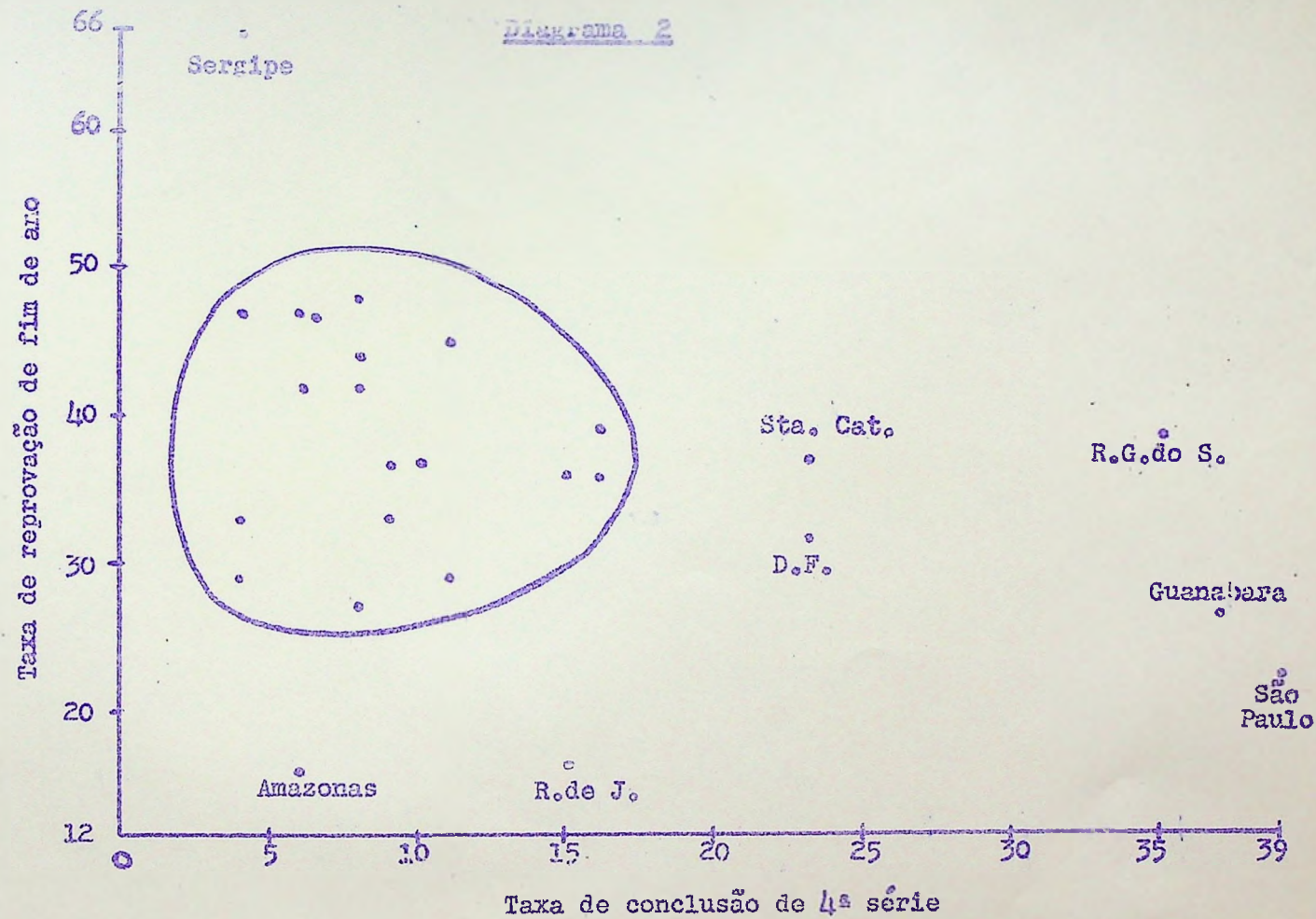
Este documento não teve a finalidade da análise meticulosa das causas destas diferenças entre os estados. Isto é algo que pode ser feito melhor localmente. Este documento teve a finalidade de somente analisar as estatísticas disponíveis e identificar as regiões ou estados onde a pesquisa teria sido mais proveitosa em termos de descobrimento das causas da redução no fluxo estudantil.



Regiões do Brasil e os Estados de Interêsse de Pesquisa

Diagrama 1





MEC/INEP/USAID
EATEP
Travessa Guimarães Netal, 12 - Copacabana

Preparado por: H. White
Data: 17 de Outubro de 1967

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE
AVALIAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO.

Do Censo Escolar de 1964, sabemos que a produtividade do ensino primário brasileiro é muito baixa. De 100 alunos que entram na primeira série escolar somente 16 chegam à quarta série em quatro anos. Isto é devido às altas taxas de evasão e repetência. Por isso, a fim de elevar o rendimento do ensino primário, temos que pesquisar o sistema que produz tais fenômenos.

Podemos dizer que qualquer sistema de educação compõe-se de certos elementos e dimensões. Os elementos são os alunos, os professores (inclusive os administradores, diretores, e supervisores), o currículo (o programa), e o material (e equipamento) escolar. As dimensões são tempo (de instrução) e espaço (o prédio). Para pesquisar o sistema e saber as causas reais da baixa produtividade, precisamos dos dados de cada uma dessas categorias. Duas maneiras de coletar estes dados seriam (1) tirar, simultaneamente, uma amostragem de todo o Estado, em todas as séries; (2) começar com 100% da primeira série em uma área conveniente do Estado, instituindo, por etapas, um sistema de controle permanente. A amostragem simultânea forneceria, imediatamente após um ano, dados de âmbito estadual, em todas as séries. A instituição de um sistema de controle permanente concederia informação após um ano, apenas sobre a primeira série. Somente depois de 4 ou 6 anos (dependendo do número de séries do sistema), o sistema de avaliação permanente forneceria dados completos de todas as séries do Estado. No entanto, a adoção do sistema de controle permanente é preferível à amostragem simultânea, pelas seguintes razões:

1. A primeira série, na maior parte dos Estados, inclui mais da metade da matrícula primária total.
2. A evasão e repetência ocorre mais frequentemente na primeira série do que em qualquer outra série, devido, pensamos, às dificuldades na aprendizagem da leitura.
3. O Censo Escolar de 1964 possibilita uma visão geral do Estado.

Out. 17, 1967

4. A maior parte dos Estados já possui dados de âmbito estadual, ainda não analisados.
5. O Governo Federal está atualmente coletando dados, numa base de âmbito estadual.
6. Um estudo que envolva 100% de uma população é melhor do que uma amostra, quando os custos não são proibitivos.
7. A extensão gradativa da 1ª série para as séries subsequentes, e a instituição de cartões de registro cumulativo estabelecem um sistema de controle permanente.
8. O sistema de controle permanente possibilitará, numa base de amostragem, a coleta econômica e a análise de dados no futuro.
9. A extensão por etapas permitirá o aperfeiçoamento do projeto, antes que ele se estenda por todo o Estado.

1 de setembro de 1967

HW/cv

Plano de Implantação

Série	Anos				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
4ª					
3ª					
2ª					
1ª	Campanha	todo o estado			

estudo
piloto

Codificação das Respostas

Tôdas as respostas têm que ser em números.

Sim 1, Não 2

Urbano 1, Rural 2

Federal 1, Estadual 2, Municipal 3, Particular 4

Motivo por que deixou a classe: 1 transferência, 2 saúde, 3 trabalho,
4 terminou o curso, 5 desconhecido

Condição de saúde: 1 bom, 2 regular, 3 mau

Profissão do pai (da mãe): 1 recebe menos do salário mínimo, 2 recebe mais ou menos o salário mínimo, 3 recebe mais do que o salário mínimo

Nível de instrução do pai (da mãe): 1 não completou o curso primário,
2 completou o curso primário,
3 completou mais do que o curso primário

Aproveitamento em leitura (etc.): 1 muito bom, 2 bom, 3 regular,
4 insuficiente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ALUNO

Escola

Professor

Aluno

Nome do aluno:

Profissão	Nível de Instrução
Pai	
Mãe	

Frequentou jardim de infância?
Pontos alcançados no Teste ABC

Urbano ou rural	
Fed., Est., Mun., Part.?	
Nº de salas de aula	
Espaço da sala do aluno (m ²)	
A escola tem: merenda escolar?	
serviço médico?	
serviço dentário?	
luz elétrica?	
instalações sanitárias?	
caixa escolar?	
círculo de pais e mestres?	
O professor, é normalista?	
Quantos anos de serviço o professor tem?	
O professor recebe assistência didática?	
Série que o aluno cursa.	
Série que cursará no próximo ano.	
Mês de ingresso nesta classe	
Idade ao ingressar nesta classe	
Mês em que deixou a classe	
Motivo por que deixou a classe	
Condição de saúde	
Nº de livros que o aluno possui	
Nº total de dias de frequência	
Aproveitamento em: leitura	
aritmética	

ANO _____

19 _____

Nome da escola _____

Endereço da escola _____

Endereço do aluno _____

Out. 17, 1967

Programação dos Resultados

1. Dependência Administrativa	Nº de alunos que deixou a classe nos seguintes meses:											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Federal												
Estadual												
Municipal												
Particular												

2. Dependência administrativa	Nº de alunos que deixam a classe pelas seguintes razões:				
	1	2	3	4	5
Federal					
Estadual					
Municipal					
Particular					

3. Dependência administrativa	Nº de alunos segundo a permanência na 1ª série				
	1	2	3	4	mais de 4
Federal					
Estadual					
Municipal					
Particular					

4. Condição do professor	Nº de alunos tendo um aproveitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
normalista				
não normalista				

5. Condição do professor	Nº de alunos tendo um aproveitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
recebe assistência pedagógica				
não recebe assistência pedagógica				

6. Nº de turnos na escola	Nº de alunos tendo um aproveitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
1				
2				
3				
4				

7. Metros quadrados por aluno:	Nº de alunos tendo um aproveitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
mais de 1,5 m ²				
entre 1 e 1,5 m ²				
Menos de 1 m ²				

8. Nº de livros textos que o aluno possui	Nº de alunos tendo um aproveitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
mais de 3				
3				
2				
1				

9. Nº de dias de freqüência à escola	Nº de alunos tendo um aproveitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
mais de 149				
de 100 à 149				
de 50 à 99				
menos de 50				

Out. 17, 1967

10. Frequência à jardim de in- fância	Nº de alunos tendo um apro- veitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
Frequentou				
Não frequen- teu				

11. Dependência administrativa	Nº de alunos tendo um apro- veitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
Federal				
Estadual				
Municipal				
Particular				

12. Anos de experi- ência do profes- sor	Nº de alunos tendo um apro- veitamento em leitura de:			
	1	2	3	4
De 10 anos e mais				
De 5 a menos de 10 anos				
De 1 a menos de 5 anos				
Menos de 1 anos				

Out. 17, 1967

13. Serviços	Nº de escolas que tem o serviço			
	Fed.	Est.	Mun.	Part.
merenda escolar				
serviço médico				
serviço dentário				
luz elétrica				
instalações sanitárias				
caixa escolar				
círculo de pais e mestres				

14. Serviço	Nº de alunos que deixou a classe em escolas que:	
	tem	não tem
merenda escolar		
serviço médico		
serviço dentário		
luz elétrica		
instalações sanitárias		
caixa escolar		
círculo de pais e mestres		

Out. 17, 1967

15. Profissão do pai	Total do grupo	Nº que deixou a classe	% que deixou a classe
1			
2			
3			

16. Idade do aluno	Nº de anos na série				
	1	2	3	4	mais de 4
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
mais de 14					
Totais					

Correlações (Pearson "r")

Aproveitamento em aritmética
 Pontos no Teste ABC
 Condição de saúde
 Profissão do pai
 Instrução da mãe
 Idade do aluno

} Aproveitamento em leitura

HW/cv
 Em 17/10/1967

MEC-INEP-USAID
EATEP
Trav. Guimarães Natal 12, Cop.

Data: 17 de outubro de 1967 Prep. por: Diva Costa e Harry White	SUGESTÕES PARA UM ESTUDO PILOTO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
---	--

Aqui apresentamos algumas sugestões como ponto de partida para o desenvolvimento de um estudo piloto no Estado. Abaixo aparecem:

- (1) uma descrição do estudo,
- (2) o calendário do projeto e
- (3) uma previsão dos custos.

Após estudos e debates sobre o presente trabalho, gostaríamos que fosse elaborado o projeto definitivo.

Descrição do Estudo Piloto

Alunos: 100% dos alunos na primeira série

Localização: Só na capital, Vitória

	Nº de escolas	Nº de professores		Nº de classes	Nº de alunos	Nº de salas de aula
Federal	-	Tot	19	-	-	-
Estadual	32	423				
Municipal	-	-	-	-	-	-
Particular	16	71				
TOTAL	48	494	(250)	(250)	6,320*	252

*1965
 U
 41 R R
 1 1
 378 em escolas de uma sala só.

Calendário do Projeto no Espírito Santo

	<u>Data</u>
1. Consultar uma uma firma de processamento de dados	Outubro 1967
2. Impressão das fichas	Novembro 1967
3. Orientação dos professores	Novembro 1967
4. Distribuição das fichas	Novembro 1967
5. Coleta de dados	Nov.-Dec. 1967
6. Processamento de dados	Dec.-Jan. 1968

Previsão dos Custos

	<u>EATEP</u>	<u>ES</u>
1. Impressão das fichas de coleta de dados (500)	_____	_____
2. Fichas de acompanhamento de alunos (15,000)	_____	_____
3. Reuniões para orientar os professores	_____	_____*
4. Folhetos de explicação para os professores	_____	_____
5. Cartões de processamento de dados (6,500)	_____	_____
6. Perfuração dos cartões	_____	_____
7. Programação do estudo	_____	_____
8. Tempo na máquina de processamento	_____	_____
9. Outros (especifique)	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
TOTAL	5,000	_____
	NCr\$	

IHV/dcd